



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA NA VISÃO DE ALUNOS,  
PROFESSORA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA  
DA EEIEF ANA XAVIER LOPES (RUSSAS-CE)**



LÚCIA MARIA DA SILVA

**O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA NA VISÃO DE ALUNOS,  
PROFESSORA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA  
DA EEIEF ANA XAVIER LOPES (RUSSAS-CE)**



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza - Ceará

2018

Copyright © 2018 by Lúcia Maria da Silva

Coordenação Editorial INESP

**Thiago Campêlo Nogueira**

Coordenação Editorial EdUECE

**Erasmio Miessa Ruiz**

Assistente Editorial

**Andréa Melo**

Diagramação

**José Gotardo Filho**

**Mario Giffoni**

**Marta Lêda Miranda**

Capa

**José Gotardo Filho**

Revisão

**Lúcia Maria Jacó Rocha**

Assessoras de Revisão

**Marta Lêda Miranda**

**Marluce studart**

Coordenação de impressão

**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento

**inesp**

**Edição Institucional da Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL  
PROIBIDAS**

**INESP**

Av. Desembargador Moreira, 2807 | Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar

Dionísio Torres | CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 | Fax (85)3277.3707 | [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/inesp>

**EdUECE - Editora da Universidade Estadual do Ceará**

Av. Paranjana, 1700 - Campos do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará

Cep: 60740-000 - Tel/ Fax: (85)3101-9893

<https://www.uece.br> - E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br) / [editoradauece@gmail.com](mailto:editoradauece@gmail.com)

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

---

S586e Silva, Lúcia Maria da.

O ensino da história e da cultura Afro-Brasileira na visão de alunos, professora e coordenação pedagógica da EEIEF

Ana Xavier Lopes (Russas-CE) / Lúcia Maria da Silva. --

Fortaleza: INESP, EdUECE, 2018.

160p. ; 30cm.

ISBN: 978-85-7973-096-2

ISBN: 978-85-7826-646-2

1. Cultura Afro-Brasileira, estudo e ensino. I. Ceará.  
Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre  
o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 372.0117098131

---

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

## **Reitor**

José Jackson Coelho Sampaio

## **Vice-Reitor**

Hildebrando dos Santos Soares

## **Editora da UECE**

Erasmio Messias Ruiz

## **Conselho Editorial**

Antônio Luciano Pontes  
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes  
Emanoel Ângelo da Rocha Fragoso  
Francisco Horácio da Silva Frota  
Francisco Josênio Camelo Parente  
Gisafram Nazareno Mota Jucá  
José Ferreira Nunes  
Liduina Farias Almeida da Costa  
Luceli Grangeiro Cortez  
Luiz Cruz Lima  
Manfredo Ramos  
Marcelo Gurgel Carlos da Silva  
Marcony Silva Cunha  
Maria do Socorro Ferreira Osterne  
Maria Salete Bessa Jorge  
Sílvia Maria Nóbrega - Therrien

## **Conselho Consultivo**

Antônio Torres Montenegro (UFPE)  
Eliane P. Zamith Brito (FGV)  
Homero Santiago (USP)  
Ieda Maria Alves (USP)  
Manoel Domingos Neto (UFF)  
Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)  
Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)  
Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)  
Romeu Gomes (FIOCRUZ)  
Túlio Batista Franco (UFF)

Dedico este trabalho a toda etnia negra que sofre discriminação racial nesta sociedade que diz ser "uma democracia racial".

## AGRADECIMENTOS

Inspirada em Maria Betânia quero “agradecer por ter o que agradecer”.

Agradeço ao Ser Supremo pelo dom da Vida.

Agradeço aos meus pais, Hilda Líbia e Chico Anastácio (in memoriam) por serem os responsáveis pela minha passagem neste planeta e por terem me educado para ser uma mulher guerreira e batalhadora. A eles minha eterna gratidão.

Meu agradecimento, especial, ao professor e deputado Ariosto Holanda e Antônio José Albuquerque, pelo compromisso com o desenvolvimento da educação em nosso país, refletida na publicação da presente obra que os mesmos, generosamente, participam com seus acolhimentos intelectuais e indispensável apoio. A vocês, Ariosto e Antônio José, toda a minha gratidão.

Ao meu amigo e orientador prof. Olivenor Chaves, por ter acreditado em mim, e também acreditado que poderíamos chegar ao “fim” desta grande conquista acadêmica, mesmo sabendo das dificuldades que juntos enfrentaríamos. Com você ao meu lado, venci todos os desafios, por isso sou-lhe grata, gratíssima.

Aos professores do MAIE, Eudes Baima, Deribaldo Santos, Maria das Dores, Ernandi Mendes, Sandra Gadelha, Gilvanise Pontes, Cecília Lacerda, Olivenor Chaves, Claudiana Nogueira, Solange Xerez, Lúcia Helena, meus agradecimentos por proporcionarem debates temáticos que muito contribuíram com o nosso conhecimento acadêmico e humano.

Gratidão, de maneira especial, aos professores Luís Távora e Gláubia Arruda que participaram da banca de minha qualificação e contribuíram com suas sugestões para a tessitura final deste trabalho.

Meus agradecimentos, cheio de saudades, ao professor Jorge Rodriguez (in memoriam). Mesmo tendo convivido com ele em um curto espaço de tempo, esse conseguiu imprimir em minha alma um enorme carinho. Sempre atento a minha pesquisa

e prestativo em enviar trabalhos sobre a minha temática. Que Deus o abençoe hoje e sempre.

Gratidão à professora Glaúbia Cristine Arruda Silva e à secretária Maria do Socorro Pitombeira Gomes pela dedicação e atenção dispensada à turma do MAIE, sempre atenta a nossas solicitações acadêmicas.

Agradecer ao condutor da Van da Fafidam, o Sr. Francisco Jair de Lima, sempre muito atento nas viagens de Quixadá a Fortaleza. Grata por seu cuidado com nossas vidas.

Meus agradecimentos aos colegas do mestrado pelo convívio por mim compreendido como oportunidade de crescimento acadêmico e humano. Agradeço, assim, a Lidiane Pinheiro, Sirneto Vicente, Alan Robson, Daniela Glícia, Neidinha Machado, Amâncio Pimentel, Elioneide Sousa, Adriana Calaço, Elyara Lima, Rafaela Oliveira, José Wandsson do Nascimento Batista, Isabelle Fonteles, Mirela Máximo, Valquíria Gomes. No percurso das aulas nossos conhecimentos sofreram modificações.

Não poderia deixar de agradecer aos queridos amigos Antônio Marques e Aline Paiva. Quero que saibam que guardo, de cada um de vocês, a consciência da solidariedade que a mim dispensaram, principalmente, no momento em que me preparava para o processo de seleção no mestrado. A vocês meu muito obrigada.

Agradeço a acolhida que recebi do Diretor da EEIEF Ana Xavier Lopes, prof. Gleidson Oliveira, deixando-me à vontade para, no ano de 2016, realizar a pesquisa junto aos alunos, professores e coordenador pedagógico. Meus agradecimentos estendem-se à secretária Sandra Ribeiro, por sua presteza, em fornecer as informações por mim solicitadas

Agradeço, de maneira especial, aos alunos, professora e coordenador pedagógico que se dispuseram a participar da pesquisa, contribuindo, de maneira direta, com a construção desta dissertação de mestrado.

Minha mais sincera gratidão aos entrevistados que vasculharam em suas memórias as histórias do antigo "Tabuleiro da Santa Cruz". Sou grata ao Sr. Messias Marcelo dos Santos, Júlia Muniz da Silva Santos, Erondina Gonçalves, Míriam Sales, Maria Margarida, Maria Auxiliadora dos Santos Lima, Maria do Rosário, Maria de Lourdes Santos, Laura Santos, Raimunda Pereira da Silva, Rúbia Ferreira e Zilzo Evangelista.

Agradeço a Lúcia Simão, ao William Pereira e ao Hilário Ferreira que dispensaram seu tempo para compartilhar comigo um pouco da história do Movimento Negro no Ceará.

Agradeço às amigas Célia Félix, Lúcia do Carmo, Liduína Maia, Edriana Gonçalves que torceram pelo meu sucesso, ao longo de toda minha caminhada acadêmica.

Às amigas Hilda Lôbo e Vanda Lúcia pela acolhida em sua residência, em Fortaleza, para concentrar-me no processo da escrita dos capítulos deste trabalho. Foram horas de muita produção. Muito obrigada, amigas.

Gratidão a minhas amigas professoras Vânia Pinheiro, Josineide Sousa, Jeane Alves, Luciana Pinheiro e Bernadete Ribeiro. Com vocês vivi momentos de lazer, descontração e relaxamento, indispensáveis para que eu pudesse continuar na jornada de escrita deste trabalho.

Às amigas de trabalho, que tiveram que suportar, muitas vezes, minha impaciência ocasionada, também, pela carga de trabalho da preocupação acadêmica. De maneira especial, agradeço a Alcivane Silva (Branca) e Elisdeire Mendonça. A essa última sou grata por muito ter me ajudado na organização das referências que, ainda, estavam pendentes.

Meus agradecimentos especiais para minha valorosa amiga Decelis Ramalho, pela criteriosa revisão do texto. Amiga, gratidão imensa.

Ao meu estimado Rogério Alves, ex-colega de trabalho, mas com quem conto em todas as necessidades na área da informática. Amigo, agradeço por sua disponibilidade e eficiência.

Sou grata a Ana Cláudia Ribeiro e a Adriana Ribeiro por contribuírem com a leitura e formatação do texto.

Agradecer a todos e todas que vibraram e torceram para a realização do meu sonho de tornar-me mestra em Educação, o que possibilitará alçar outros voos na minha vida profissional.

Por fim, quero agradecer a minha família, de modo especial, ao meu irmão Wilson (Dedé) que muito me ajudou durante o processo de seleção para o mestrado, quando me transportava para Limoeiro do Norte. Obrigado por vibrar com meu sucesso.

## APRESENTAÇÃO

Embora muito se estude sobre a história da escravidão, é imperativo que o debate ultrapasse as fronteiras acadêmicas já que, ainda hoje, a questão do preconceito racial fere e tira a liberdade de muitas pessoas.

A publicação de obras sobre a história e a cultura afro-brasileira e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares nas escolas auxiliam a urgente quebra do estereótipo com que ainda são tratados estes conteúdos e colabora também para que aconteça um real enfrentamento das práticas racistas.

A autora Lúcia Maria da Silva, por meio dos capítulos A presença negra no Ceará: um pouco da história, Planalto da Bela Vista, um bairro afro-brasileiro e A Escola Ana Xavier Lopes e o ensino da história e da cultura afro-brasileira leva o leitor a refletir sobre a importância do movimento negro no estado e sua imperativa articulação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, com muita honra, disponibiliza ao público cearense o livro *O ensino da história e da cultura afro-brasileira na visão de alunos, professora e coordenação pedagógica da EEIEF Ana Xavier Lopes (Russas - Ce)*.

**Deputado José Albuquerque**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



## PREFÁCIO

A luta pela manutenção da história negra faz parte da luta pela cidadania e pela dignidade, e esta publicação vem inflamar as reflexões e os debates sobre a cultura afro-brasileira e a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade nacional.

O livro *O ensino da história e da cultura afro-brasileira na visão de alunos, professora e coordenação pedagógica da EEIEF Ana Xavier Lopes (Russas - Ce)*, da educadora Lúcia Maria da Silva, colabora para que as questões étnicas saiam do campo das ideias e sirvam de ferramenta para a mudança da realidade de preconceito que ainda fere as relações respeitáveis e igualitárias que devem haver entre os homens.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, com muita honra, disponibiliza ao público cearense o livro *O ensino da história e da cultura afro-brasileira na visão de alunos, professora e coordenação pedagógica da EEIEF Ana Xavier Lopes (Russas - Ce)*.

**Thiago Campêlo Nogueira**

Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre  
o Desenvolvimento do Estado do Ceará



## UMA OBRA QUE SE DESTACA

Convidado para escrever sobre a presente obra, sem demora aceitei o desafio motivado, não por um deleite acadêmico, mas pela afetividade que me une à autora. Portanto, é com imenso prazer que escrevo esse breve texto de apresentação.

Embora não seja um livro sobre a história da escravidão negra no Brasil, em suas páginas somos levados a enxergar, com os olhos de nossa imaginação histórica, navios negreiros cruzando oceanos abarrotados de negras e negros, capturados na África, para serem, no Brasil, de norte a sul, submetidos à condição de escravos, especialmente, nas fazendas de cana-de-açúcar e de café. Expropriados de suas liberdades, a população tornada escrava passava a ser submetida a uma exaustiva jornada de trabalho acompanhada, muitas vezes, a castigos físicos, entre outros tantos sofrimentos sentimentais.

Neste livro de Lúcia Silva, "O ensino da história e da cultura afro-brasileira na visão de alunos, professora e coordenação pedagógica da EEF Ana Xavier Lopes, Russas-CE", temos a oportunidade de conhecer um pouco mais da historicidade da presença negra no Brasil, especialmente, no Ceará destaque para as lutas encampadas pelo movimento negro, sobretudo, a partir dos anos de 1980.

Concentrando suas reflexões na cidade de Russas-CE, a autora esquadrinha a presença negra na referida urbe, ao historiar a ocupação do atual bairro Planalto da Bela Vista, antes nomeado de Tabuleiro dos Negros, denominação que, por si só, já se constitui em um importante indício da predominância de afrodescendentes ao longo de todo o processo de povoamento do citado bairro.

O percurso construído pela autora possibilita ao leitor adentrar a Escola Ensino Fundamental Ana Xavier Lopes para compreender como alunos e professores, em sua maioria negros, interpretam a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira nas escolas da Educação Básica, conforme estabelece a Lei nº 10.639/2003.

Faz-se necessário ressaltar que o presente livro representa o primeiro esforço de pesquisa acadêmica de Lúcia Silva. Desta forma, não obstante a importância de seu conteúdo, o mesmo não tem a pretensão de ser ponto final na discussão acerca da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas da Educação Básica, mas um ponto de partida para fomentar a reflexão no ambiente escolar, especialmente, entre docentes e discentes no espaço das salas de aula, de modo a construir uma nova cultura escolar.

Desta forma, tenho certeza que a pesquisa e as reflexões desenvolvidas por Lúcia Silva irão fomentar o debate acerca do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, bem como a pesquisa acerca da temática entre os graduandos dos cursos de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, *campus* da Universidade Estadual do Ceará com sede na cidade de Limoeiro do Norte. A presente obra, portanto, deverá ocupar um lugar de destaque entre os estudos que abordam o ensino de História na região do Vale do Jaguaribe, pois representa um importante olhar sobre a referida temática, constituindo-se, assim, numa leitura indispensável para todos que desejam enveredar por esse campo de pesquisa.

Ao concluir esta apresentação, não posso deixar de chamar a atenção do leitor para uma importante referência por mim identificada na obra ora prefaciada. Ao publicar este livro, Lúcia Silva demarca, também, sobretudo no capítulo introdutório, um pouco da sua própria história de vida, celebrando, por assim dizer, sua luta e condição de mulher, cuja pele e traços fisionômicos revelam os elementos da sua afrodescendência, todos eles amalgamados no seio de sua alma.

Por tudo isso, a referida obra merece destaque, ampla divulgação, devendo a mesma ser consumida pelo público em geral, especialmente por professores e alunos da Educação Básica.

**José Olivenor Souza Chaves**  
Fortaleza, junho de 2018

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População da Capitania do Ceará (1804).....	38
Quadro 2 - População da Capitania do Ceará (1808).....	40
Quadro 3 - Dados Parciais do Censo de 1813 na Capitania do Ceará .....	42
Quadro 4 - Percentual étnico, segundo a condição social - 1872.....	42
Quadro 5 - Comunidades Quilombolas em Processo de Reconhecimento no Ceará .....	52
Quadro 6 – Primeiras organizações negras do Brasil.....	57



## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	– Associação Atlética e Cultural de Russas
BO	– Boletim de Ocorrência
CEB	– Comunidade Eclesial de Base
CNEC	– Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
Crede10	– Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
DNER	– Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNIT	– Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
Fafidam	– Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
Festal	– Festival de Talentos
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fsesp	– Fundação de Serviço de Saúde Pública
Grucon	– Grupo de Consciência Negra
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	– Lei de Diretrizes e Base da Educação
MNU	– Movimento Negro Unificado
MUCDR	– Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
PCN	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	– Programa Nacional do Livro Didático
PPP	– Projeto Político Pedagógico
Semed	– Secretaria Municipal de Educação e Desporto
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TG	– Tiro de Guerra
UECE	– Universidade Estadual do Ceará
Unecim	– Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria
Unicef	– Fundo das Nações Unidas para a Infância



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>1º CAPÍTULO</b> .....	37
<b>1.1 A PRESENÇA NEGRA NO CEARÁ: um pouco de história</b> .....	37
<b>1.1.1 Da “negação” à visibilidade: os negros nas páginas da historiografia cearense</b> .....	37
<b>1.2 O MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ: articulação e visibilidade marcam a década de 1980</b> .....	56
<b>2º CAPÍTULO</b> .....	77
<b>2.1 PLANALTO DA BELA VISTA, UM BAIRRO AFRO-BRASILEIRO</b> .....	77
<b>2.1.1 De Tabuleiro da Santa Cruz a Planalto da Bela Vista</b> .....	77
<b>3º CAPÍTULO</b> .....	95
<b>3.1 A ESCOLA ANA XAVIER LOPES E O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA</b> .....	95
<b>3.1.1 O ensino da história e da cultura afro-brasileira na percepção dos alunos do 9º ano do ensino fundamental</b> ...	97
<b>3.2 O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERCEPÇÃO DA PROFESSORA DE HISTÓRIA</b> .....	108
<b>3.3 O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERCEPÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO</b> .....	125
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139
<b>APÊNDICE A</b> .....	147
<b>ESCLARECIMENTO</b> .....	147
<b>Roteiro / Entrevista - Professores</b> .....	148

<b>APÊNDICE B</b> .....	151
<b>ESCLARECIMENTO</b> .....	151
<b>Roteiro / Entrevista - Alunos</b> .....	152
<b>APÊNDICE C</b> .....	153
<b>ESCLARECIMENTO</b> .....	153
<b>Roteiro / Entrevista – Coordenador pedagógico</b> .....	154

## INTRODUÇÃO

O presente livro<sup>1</sup> é fruto da minha consciência e do meu engajamento no processo de luta cotidiana pela afirmação de minha negritude e, conseqüentemente, de disseminação e valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Como resultado da luta histórica do movimento negro brasileiro pelo direito de serem os negros reconhecidos na formação e contribuição da cultura nacional, no ano de 2003, promoveu-se, com a sanção da Lei 10.639/2003, importante alteração na LDB/1996. Para além dos afro-brasileiros, a medida acabou por favorecer os demais segmentos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Partindo, portanto, dessa realidade, nossa investigação tem por objetivo analisar a efetividade da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do ensino fundamental, como um processo de construção que envolve, no ambiente da escola, variados níveis de tensão, dada a diversidade cultural na qual, professores e alunos, principais atores de nossa pesquisa, acham-se inseridos.

No curso, pois, dessas mudanças, elegendo como recorte espacial e empírico a Escola Municipal Ana Xavier Lopes, situada no Bairro Planalto da Bela Vista, na cidade de Russas-CE, busquei investigar como os atores interpretavam a lei acima mencionada. Para isso, procedi a realização de doze entrevistas, assim distribuídas: uma professora de História, um Coordenador Pedagógico e dez alunos do 9º ano.

No que se refere aos pressupostos de natureza teórica, a pesquisa acolheu o diálogo com diversos autores que abordam/discutem a temática em questão, entre outros que lhes são transversais. A pesquisa, em sua fase de organização, obedeceu ao cruzamento e análise dos conteúdos/dados coletados nas en-

---

<sup>1</sup> É resultado da minha Dissertação defendida no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE (FAFIDAM/FECLESC/UECE), sob a orientação do Prof. Dr. José Olivenor Souza Chaves.

trevistas, cujos resultados nos evidenciaram duas problemáticas: 1) O currículo, apresentado no Projeto Político-Pedagógico da escola, não contempla as temáticas/problemáticas relacionadas à diversidade cultural como algo valorativo e indispensável dentro do processo de formação do jovem-cidadão; 2) De modo mais específico, não se identificou nenhuma atividade relativa ao estudo Lei nº 10.639/2003, de maneira a possibilitar, no ambiente escolar, a formação continuada dos docentes, culminando no não cumprimento das diretrizes norteadoras da referida lei.

Tomando como referência a Escola de Ensino Fundamental Ana Xavier Lopes, a presente dissertação buscou investigar o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, procurando interpretá-lo, com base na Lei nº 10.639/2003.

É importante ressaltar, logo de início, que o bairro Planalto da Bela Vista, como hoje é denominado, ainda apresenta, entre a sua população, um grande percentual de negros. No entanto, até o início da década de 1960, o espaço era, eminentemente, ocupado por negros, sendo, por essa razão, nomeado de Tabuleiro dos Negros.

Um dos fatores que mais contribui para a escolha desta temática, bem como para a escolha do recorte espacial, corresponde a um incômodo, por mim sentido, pelo fato de a escola, acima citada, mesmo sendo localizada num bairro onde a população é, em sua maioria negra, perceber-se, entre essa mesma população, uma negação da identidade étnica, principalmente, entre professores e alunos inseridos na EEF Ana Xavier Lopes. Esse fato me fez indagar se, após a prescrição da Lei nº 10.639/2003, a obrigatoriedade da inclusão, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme determina a lei não iria favorecer a autoestima de professores e alunos, no que concerne ao reconhecer-se como afro-brasileiro. As supostas mudanças, as quais a escola deveria passar, teriam desdobramentos na comunidade, através da influência do comportamento de professores e alunos.

Sabemos que a negação da identidade negra foi sendo construída, no Brasil, desde o período colonial. No Ceará, por exemplo, a invisibilidade do negro sempre foi uma característica que se quis impor à sociedade, pautada na máxima de que, no Ceará não existe negro. Por ser negra, muitas vezes, fui indagada se sou mesmo natural de Russas, pois, principalmente para as pessoas que não são do lugar, a cor da minha pele as faz pensar que sou baiana ou carioca, lugares onde a presença negra é bastante forte.

Em razão, portanto, da minha condição de negra, numa sociedade que se pretende ser, plenamente, branca, estimula-me, neste capítulo introdutório, revisitar minha memória. Minha linhagem paterna e materna apresentava as características que, naturalmente, fazia-nos sentir pertencente à raça negra. Minha mãe, Hilda Líbia da Silva, embora tivesse a pele negra, não apresentava, por exemplo, as características dos lábios grossos e do nariz achatado. Dela, acredito, herdei meu fenótipo.

Desde minha infância, quando ingressei na vida escolar, precisamente, numa escola vinculada à Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC, foi neste espaço, marcado pelas experiências coletivas, que fui tendo contato com muitas pessoas que me achavam “engraçada”, uma “negra diferente”. Muitas vezes, ouvi dos adultos que frequentavam a escola, que eu “não era negra, pois meus cabelos eram finos e cacheados”. Para que eu fosse uma negra de “verdade”, além da cor da pele, era preciso que eu tivesse o conjunto das características atribuídas ao negro, ou seja, o cabelo pixaim, lábios grossos, nariz achatado. Na minha inocência, ficava vaidosa quando ouvia as pessoas ressaltarem as minhas particularidades. Assim, cada frase soava-me como elogio, envaidecia-me.

Não só elogios, porém, meus ouvidos eram chamados a escutar. Durante minha vida escolar, crianças e adultos batizavam-me com os mais diversos apelidos, entre eles o de graúna, pássaro de penas escuras e reluzentes. Assim, passei a conviver, no ambiente escolar, com muitos insultos verbalizados não só

pelos colegas de classe, mas de toda a escola. Nos eventos que aconteciam na escola, eu procurava me esconder para que não me chamassem pelo apelido na frente das pessoas.

Assim, fui crescendo experimentando conflitos, pois, ao mesmo tempo que, aos olhos de algumas pessoas, eu não era negra, mas uma morena, uma linda mulata, eu era, aos olhos de outras tantas, a graúna de penas escuras e reluzentes. Logo as asas do preconceito passaram a bater mais forte dentro de mim mesma, fazendo-me ter vergonha da cor da minha pele.

Ao entrar na adolescência, já cursando o ensino fundamental, no Colégio Estadual Flávio Marcílio, em Russas-Ce, adquiri uma postura de revolta, dando ao meu comportamento uma feição de insubordinação, assumindo uma postura de autodefesa. Assim, no colégio, passei a ficar conhecida como a negra “espoletada”, a negra “atrevida”.

No ano de 1980, como aluna do Colégio Estadual, concluí o curso de Administração, o qual era ministrado no turno da tarde. No período noturno, na Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria – Unecim, fazia o Curso Normal, concluído em 1981, um ano após ter terminado o curso de Administração. Enfim, era professora com capacidade de ministrar aula até o 5º ano do ensino fundamental, porém, a minha cor não me credenciava para tanto. Até a promulgação da Constituição de 1988, não havia concursos para professores. Desta forma, ingressava-se no estado, através do apadrinhamento político, fosse ele local, estadual ou federal. Fui, então, atrás de um padrinho político, batendo na porta de um que, por sinal, era meu padrinho de batismo, de cuja família minha saudosa mãe considerava-se uma pessoa de casa, pois havia, para a família dele, lavado e passado roupas. Diante do mesmo, sem demora, pedi para que me arranjasse, através da sua influência, um contrato de professora em uma escola pública do estado. Sem demora, também, ouvi da boca do mesmo que não havia disponibilidade para nenhum contrato. No dia seguinte, no entanto, o mesmo ofertou um contrato para uma pessoa amiga, sem que a mesma tivesse

pedido. Na porta da Secretaria de Educação do município de Russas, também, bati na esperança de conseguir um emprego de professora, pois a Secretária de Educação havia sido minha colega de turma no curso Normal. Mas, minha batalha na busca de um emprego como professora foi em vão. Hoje, depois de tantas leituras sobre o preconceito, historicamente, sofrido pelos negros em nosso país, pude melhor compreender que, justamente, por ser negra, me fora negado o direito de exercer a profissão para a qual eu havia me formado.

No ano de 1982, em razão da minha participação em grupo de jovens, quando passei a ter contatos com religiosas, resolvi engajar-me numa comunidade religiosa, na Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, através da qual, durante três anos morei na cidade de Jaguaribara, tendo vivenciado uma rica experiência numa Comunidade Eclesial de Base (CEBs). Foi um período de muito aprendizado com o povo e com as companheiras com quem morava.

De volta à cidade de Russas, no ano de 1985, resolvi conversar com o gerente da loja Casas Pernambucanas<sup>2</sup>, o senhor Carlos Gomes de Castro, objetivando conseguir uma vaga como funcionária da importante casa comercial, localizada na rua Pe. Raul Vieira, esquina com a rua Professor Aprígio. Para minha alegria, finalmente, ingressaria no mundo do trabalho, como balconista da citada loja, na qual permaneci por um ano e dois meses.

Ao ser demitida das Casas Pernambucanas, tomei a resolução de fazer vestibular, mesmo já estando há sete anos longe dos bancos escolares e sem nunca ter estudado as disciplinas que eram cobradas nas provas, pois meu curso foi técnico. Decidi voltar a estudar, inscrevi-me para o vestibular da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, concorrendo para uma vaga no curso de Licenciatura Plena em

---

<sup>2</sup> A primeira Loja Casas Pernambucanas foi inaugurada pelo sueco Herman Theodor Lundgren, no ano de 1908, no Estado de Pernambuco. Radicado no Recife, Herman, através desse empreendimento comercial, dava início a uma das principais referências do comércio de varejo da história do país. Ver: <http://www.pernambucanas.com.br/>

História. Depois de aprovada, ingressei, no ano de 1988, como aluna do curso de História da Fafidam/UECE.

No decorrer do curso de História, nas disciplinas de História do Brasil I, II e III, ministradas pelo Professor Edberto Jorge, adquiri conhecimento sobre a História do Brasil, sob outros ângulos. Nas salas de aula, discutíamos, por exemplo, sobre o regime escravocrata, tendo como referência duas facetas distintas de interpretação: a primeira, que o citado regime contribuiu para o desenvolvimento do país; na segunda, a escravidão era compreendida como responsável pelo atraso do desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil. Para além da História do Brasil, as discussões e o contato com esse professor fizeram-me despertar o gosto pela história local, o desejo de saber mais sobre a presença negra no município de Russas.

Assim, ainda no período da Faculdade, promovi uma visita à comunidade rural de Santa Terezinha, habitada, essencialmente, por negros, cujas famílias formam uma grande parentela. Juntamente com o antigo Tabuleiro dos Negros, hoje Planalto da Bela Vista, a comunidade de Lagoa de Santa Terezinha<sup>3</sup> forma as duas maiores populações negras de Russas, com a diferença dessa última estar localizada na zona rural, enquanto a primeira no espaço urbano da cidade de Russas. Na defesa da preservação de elementos da história e da memória, no ano de 2004, através da luta junto ao poder público municipal, conseguimos fundar o Museu Histórico do Município de Russas.

No ano de 1992, conclui o curso de História. Sem demora, busquei conseguir, na cidade de Russas, uma vaga em um colégio particular, mas me foi batida a porta com a desculpa de que não tinha vaga disponível para professora. Logo depois, no entanto, foi contratada uma moça para lecionar as disciplinas que eu havia pleiteado. Na busca da minha afirmação no mercado de trabalho, essa fora mais uma experiência de preconceito por mim vivida; pois, na verdade, a escola não tinha interesse em

---

<sup>3</sup> Comunidade do Distrito do Peixe do Município de Russas-Ce.

contratar uma professora negra para dar aulas para os filhos "brancos" da sociedade russana.

Embora desejasse atuar como professora, fazendo valer meu curso superior, senti-me obrigada a buscar outras alternativas de trabalho. Costumo dizer que sou uma pessoa polivalente, pois vivenciei diferentes atividades profissionais na dinâmica do fazendo e aprendendo. Assim, fui garçõnete de leilão, decoradora de igrejas para casamentos, restauradora de imagens de gesso, tingidora de roupas, confeccionava e vendia toalhinhas de crochê, massoterapeuta, curadora de exposições e vendedora de perfumaria e roupas, sendo essa última atividade que ainda hoje realizo.

No ano de 2001, ingressei no quadro de funcionária do município de Russas, depois de ter cobrado, com veemência, a promessa de um emprego que o senhor Raimundo Weber de Araújo, então candidato a prefeito nas eleições do ano 2000, me havia feito, em razão do trabalho por mim realizado na campanha política que o elegera para o cargo de prefeito municipal<sup>4</sup>. Fui, então, nomeada pelo gestor municipal para ocupar um cargo de coordenadora no Departamento de Cultura.

Exercendo minhas funções de coordenadora no Departamento de Cultura do município, trabalhei na organização do Festival de Talentos – Festal<sup>5</sup>, projeto desenvolvido pela Secre-

---

<sup>4</sup> Nas eleições realizadas no ano de 2000, foram eleitos para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Russas, respectivamente, os senhores Raimundo Weber de Araújo e Zilzo Leandro Evangelista.

<sup>5</sup> FESTAL – Festival de Talentos – projeto de protagonismo juvenil, aplicado em todas escolas do Estado do Ceará, com o apoio do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio/Projeto Alvorada, desenvolvia atividades culturais (dança, teatro, música.), artísticas (pinturas, charges, cordel.), esportivas ("handball", voleibol, "futsal", vôlei de areia.) e científicas (exposição de trabalhos de ciências). O Festal era composto de cinco fases a serem seguidas de acordo com o calendário escolar. A primeira fase organizada pela escola, a partir de experiências vivenciadas na sala de aula durante o 1º semestre. A segunda fase realizada no mês de agosto. Participavam dessa etapa, as equipes representativas da Escola, contando com a parceria Escola e Município. A terceira fase do Festival de Talentos, com as equipes representativas dos municípios da jurisdição do CREDE. A quarta fase era realizada no mês de novembro, caracterizada como fase macrorregional. Envolveva a participação das equipes finalistas de cada Centro Regional, nas diferentes atividades/modalidades esportivas. Na primeira quinzena de dezembro, acontecia a quinta fase. Fortaleza sediava o evento, envol-

taria de Educação do Estado, através da Crede 10, nas escolas estaduais. O município participava como parceiro do projeto na fase municipal. A culminância do projeto, no município de Russas, aconteceu no dia 22 de setembro de 2002. Na ocasião, todas as escolas estaduais dos 13 municípios coordenados pela Crede 10, foram recepcionados pela organização do evento. Por ser coordenadora de Cultura, participei ativamente da organização geral desse. A falta de comunicação, no entanto, gerou um mal-entendido com outro membro da organização, um professor da rede municipal de Russas. A razão do desentendimento fora a ordem das cidades no desfile, que aconteceria da Praça da Carnaúba até a Associação Atlética e Cultural de Russas - AACR.

Quando fui abordada pelo referido professor, tentei explicar-lhe a modificação que havia sido feita na ordem do desfile das escolas de cada município. Mas, o mesmo não quis ouvir nenhuma explicação, tendo, ao mesmo tempo, desferido, em tom alto e forte, insultos à minha pessoa, chamando-me, no sentido pejorativo, de negra. Os insultos eram ouvidos pela multidão reunida na praça, inclusive pelos Secretários de Governo, Prefeitos dos municípios da região do Vale do Jaguaribe, e, principalmente, por meus alunos, os quais estavam bem próximo a mim, quando tudo começou. Seu tom de voz expressando a raiva que de mim sentia, naquele instante, fez-me sentir, em cada palavra, uma profunda chicotada. Era como se eu estivesse num tronco, apanhando no meio da multidão por ter nascido negra. Todavia, o chicote verbal da língua de meu agressor parecia embotar sua ascendência negra. Apesar do mesmo ter a cor de pele um pouco mais clara do que a minha, era visível sua herança étnica. Diante, pois, da humilhação, segurei fortemente as lágrimas e engoli o choro como, certamente, fizeram muitos escravos ao serem chicoteados pelos feitores das fazendas ou pelos capitães do mato, quando cometiam alguma “insubordinação”.

---

vendo a representatividade das equipes vencedoras de cada macrorregião. Confira: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/festal.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/festal.pdf)

Mas, a dor mais profunda foi a vergonha que senti por ter em minha companhia meu sobrinho de apenas seis anos de idade, tendo o mesmo presenciado toda a cena e visto meus olhos cheios de lágrimas. Apesar da sua pouca idade, mesmo diante de uma grande multidão, foi somente nele que encontrei força e apoio para terminar minha tarefa no evento, pois o mesmo apenas estava começando. Eu me fiz de forte, me "apoiei" na mão do meu sobrinho, companheiro de todos eventos, e, juntos, fizemos a longa caminhada acompanhando as delegações. Muitas pessoas presenciaram o fato, inclusive, colegas de trabalho, mas ninguém chegou a mim para dar uma palavra de conforto, de amizade. Entretanto, todos me olhavam, sem, no entanto, poderem perceber o que as palavras proferidas de forma tão vil e cruel produziam na minha mente, no meu ser e na minha cidadania. As palavras que a mim foram endereçadas transpassaram meus tímpanos e ecoaram no meu coração, na minha consciência cidadã. Esse fato marcou tanto a minha vida que, mesmo agora, depois de já terem passado pouco mais de 15 anos, ao escrever sobre o fato, ainda, verto lágrimas, choro.

Esse fato, vivido por mim em praça pública, foi dilacerante, doloroso e humilhante. Mas também, fora o causador de uma mudança de comportamento, ou seja, me fez assumir minha negritude. Passei, então, a incorporar a ideia de que era preciso lutar contra o preconceito. Tendo a Constituição Brasileira como apoio, pois a mesma, em seu art. 5<sup>o</sup><sup>6</sup>, considera acusações ou discursos que venham atingir a honra e a moral dos negros crime de racismo, resolvi, então, fazer um Boletim de Ocorrência – B.O. na delegacia de Polícia Civil. Minha resolução, também, estava alicerçada nas palavras de minha mãe que, não obstante já estivesse falecida na época, ecoavam, como ainda hoje ecoam, em minha mente. De acordo com sua orientação, eu deveria sempre procurar ter um comportamento educado, honesto

<sup>6</sup> "Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]" Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acessado em 17 de julho de 2017.

e que não me deixasse servir de chacota para os que se diziam brancos, pois não era a cor da pele que me fazia menos gente. Apenas as minhas más ações poderiam diminuir-me, rebaixar-me como ser humano. Por isso, eu deveria ser sempre uma boa pessoa, valorizar-me como ser humano.

Na Delegacia de Polícia Civil, junto do meu agressor, o mesmo procurou pedir desculpas, dizendo que, na ocasião, estava de cabeça quente, que éramos amigos de infância e que muitas outras coisas tínhamos vivido quando crianças, além de morarmos na mesma rua. Mas, estava resolvida a não retirar a queixa. Entendia que deveria seguir adiante, pois esta ação de denúncia contra práticas racistas, numa cidade do interior, seria importante para que as pessoas soubessem que a Constituição Federal assegura aos negros o direito de serem respeitados como qualquer outro cidadão brasileiro. A partir dessa ação civil, a sociedade russana, de maneira geral, passou a ter, para comigo, um misto de respeito e de medo. Como resultado dessa minha ação, recebi, em minha casa, muitas pessoas negras pedindo orientação de como proceder para entrar com uma ação por terem vivido situações de humilhação, por exemplo, no comércio de Russas. Passados quase dezesseis anos, minha ação, ainda nos dias de hoje, tem repercussão social.

Mais do que prestar orientações de como proceder uma denúncia, passei a desenvolver práticas que buscassem contribuir para que negras e negros despertassem para o autorreconhecimento e a valorização da etnia, da história e da cultura afro-brasileira e africana, buscando, assim, fazerem-se respeitar numa sociedade que diz não ser racista, mas, cujas práticas, denunciavam diferentes tipos de preconceitos.

No ano de 2003, aprovada no concurso público promovido pela Secretaria de Educação do município de Russas, iniciei, efetivamente, minha carreira docente como professora do Ensino Fundamental II. Estava, portanto, com meu trabalho assegurado, não dependeria mais de favores políticos. Por outro lado, sentia como se eu tivesse realizado o sonho de minha mãe,

pois ela sempre desejou que tivéssemos um trabalho proveniente dos estudos que tanto lutou para oferecer a cada um de seus filhos. Escutei muitas vezes seus conselhos, para que eu me interessasse pelos estudos para não ser empregada doméstica, lavadeira e engomadeira de roupa na cozinha de ninguém. A aprovação no concurso veio firmar ainda mais minha identidade, pois, aos olhos de muitos, a negra Lúcia Silva não tinha capacidade para ser aprovada em concurso público. Assim, meu sucesso no referido concurso passou a gerar comentários do tipo: "Você é muito inteligente"! "Você é muito danada"! Embora acolhesse com respeito as muitas frases que foram a mim endereçadas, sentia que, em cada uma delas, estava embutido o ranço do racismo, pois ele encontra-se velado, principalmente, na maneira subjetiva do povo brasileiro expressar-se.

No ano de 2005, no contexto de uma nova administração municipal<sup>7</sup>, assumi o cargo de Coordenadora do Museu Padre Pedro, tendo permanecido na função até fevereiro de 2006, quando passei a desenvolver, na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o trabalho de Assessora Técnica Pedagógica. Sendo minha formação em História, tinha a responsabilidade de, além de acompanhar pedagogicamente algumas escolas, ministrar cursos de formação para os professores de História do sistema municipal de ensino.

A partir da aprovação da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e particulares, os municípios passaram a ter uma cobrança do Ministério Público sobre a aplicação da referida lei nas escolas municipais. Então passei a realizar oficinas para os professores municipais sobre a temática afro-brasileira e africana. No processo de engajamento da temática, fui nomeada pela Secretaria de Educação como coordenadora dos trabalhos a serem desenvolvidos pelas escolas. O intento era fazer com que o

<sup>7</sup> Nas eleições realizadas no de 2004, foram eleitos para os cargos de prefeito e vice-prefeito do município de Russas, respectivamente, os senhores Raimundo Cordeiro de Freitas e Zilzo Leandro Evangelista.

município ganhasse o selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)<sup>8</sup>, premiação dada aos municípios que alcançassem êxito nas ações voltadas para a educação de crianças e adolescentes. Nesse contexto, o Unicef passou a exigir dos municípios ações voltadas para a execução da Lei nº 10.639/2003. A partir de então, passei a trabalhar, mais ativamente, com a aplicação da lei nas escolas do município. Vale ressaltar, que a exigência do Unicef foi, de certo modo, um instrumento para que os gestores municipais passassem a dar, ainda que de maneira tímida, alguma importância às práticas voltadas para valorização da cultura negra em seus municípios.

Como Assessora Técnica Pedagógica, passei, também, a fazer parte da Comissão da Secretaria de Educação que visitava as escolas públicas municipais de ensino fundamental para auxiliar os professores na escolha do livro didático, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Minha função era analisar, entre as coleções de História, qual a que melhor cumpria as disposições da Lei nº 10.639/2003. Meu olhar sobre os livros de História era criterioso, considerando, especialmente, os conteúdos relacionados à História da África e a História Afro-Brasileira, pois sabemos que os professores, muitas vezes, apoiam-se, única e exclusivamente, no livro didático para ministrar suas aulas.

Entre as escolas do município de Russas, temos a Escola de Ensino Infantil e Fundamental Ana Xavier Lopes, localizada no bairro Planalto da Bela Vista, um bairro predominantemente, composto por negros. Essa escola, em especial, despertou meu interesse de pesquisadora e passei a fazer investigações sobre como a lei está ali sendo aplicada e trabalhada, principalmente, por ser na infância que construímos valores e conceitos de identidade e de pertencimento, sobretudo no 3º ano, por ser esse dedicado ao estudo de história local.

---

<sup>8</sup> O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para estimular os municípios a implementar políticas públicas para redução das desigualdades e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). <http://www.selounicef.org.br/>

Assim, nesta Dissertação de Mestrado em Educação e Ensino, empenhei-me para analisar quais os efeitos dessa lei na vida dos alunos e professores da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Ana Xavier Lopes.

O livro está apresentado em três capítulos. No primeiro capítulo, dividido em dois tópicos, abordo a presença negra no Ceará. No primeiro tópico, resalto como a historiografia cearense mais tradicional tratou de tornar invisível a presença dos negros na constituição do povo cearense. Do mesmo modo, para fazer o contraponto, apoio-me na historiografia mais contemporânea para buscar demarcar a presença do negro na composição da população do Ceará. Entre os autores estudados, destaco: Sousa (2006), Funes (2000), Marques (2013; 2009), Girão (1962), Alves (1984), Cunha (2011) e Campos (1980). No segundo tópico, abordo a trajetória de resistência, as organizações e o papel desempenhado pelo movimento negro na conquista da Lei nº 10.639/2003. Para fomentar o debate, faço um diálogo com autores que discutem a trajetória do movimento negro e seus compromissos com a inclusão do negro na história do Brasil e pela inclusão de seus direitos de cidadania, os quais foram historicamente negados. Para construir esse debate, foram importantes as contribuições de Domingues (2007), Nascimento (1997), Candini (2008), Hasenbalg (1984), Cardoso (2002), Gomes (2011), Gonçalves e Gonçalves Silva (2000).

No segundo capítulo, busquei estabelecer alguns níveis de compreensão acerca da historicidade do Planalto da Bela Vista, bairro onde está localizada a EEIEF Ana Xavier Lopes, instituição onde foi realizada esta pesquisa.

No terceiro capítulo, discuto a Lei nº 10.639/2003, a partir da visão dos alunos do 9º ano, da professora de História e do Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Ana Xavier Lopes. Para tanto, como instrumento de pesquisa, utilizei o modelo de entrevista semiestruturada, além de obter dados, a partir de observação no próprio ambiente da escola. O conteúdo do capítulo, portanto, diz respeito à análise dos dados empíricos coletados junto aos sujeitos da pesquisa acima mencionados.



# 1º CAPÍTULO

## 1.1 A PRESENÇA NEGRA NO CEARÁ: um pouco de história

No presente capítulo, tenho por objetivo abordar, como o próprio título sugere, um pouco da história da presença negra no Ceará. Metodologicamente, o conteúdo foi dividido em dois tópicos. No primeiro, buscarei, a partir da historiografia cearense, enxergar como a mesma abordou e tem abordado os negros na história do Ceará. No segundo tópico, tratarei do movimento negro no Brasil, destacando, na parte final, a articulação desse no Ceará, ao longo da década de 1980.

### 1.1.1 Da “negação” à visibilidade: os negros nas páginas da historiografia cearense

Segundo Pinheiro (2002), o processo de ocupação das terras, no território denominado de Siará Grande ocorreu tardiamente. Tal fato deu-se devido, sobretudo, à falta de atrativos econômicos. Apenas, em fins do século XVII, quando as regiões litorâneas do Norte da colônia estavam em pleno desenvolvimento com a atividade canavieira, os portugueses passaram a explorar as terras do semiárido, destinando-as à criação do gado com o objetivo de atender as necessidades das populações litorâneas ocupadas com o cultivo da cana-de-açúcar.

Embora a atividade econômica da pecuária não exigisse um grande contingente de trabalhadores, não se pode negar, em razão disso, a presença de negros no processo de desenvolvimento econômico da capitania do Ceará, pois, de acordo com os censos realizados nos anos de 1804, 1808 e 1813, a somatória dos pardos e mulatos livres, pretos e pardos cativos, pretos livres e cativos era superior à da população branca livre, conforme poderemos melhor observar nos quadros I, II, III e IV, apresentados nas páginas que se seguem.

Quadro 1 - População da Capitania do Ceará (1804)

<b>Vilas</b>	<b>Branços</b>	<b>Pretos e pardos livres</b>	<b>Pretos pardos e cativos</b>	<b>Total da população de cada vila</b>
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
São Bernardo	3.753	2.769	943	7.465
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
Crato	5.797	12.793	1.091	19.681
São João do Príncipe	5.361	3.231	1.856	10.448
Viçosa Real	-	-	-	-
Vila Nova d' El Rey	-	-	-	-
Granja	1.047	1.656	799	3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978	9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270	6.013

Fonte: Instituto do Ceará - Coleção Studart (RIC. 1925 T. XXXIX p. 27). (apud FUNES,2002,p.104)

Analisando esses dados do quadro I, acima apresentado, chama-nos atenção, de maneira especial, a população do então povoado de São Bernardo, atual município de Russas, recorte espacial de minha pesquisa. Conforme podemos observar, o número de pretos, pardo livres e pretos e pardos cativos, praticamente, equivale ao de brancos livres, pois registra-se apenas uma pequena diferença de 41 pessoas. Isso denota, portanto, que os negros participaram, de maneira efetiva, do processo de colonização do território cearense, especialmente na região hoje denominada de baixo Jaguaribe, cuja principal atividade

econômica era a prática da pecuária, essa beneficiada pelas águas dos rios Jaguaribe e Banabuiú.

A vida de um escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagando e seguindo animais longe do curral do seu dono, livre do olho e vara do administrador, recebendo como alimentação diária por média de 1 kg de carne fresca,  $\frac{1}{2}$  de farinha de mandioca, era seguramente diferente da vida dos demais, trabalhadores livres, camaradas, agregados, vaqueiros, companheiros no mesmo trabalho e a existência de um grande número de agregados de cor empregados pelos donos das fazendas, para administrar a propriedade em seu lugar, contribuía para relativizar a distância que em outras áreas tanto separavam os escravos do resto da população. A principal distância social no Piauí colonial parecia basear-se mais na relação livre/escravo do seu senhor/escravo. (FUNES apud LUÍS MOITA, 2002, p.109)

Destaca-se, ainda, o predomínio da população de pretos e pardos livres nas povoações de Icó, Crato, São João do Príncipe (Tauá), Granja, Sobral e Campo Maior (Quixeramobim).

Passemos a analisar o quadro II, abaixo apresentado, relativo ao censo de 1808, cujos resultados apresentam, mais uma vez, a predominância da população de pretos e mulatos no interior da Capitania do Ceará. Na somatória de pretos e mulatos obtêm-se os seguintes números: Sobral, 73%; Campo Maior (Quixeramobim), 69%; Crato, 67%; Monte-Mor o Novo (Baturité), 66%; Granja, 60%; Icó e Fortaleza, 59%; Aquiraz e Vila Nova Del Rei, 55%; (Guaraciaba do Norte), Aracati, 54%. A exemplo do censo de 1804, a população da Capitania do Ceará apresentava acentuada presença de negros e mulatos.

Quadro 2 - População da Capitania do Ceará (1808)

<b>Vilas</b>	<b>Branços</b>	<b>%</b>	<b>Índios</b>	<b>%</b>	<b>Pretos</b>	<b>%</b>	<b>Mulatos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Fortaleza	3.726	39	174	2	1.079	11	4.645	48	9.624
Aquiraz	3.788	40	538	5	2.939	31	2.262	24	9.527
Aracati	2.371	45	79	1	1.829	34	1.054	20	5.333
São Bernardo (Russas)	5.287	49	43	0,5	2.276	21	3.181	30	10.787
Icó	7.018	40	220	1	3.217	18	7.243	41	17.698
Crato	3.694	31	178	2	3.485	30	4.378	37	11.735
Campo Maior	1.868	29	120	2	1.715	26	2.812	43	6.515
São João do Príncipe	3.535	47	117	2	1.372	18	2.536	34	7.560
Sobral	3.636	25	397	2	2.007	14	8.589	59	14.629
Granja	1.883	38	79	2	1.172	24	1.790	36	4.924
Vila Nova Del Rei	3.014	40	381	5	1.362	18	2.866	37	7.623

VILAS DE ÍNDIOS

Arroches	75	5	867	61	123	9	350	25	1.415
Mecejana	51	3	1.185	76	84	5	250	16	1.570
Soure	33	4	546	71	55	7	133	18	767
Monte-Mor o Novo	805	29	126	5	155	6	1.659	60	2.745
Vila Viçosa Real	1.437	18	4.666	59	248	3	1.583	20	7.934

## POVOAÇÃO DE ÍNDIOS

Monte-Mor velho	-	-	266	86	29	9	16	5	311
Amofala	313	31	202	20	148	15	348	34	1.011
São Pedro de Ibiapina	923	22	2.199	53	149	4	899	22	4.170
<b>TOTAL</b>	<b>43.457</b>	<b>34</b>	<b>12.383</b>	<b>10</b>	<b>23.444</b>	<b>19</b>	<b>46.594</b>	<b>37</b>	<b>125.878</b>

Fonte - (SILVA, 1998).

O Censo populacional de 1813, cujos resultados podemos ler no quadro III revela a forte presença do negro nas vilas do interior da Capitania do Ceará, a exemplo da vila do Crato, onde a somatória de pretos e mulatos, cativos e livres, totaliza 31.080. Na sequência das maiores: Fortaleza, Aquiraz, Campo Maior, Aracati e Granja. Em São Bernardo, hoje município de Russas, populações de negros, percebe-se, nesse censo, uma redução dessa população negra, se comparada aos dois censos anteriores. No entanto, a diferença entre brancos e negros na vila de São Bernardo era mínima, não chegando à casa de três dígitos.

Quadro 3 - Dados Parciais do Censo de 1813 na Capitania do Ceará

Vilas	Branços	Pretos		Mulatos		Total da população	Total de Cativos
		Cativos	Livres	Cativos	Livres		
Aquiraz	4.621	1.354	1.812	660	2.072	10.519	2.014
Aracati	2.613	923	329	345	1.098	5.308	1.268
Campo Maior (Quixeramobim)	1.705	921	354	385	3.034	6.399	1.306
Crato e Jardim	1.742	1.031	5.203	666	24.180	32.822	1.697
Fortaleza	5.304	443	1.379	669	4.974	12.769	1.112
Granja	1.394	457	275	92	1.569	3.787	549
São Bernardo (Russas)	6.215	886	1.134	528	2.568	11.331	1.414

Fonte (SILVA, 1998, p.54 apud FUNES, 2002, p.110)

Passados 59 anos do último censo, no ano de 1872 o censo revelou que a população negra não sofreu forte redução na Província do Ceará, tivesse sido introduzida uma nova classificação étnica.

Quadro 4 - Percentual étnico, segundo a condição social - 1872

ETNIA	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	PORCENTAGEM
Branços	268.863	-----	268.863	37
Pardos	339.166	18.254	357.420	50
Pretos	28.934	13.659	42.593	06
Caboclos	52.837	-----	52.837	07
Total	689.800	31.913	721.713	100

Fonte: Censo demográfico de 1872. IN: RIC. Tomo XXV,1911. p.52<sup>9</sup>. Apud FUNES, 2002, p.105

<sup>9</sup> Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXV,1911. p. 52, Apud, FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In SOUZA, Simone (coord.). Uma Nova História do Ceará, Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 105.

Assim, diante do exposto, através dos censos demográficos do século XIX, averiguamos a presença negra na constituição populacional da capitania e depois província do Ceará. De acordo ainda com Funes (2002),

[...] à medida que a ocupação do Ceará foi se efetivando, consequência natural da frente de expansão, consolidou-se um espaço de trabalho que atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros, e pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto às fazendas de criar. (FUNES, 2002, p. 105)

Todavia, alguns autores minimizam a existência do trabalho escravo negro no Ceará, argumentando que as estruturas das fazendas de criar exigiam uma baixa demanda de recursos e mão de obra empregada no manejo da criação de gado, atividade principal das fazendas de criar. Segundo Funes (2002), a reduzida atividade pastoril das fazendas serviu de base para que fosse construída a interpretação da ausência de escravos nas fazendas de criar.

[...] estes fatores levaram à construção equivocada da incompatibilidade da economia pastoril com o trabalho escravo, e, por conseguinte, a outro equívoco maior, no sentido de se constituir em leitura de que, no "Ceará não há negros porque a escravidão foi pouco significativa [...]". (FUNES, 2002, p. 105)

Sobre a negação do negro escravo em terras da Província do Ceará, Marques (2013) ressalta que, em relação ao movimento abolicionista, a "suposta" ausência do negro constituiu-se na principal referência de muitos discursos, cuja intenção era dar destaque, justamente, a uma condição de passividade aos negros. Dessa forma, foram os brancos quem lideraram a campanha de libertação dos escravos na Província do Ceará. Para o

autor, essa situação alinhou-se aos discursos dos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará, pois, para eles, o número de escravos na província era tão insignificante que não tinha relevância na vida social cearense.

Mais do que celebrar as conquistas da libertação dos cativos, o movimento abolicionista tratava de enaltecer a figura dos libertadores. Era uma das formas da Sociedade Cearense Libertadora e do Centro Abolicionista destacarem, através de seus discursos, o papel dos homens e das mulheres como protagonistas cearenses da redenção dos cativos (MARQUES, 2009).

Marques (2013) faz uma importante referência a um discurso proferido por Maria Thomasia, no Salão Nobre da Assembleia Provincial, em 24 de maio de 1883, por ocasião da libertação dos escravos em Fortaleza:

Na metrópole do abolicionismo já não há senhores nem escravos. Está escrito que o Ceará há de ser a alavanca de 12 milhões de vontades, e a minha maior ambição antes de comparecer ao tribunal da justiça indefectível de Deus é poder dizer: Da escravidão, em minha pátria ficaram apenas documentos envoltos na poeira dos arquivos, como restos permanentes e uma iniquidade que já foi! Viva o livre município da Fortaleza! (Jornal Libertador. Fortaleza, 31 maio 1883, p.3 apud MARQUES, 2013).

Ao ser declarada a abolição dos escravos no Ceará, houve diversas homenagens aos brancos abolicionistas, aos intelectuais que tomaram para si tal fato histórico, não dando visibilidade à luta dos negros forros e dos cativos, fato que acabou corroborando com o histórico processo de construção da invisibilidade dos negros no Ceará. Tais fatos levam-nos a concluir que a existência de uma elite que defendia o fim do trabalho escravo, não significava que essa mesma elite enxergasse o negro como sujeito histórico possuidor de cultura própria.

A falsa ideologia de que no Ceará não existiam negros, foi fortemente consolidada, enraizada na mente da população cearense, até mesmo da população negra, pois nas conversas que mantenho, atualmente, com os moradores mais antigos do Planalto da Bela Vista, bairro onde se localiza a Escola Ana Xavier Lopes, recortes espaciais desta pesquisa, os mesmos não se reconhecem como negros, apenas se autodeclaram morenos escuros, morenos claros, quando todos seus fenótipos são de negros.

Nas palavras de Lima (2014), a negação da presença negra no Ceará dá-se, também, pela desvalorização da presença dos traços histórico-culturais dos africanos, como uma forma de excluir o elemento negro na configuração étnica cearense. Antônio Vilamarque (2006) contribui com essa assertiva, ao dizer que o esforço para minimizar a participação dos afrocearenses no processo histórico de formação do estado, não ficou restrito, apenas, ao discurso de século XIX. Tal pensamento acabou-se tornando uma tradição local, até os anos 80, do século XX.

Raimundo Girão (1962), em sua obra "Pequena História do Ceará", faz uma análise da organização econômica do Ceará e conclui que, sendo a atividade pecuarista e o couro seu produto econômico de maior relevância, não foi necessária a utilização dos ombros afros no desenvolvimento dessa atividade. Assim, de acordo com o autor, os negros eram aproveitados nos serviços da criadagem. Por essa razão, os negros não sofriam o peso e os castigos do eito, o que era comum aos negros que trabalhavam na zona dos engenhos de açúcar e na mineração. Entretanto, faz-se oportuno indagar: a escravidão tinha por característica somente a aplicação de castigos aos negros? Parece-nos que, para Girão (1962), a falta de liberdade não era sinônimo de escravidão. Ora, ser escravo já representa uma violência, uma condição desumana.

O comércio de escravos desnuda toda a violência da escravidão na província do Ceará. Alves (1984) relata vários anúncios estampados nas páginas do jornal n' *O Cearense* de Fortaleza, na segunda metade do século XIX.

Pais Pinto, com loja instalada no térreo de um sobrado entre as antigas ruas S. Paulo e Cel. Guilherme Rocha interessava-se por negros robustos, novos, apresentando o vendedor os competentes títulos de posse, certidão de matrícula, etc. (n'O Cearense n° 858 Edição de 23/08/1855, apud, ALVES, 1984, p. 74)

Na rua Palma, n° 11, a "Typographia Paiva & Cia," oferece uma negra robusta e boa aparência, própria para todo serviço, de 14 anos de idade, inclusive um moleque de 9 anos, ambos, boa figura. (n'O Cearense n° 858 Edição de 23/08/1855, apud, ALVES, 1984, p. 75)

Vende-se um preto de boa figura de 18 a 20 anos, sem acharque físico: quem pretender, procure no quartel de policia, onde se acha recolhido e entender-se com o Dr. Pompeu. (n'O Cearense n° 858 Edição de 23/08/1855, apud, ALVES, 1984, p. 75)

Luis Ribeiro da Cunha vende três escravas, bonitas figuras, moças robustas, e habilitadas a desempenharem com agrado todo e qualquer serviço doméstico. (n'O Cearense n° 858 Edição de 23/08/1855, (Apud, ALVES, 1984, p. 76-77)

O autor citado, também, aborda o comércio através de aluguel de escravos, pois, como a compra de um escravo exigia uma boa soma de dinheiro, muitos não podiam ser proprietários de escravos. Assim, quando branco necessitava de um certo tipo de escravo, ou escrava para a realização de algum serviço, a pessoa interessada alugava a peça escrava que lhe agradasse.

Precisa-se alugar uma (escrava) e paga-se bem: em casa do Martiniano Theodorico. (n'O Cearense n° 858 Edição de 23/08/1855, apud, ALVES, 1984, p. 77)

Precisa-se alugar um menino forro ou cativo para andar com um menino: dá-se informação nesta Typographia. (Pedro II). (1984,p.77) (Jornal Pedro II, apud, ALVES, 1984, p. 77)

O comércio de escravos gerou lucros de várias formas. Assim, por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), alguns comerciantes de Fortaleza encontraram outra maneira de acumular capital através da compra de escravos com a prerrogativa de que os mesmos ganhariam a liberdade. De que maneira o escravo alcançaria a liberdade? O Governo Imperial, por sua vez, adquiria dos comerciantes os escravos com o objetivo de enviá-los para lutarem nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. Para isso, os escravos não poderiam apresentar defeitos físicos de importância grave. Partiam para a guerra com a promessa de, ao findar a guerra, tornarem-se homens livres (ALVES, 1984, p. 77, 78). Os comerciantes de escravos tinham por práticas espalhar pela cidade anúncios, cujos conteúdos ressaltavam o interesse dos mesmos em adquirir escravos através da compra.

Joaquim da Cunha Freire & Irmão, "comp-rão" por bom preço para libertar aqui ou no Rio de Janeiro, escravos aptos para o serviço da guerra. (ALVES, 1984, p. 77)

Compram-se escravos, para libertar, de qualquer cor, de 18 a 25 anos, que sejam sadios, e com todos os dentes; paga-se por melhor preço, no escritório de Manuel Antônio da Rocha Junior, na Rua Formosa, nº 7. (ALVES, 1984, p. 77)

Em períodos acentuados de seca climática, a exemplo das ocorridas entre os anos de 1845-1846 e 1877-1879, as vendas de escravos eram, significativamente, aquecidas na Província do Ceará, como meio de pagar as dívidas e/ou prover a sobrevivência do núcleo familiar. (GIRÃO, 1956)

Embora muitos historiadores minimizem a existência do regime escravo no Ceará, em razão, primeiro, da pequena população cativa que aqui existia, se comparada a outras províncias do Norte do império, a exemplo da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, segundo, pelos "poucos" negros, que vieram para o Ceará, terem sido ocupados no trabalho da pecuária e nos serviços domésticos, cujas características, aparentemente, não se coadunavam com o regime escravista, pois os escravos viviam em harmonia com os seus senhores e, por essa razão, não sofriam castigos. No entanto, a historiografia mais contemporânea mostra-nos que na província cearense aconteceu resistência ao regime escravista, pois não era incomum as fugas que ocorriam tanto na capital, Fortaleza, como no sertão, as quais eram delatadas através de anúncios de jornais.

Alves (1984), relata que, em 08 de janeiro de 1854, Neutel Norston d' Alencar Araripe alertava sobre o desaparecimento de seu sítio Pitiguagry, da escrava conforme se acha descrito na citação abaixo:

Em 08 de janeiro de 1854, Neutel Norston d' Alencar Araripe deitava anúncio de seu sítio "Pitiguagry" alertando sobre o desaparecimento de um escrava crioula de 40 a 50 anos. Era de cor "fula", ou seja bronzeada, a característica de certos negros originários de Guiné. Fugira no ano passado vestindo saia de chita e "cabeção" (camisa) de algodãozinho. Tinha os pés pequenos, ambos com os dois dedos próximos aos mindinhos levantados, de sorte que não assentão no chão; pelo que gosta de andar de chinelos para encobri-los. (ALVES, 1984, p. 80)

No sertão, como já mencionado, acontecia, também, fugas de escravos em busca de liberdade. De Canindé, fugira, o "crioulo José preto, alto, com uma belinde<sup>10</sup> muito visível no olho.

---

<sup>10</sup> Belinde, mancha branca na córnea.

Era prosista, vestia camisa branca e calça riscado americano." (ALVES, 1984, p.82)

No relato de fuga, abaixo apresentado, quero contrapor as teorias que ressaltam que no Ceará, os escravos não eram submetidos a castigos, dada a "cordialidade" com que os seus senhores os tratavam.

Com cicatriz pequena uma das faces, José, mulato de 24 anos, alto e seco ganhou o bre-do; um Caetano angolês, magro, pouca barba, nariz chato e pés pequenos, com marcas de chicote nas costas escapou; também desapareceu o Fortunato, de cor retinta, 28 anos, rosto e cabeça compridos, pernas finas, com as pontas dos pés bem abertas para os lados, além de sinais de relho no lombo; Fugiu Getrudes, crioula de 40 a 50 anos de idade, baixa, seca de corpo, sem o olho esquerdo; ganhou o mato José, 30 anos, com cicatriz no lábio posterior e marcas de chicote nas costas; fugiu Paulo, 15 anos, mulatinho de cor clara, sinais de talho visível, e nas ilhargas grande marcas de queimadura; Candido, com talho em um dos dedos do pé produzido por machados desapareceu sem deixar rastro; Severino, cabra alto, arrogante no falar, tinha um talho na face. (ALVES, 1984, p.83)

A presença do negro escravo na capitania e depois província do Ceará, não foi somente atestada pela historiografia, sobretudo a mais recente, como, também, pela literatura de Rodolfo Teófilo, especialmente, em sua obra *A Fome*, datada de 1890, na qual aborda a grande seca que aterrorizou os sertões do Norte do império brasileiro nos anos de 1877-1879. Na referida obra, clássico da literatura cearense, encontramos importantes registros da presença escrava nos sertões cearenses, a exemplo do próprio protagonista da citada obra, o fazendeiro Manuel de Freitas, o qual era detentor de escravos no interior da província.

Raro era o dia em que não entravam levas de escravos, trazidos dos sertões por seus senhores ou pelos mascates italianos. À entrada da cidade, nas diversas estradas, os corretores açambarcavam a mercadoria com a grana da gorjeta, cujo valor dependia do número das peças levadas ao escritório do traficante. (TEÓFILO, 2011, p. 97)

Todos os registros da compra e venda da mão de obra escrava, citados a partir das fontes historiográficas analisadas, evidenciam, portanto, a presença do negro, seja na condição de livre ou de cativo, desde o início do processo de colonização das terras cearenses.

A historiografia cearense mais contemporânea tem buscado tirar da invisibilidade a presença negra na história do Ceará. Para isso, tem procurado encontrar os negros não apenas nas senzalas, mas, também, em diferentes processos de organização comunitária, a exemplo das irmandades católicas, ou em diversas expressões da cultura de matriz africana como o maracatu e as religiões afro-brasileiras.

No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos pelos historiadores, através de suas pesquisas, com base nas mais diferentes fontes documentais, o sistema educacional do país, os educadores e, de maneira ampla, a população cearense, inclusive, sua parcela afrodescendente apresentam enormes dificuldades para reconhecer e valorizar a importância da história e da cultura negra no processo de formação e desenvolvimento do Ceará.

Porém, apesar das diferentes estratégias, historicamente falando, de minimizar a presença e a importância dos negros na história e na cultura cearense, sobretudo, grande é o patrimônio da cultura material e imaterial<sup>11</sup> que os negros nos têm legado.

---

<sup>11</sup> "A Constituição brasileira estabeleceu no artigo 216 da carta fundamental que patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Na história do Ceará Provincial, a presença negra ficou marcada, também, através do registro das Irmandades Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Eduardo Campos (1980) realizou uma extensa pesquisa sobre as irmandades religiosas no Ceará, no período do Ceará Provincial, na qual mapeou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, nas vilas de Aracati, Barbalha, Crato, Fortaleza, Icó, Quixeramobim, Sobral e São Bernardo das Russas, atualmente Russas.

Para Eduardo Campos (1980), a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos desempenhava diversas ações, as quais demarcavam o caráter sociorreligioso, pois, ao mesmo tempo em que buscava efetivar a construção de templos e cemitérios, desempenhava, também, o papel político de luta com a escravidão.

A existência de comunidades quilombolas<sup>12</sup> no território cearense demarca a efetiva presença e participação dos negros na construção de espaços socioculturais. Acredito que, assim como aconteceu em outras partes do Brasil, os quilombos no Ceará resultaram, também, da resistência ao regime de escravidão. Assim, entre as várias práticas de resistência dos negros escravos, tinha destaque as fugas individuais ou coletivas, pois fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos, cansados dos

---

IV - as obras, objetos, documento, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas- culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." Confira: [portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf). Acesso em 04 de Janeiro de 2018

<sup>12</sup> "As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. Em sua estrutura regimental a temática quilombola é tratada pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas." Confira: <http://www.incr.gov.br/quilombola>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

castigos, do trabalho excessivo, do pouco tempo para o descanso e lazer. (ALBUQUERQUE, 2006; FILHO, 2006)

A respeito dos espaços quilombolas no Ceará, e o necessário processo de seu reconhecimento, por parte das esferas governamentais, Fonteles (2008) esclarece:

Aos remanescentes de quilombos do Ceará o reconhecimento por parte do Estado de uma série de direitos implicou no resgate de uma discussão sobre a suposta inexistência de negros no Estado. Por mais que pareça contraditório dizer que não exista negro em um Estado cujo país carrega consigo uma tradição de trezentos anos de escravidão essa ainda é uma ideologia muito forte no senso comum do cearense. Não resta dúvida a respeito da existência de comunidades negras rurais no Estado, contudo, a identificação como remanescente de quilombos ainda é cercada de muitas incertezas a respeito das implicações práticas das políticas públicas e porque não dizer de uma carga negativa associada ao termo.

No Ceará existem 14 comunidades quilombolas em processo de reconhecimento por partes dos órgãos governamentais, conforme dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, os quais, no quadro abaixo, são apresentados. Os dados referem-se aos resultados anuais relativos aos anos de 2005 a 2016.

Quadro 5 - Comunidades Quilombolas em Processo de Reconhecimento no Ceará

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ÁREA / ha	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Alto Alegre, Adjacências e Base	Horizonte e Pacajus	498,3168	375
Queimadas	Crateús	8.278,3254	96
Lagoa do Ramo e Goiabeira	Aquiraz	1.407,2957	137

Timbaúba	Moraújo e Coreaú	2.033,7284	142
Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim	Tamboril	1.959,7452	67
Três Irmãos	Croatá e Ipueiras	2.946,9375	15
Serra dos Chagas	Salitre	2.338,2893	32
Sítio Arruda	Araripe e Salitre	334,3401	34
Brutos	Tamboril	1.302,4397	76
Minador	Novo Oriente	1.886,1199	56
Sítio Veiga	Quixadá	967,1200	39
Boqueirão da Arara	Caucaia	718,5989	89
Córrego de Ubaranas	Aracati	1.626,8176	61
Água Preta	Tururu	175,9833	104

Fonte: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessosquilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessosquilombolas_quadrogeral.pdf) – Acesso em 14/02/2018.

Como podemos constatar, no quadro acima, são 18 o número de municípios que, em seus territórios, apresentam comunidades rurais com características de quilombos. Em seu conjunto, os grupos quilombolas representam 1.323 famílias.

Embora o número de comunidades/municípios seja expressivo, certamente não representa a totalidade. Sendo assim, acreditamos que a quantidade seja ainda maior. Além do INCRA, outras entidades não-governamentais fazem o trabalho de mapeamento de possíveis territórios quilombolas<sup>13</sup> no Ceará, a

<sup>13</sup> "A regularização dos territórios é estabelecida pelo Decreto 4.887/2003, a partir do que está definido na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ao Incra, cabe a delimitação das terras dos remanescentes de quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. A Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, tem a responsabilidade de emitir o certificado de autorreconhecimento das comunidades." Confira: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 04 de janeiro de 2018.

exemplo do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec)<sup>14</sup>, o qual já identificou, na região do Cariri, zona sul do estado. O referido grupo, entre outros objetivos, visa promover a igualdade étnica racial e a autoestima da população de cor negra na região do Cariri, propagando a consciência sobre a afrodescendência e, conseqüentemente, valorizar a história e a cultura africana e afro-brasileira. No que se refere ao mapeamento da população negra, o grupo visitou 25 comunidades em 15 municípios da região do Cariri, atestando que, muitas delas, não se reconhecem como afrodescendentes.

Na região do Vale do Jaguaribe, precisamente no município de Iracema, temos a comunidade dos Bastiões, apresentando diversas características quilombolas. No município de Russas, embora não se fale no legado quilombola, temos a antiga Lagoa das Bestas, hoje Lagoa de Santa Teresinha, e o antigo Tabuleiro dos Negros, hoje Planalto da Bela Vista, como sendo, ambas, territórios com expressiva presença negra.

As chamadas Congadas, ou Auto dos Reis do Congo, manifestações culturais de origem africana, já estavam presentes no Ceará em meados do século XIX. Hoje, a despeito de todas as dificuldades que as manifestações da cultura popular encontram para se manterem vivas, ainda é possível assistir à tradição das festividades do Congo, sobretudo na região do Cariri.

Assim como os Autos dos Reis do Congo, outras manifestações que apresentam fortes elementos da cultura de matriz negra ganharam evidência, sobretudo no cenário da cultura po-

---

<sup>14</sup> "O GRUNEC, para realização de seus trabalhos conta com o apoio de entidades governamentais e não governamentais, profissionais liberais, autoridades religiosas, empresários e de pessoas que pretendem se engajar num propósito político-social. De acordo com o site da instituição, são realizadas atividades com embasamentos técnicos, legais e jurídico em relação às questões políticas e sociais do país. Promovem oficinas de autoestima, danças, desfiles, músicas e também a Semana da Consciência Negra na região caririense." Confira: <http://negronicolau.blogspot.com.br/2016/04/conheca-o-grupo-de-valorizacao-negra-do.html#.WsNXnjch1PY>. Acesso em 04 de janeiro de 2018

pular, a exemplo dos pastoris<sup>15</sup>, dos reisados<sup>16</sup> e caboclinhos e, especialmente, do maracatu.

Sobrinho (2009) ressalta que os negros cearenses imprimiram suas marcas em todas as instâncias da vida social, a partir de suas ações, de sua cultura. No Ceará, o maracatu<sup>17</sup> é uma expressão viva da cultura negra, com traços que nos remetem à tradição congo-angolanas.

De acordo com Ana Cláudia Rodrigues da Silva (2004),

O maracatu cearense é uma tradição cultural que representa um cortejo real em homenagem aos reis africanos. É uma manifestação que engloba dança, música e teatro, os maracatus desfilam no carnaval de rua de Fortaleza com grande imponência. Fazendo parte do cortejo, vamos encontrar as figuras ou personagens compondo o enredo do maracatu. Esses personagens ficam distribuídos em cordões ou alas. (SILVA, 2004, p. 55)

---

<sup>15</sup> "Nascido na Europa, o Pastoril, também, conhecido como folguedo, passou por várias modificações quando chegou no Brasil. O Pastoril é o mais conhecido e difundido folguedo popular do estado de Alagoas. É uma fragmentação do presépio, sem os textos declamados e sem os diálogos. É constituído apenas por jornadas soltas, canções e danças religiosas ou profanas, de épocas e estilos variados. Realizados no período natalino, os pastoris apresentam duas modalidades: a lapinha e o pastoril propriamente dito. A lapinha, dançada na sala da casa, diante do presépio, por meninas vestidas de pastoras, celebra o nascimento de Cristo. As pastorinhas formam dois cordões: o encarnado, liderado pela mestra, e o azul, pela contramestra. A disputa entre os dois cordões é aproveitada como forma de angariar fundos para as obras sociais da paróquia, pois a cotação de cada cordão vai subindo de acordo com as doações pecuniárias de seus defensores. O pastoril, executado sobre um tablado ao ar livre, tem caráter profano e satírico, e é dançado e cantado por mulheres, dirigidas por um personagem cômico: o cebola, o velho, o saloio, o marujo etc. Seus principais personagens são a Mestra, a Contramestra, Diana, a Camponesa, Belo Anjo, a Borboleta, o Pastor, o velho e as pastoras. Dois partidos vestidos de cores diferentes, dois cordões disputam as honras de louvar Jesus Menino. <http://wikidanca.net/wiki/index.php/Pastoril>".

<sup>16</sup> "Originalmente denominavam-se reisados pequenos grupos de brincantes que, à semelhança dos Ranchos de Animais, reuniam-se em torno de um personagem (um animal, no caso dos ranchos), para apresentar espetáculos cantados, dançados e dramatizados, constituídos de um único episódio. Exemplo: O reisado da borboleta, do Maracujá e do Pica-pau." (Oswald Barroso, 1996. p.41)

<sup>17</sup> "O Maracatu é a mais tradicional dança dramática de origem afrodescendente presente na cultura do povo cearense, configurando um cortejo formado por baliza, porta-estandarte, índios brasileiros e nativos africanos, negras e baianas, negra da calunga, negra do incenso, balaieiro, casal de pretos velhos, pajens, tiradores de loas e batuqueiros, em reverência a uma rainha negra e sua corte real. No Ceará, o povo caboclo usa uma mistura de fuligem, talco, óleo infantil e vaselina em pasta para tingir o rosto de negro." Fonte: <http://www.batoque.com/fortaleza>. Postado por Luciana Martins em 3.3.08. Acesso em 25 de novembro de 2017.

A autora ressalta que o maracatu do estado do Ceará é considerado diferente, exótico, porque seus participantes pintam o rosto de preto e existem muitos homens travestidos de personagens femininas, como a rainha. No início do maracatu, só participavam homens, e foi assim por muito tempo, mas, na atualidade, encontramos um grande número de mulheres participando do cortejo. No entanto, para manter a tradição dos antigos maracatus, em alguns grupos, as mulheres não podem participar de determinadas alas, a exemplo da bateria e da corte. Através destas manifestações culturais, onde os traços africanos estão fortemente presentes, denotam a resistência da cultura negra no Ceará, especialmente na cidade de Fortaleza.

Os grupos de maracatu, principal referência da cultura de Fortaleza, preservam, portanto, muitas tradições da cultura africana, em seus desfiles, os quais acontecem em várias datas do ano, especialmente, no período do carnaval. No cortejo dos maracatus, o que há de mais solene é, justamente, o desfile dos reis negros, os quais apresentam, para o público, pompa, brilho e muita beleza em suas indumentárias.

## **1.2 O MOVIMENTO NEGRO NO CEARÁ: articulação e visibilidade marcam a década de 1980**

A abolição da escravatura não representou a solução dos problemas relacionados à falta de liberdade e a de garantia dos direitos de cidadania, os quais sempre tinham sido suprimidos em razão da condição de escravos. Portanto, após a publicação da Lei Áurea, a luta continuou, em todo o país, pois a Lei da Abolição não veio acompanhada de direitos sociais que propiciassem aos negros o acesso à moradia, ao trabalho e à educação. Ao Brasil pós-abolição faltou, enfim, a dignidade de elaborar leis que viessem contemplar os direitos sociais dos negros.

Diante desse quadro de marginalização imposta pelo Estado brasileiro, os negros, assim como já faziam no tempo da escravidão, deram continuidade ao processo de luta contra as múltiplas formas de preconceito e de exclusão. Dessa forma, em di-

ferentes espaços e contextos histórico-sociais, os negros foram concebendo variadas formas de organização e mobilização.

De acordo com Petrônio Domingues (2007), no final do século XIX e ao longo das duas primeiras décadas do século XX, surgiram as primeiras organizações negras no Brasil, especialmente, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Abaixo, quadro contendo os nomes das organizações surgidas entre 1897 e 1926 nos quatro estados acima referidos.

Quadro 6 – Primeiras organizações negras do Brasil

<b>ESTADO</b>	<b>NOME DA ORGANIZAÇÃO</b>	<b>ANO/ CRIAÇÃO</b>
Pelotas – RGS	Sociedade Progresso da Raça Africana	1891
São Paulo	Clube 28 de setembro	1897
São Paulo	Club 13 de maio dos Homens Pretos	1902
São Paulo	Centro literário dos homens de Cor	1903
São Paulo	Sociedade Propugnadora 13 de maio	1906
São Paulo	Grupo Dramático e Recreativo Kosmos	1908
São Paulo	Centro Cultural Henrique Dias	1908
São Paulo	Centro da Federação dos homens de Cor	1914
Rio de Janeiro	Centro da Federação dos homens de Cor	1914
São Paulo	Sociedade Cívica dos homens de Cor	1915
São Paulo	Associação Protetora dos Brasileiros Pretos	1917
Lages – SC	Centro Cívico Cruz e Souza	1918
São Paulo	Centro Cívico Palmares	1926

Fonte: Petrônio Domingues (2007).

É importante ressaltar que a relação acima apresentada não mostra a totalidade das associações negras constituídas no período. Conforme nos esclarece Domingues (2007), as duas maiores agremiações foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos, fundado no ano de 1908, e o Centro Cívico Palmares, fundado em 1926, ambos na cidade de São Paulo.

De maneira geral, as organizações negras dotavam suas práticas dentro de um padrão basicamente assistencialista, recreativo e/ou cultural. Dessa forma, conseguiam agregar muitos negros, ou "homens de cor", como eram chamados comumente até as primeiras décadas do século XX, sobretudo.

Embora tivessem tais organizações um caráter assistencialista, recreativo e/ou cultural, não resta dúvida de que as mesmas contribuíram para que o povo negro buscasse melhores condições de vida e, conseqüentemente, para serem eles reconhecidos como libertos, como cidadãos.

As associações e agremiações negras, objetivando dar visibilidade a suas lutas, organizaram jornais, os quais eram elaborados por negros e abordavam, como pauta principal, questões que diziam respeito às problemáticas vividas pelos negros. O primeiro jornal surgiu, em São Paulo, no ano de 1899, com o nome de "A Pátria", tendo por subtítulo "Órgão dos Homens de Cor". Vários outros jornais surgiram no contexto das duas primeiras décadas do século XX.

Segundo Petrônio Domingues (2007), através de suas publicações, os jornais procuravam denunciar a situação em que vivia a população negra, marcada pela falta de trabalho, moradia, habitação, educação e saúde. Os jornais, também, veiculavam denúncias de casos de segregação racial, comuns no período. Os negros, muitas vezes, eram impedidos de entrar em vários espaços privados e públicos, a exemplo de hotéis, clubes e teatros.

Na década de 1930, em São Paulo, o Movimento Negro funda a Frente Negra Brasileira (FNB), sendo a mais importante entidade negra do país. Foram criadas delegações, espécies de

filiais em vários estados do país, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. A Frente Negra Brasileira conseguiu associar grande número de pessoas de "cor", e chegou a converter-se em um movimento de massa.

Em sua organização, mantinha escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, tendo, ainda, publicado o jornal **A Voz da Raça**. Na sequência de luta, a Frente Negra Brasileira, no ano de 1936, tornou-se partido político, aliando-se ao nazifascismo.

Por ocasião da ditadura do Estado Novo, em 1937, a Frente Negra Brasileira foi extinta e o Movimento Negro esvaziado, em virtude da repressão política a qualquer forma de movimento contestatório ao regime implantado. No entanto, com a queda do governo getulista, o movimento negro ressurgiu.

Merece destaque, também, no período pós-ditadura getulista, a União dos Homens de Cor, conhecida por Uagacê ou UHC. Fundada na cidade de Porto Alegre, no ano de 1943, por João Cabral Alves, a entidade tinha como finalidade elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de "cor", em todo território nacional, pois, só assim, poderiam ingressar na vida social e administrativa do país, qualquer que fosse o setor de atividade. A partir de meados dos anos de 1940, a União dos Homens de Cor ampliou suas fronteiras para outros estados, a exemplo de Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná. Em cada estado, procurava promover debates na imprensa local, publicações de jornais, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais.

Outra organização importante para a resistência e luta dos negros brasileiros foi a criação do Teatro Experimental do Negro – TEN, fundado em 1944, no Rio de Janeiro. Tinha como principal mentor Abdias Nascimento.

De acordo com Abdias Nascimento, o Teatro Experimental Negro visava:

Estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como fórum de ideias, debates, propostas, e ação visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante. Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades. (Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 25,1997.p.80)

Na implantação de mais um regime ditatorial no país, dessa vez no ano de 1964, os movimentos sociais sofreram muitas derrotas. Assim, a luta política dos negros sofre repressão, sendo, mais uma vez, desarticulada pelos organismos governamentais. A coalizão de forças dos movimentos negros, que palmilhava no enfrentamento do preconceito de cor no país foi aquebrantada. O movimento negro entrou em decadência, os integrantes do movimento eram estigmatizados e acusados pelo regime militar de verem problemas sociais onde não existia. Propagava-se, à época, que o Brasil vivia uma "Democracia Racial"

De acordo com Gonzalez (1982), a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando numa espécie de clandestinidade. O debate sobre a questão racial foi extinto da sociedade. Cunha Jr. indica as dificuldades, que era preciso romper para superar o desmantelamento do movimento negro naquela época: "Tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro." (CUNHA JR., 1992, p. 65)

A reorganização política do movimento negro acontece no final da década de 1970, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Nesse contexto, as questões raciais voltam a figurar na cena sociopolítica do país.

Segundo Domingues (2007), o Movimento Negro Unificado foi fortemente influenciado: pelas lutas a favor dos direitos civis dos negros dos Estados Unidos, principalmente, através da liderança de Martin Luther King, Malcon X, pelas organizações negras marxistas, como as Panteras Negras, pelos movimentos de libertação dos países da África, principalmente, os que tinham idioma português. Toda essa influência amplificou a radicalização do discurso contra a discriminação racial.

Assevera Domingues (2007) que, na rearticulação do movimento negro, aconteceu uma reunião em São Paulo, em 18 de junho de 1978, com a participação de várias entidades negras. Nessa ocasião, foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR, o qual teve como primeira manifestação um ato público, realizado em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978, precisamente, nas escadarias do Teatro Municipal. A manifestação fora um protesto contra a discriminação racial sofrida por quatro jovens no clube de Regatas Tietê e, também, pela morte de um trabalhador negro, pai de família, chamado Robson Silveira da Luz, torturado até a morte no 44º distrito de Guaianases. A manifestação reuniu cerca de duas mil pessoas, sendo considerada um marco político na luta contra o racismo.

De acordo com Domingues (2007), em seu programa de ação, no ano de 1982, o Movimento Negro Unificado defendia:

A desmitificação da democracia racial brasileira; a organização política da população negra, a transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra a prática racista e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África

e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (Movimento Negro Brasileiro alguns apontamentos, 2007. p.114)

Em consonância com o reerguimento do movimento negro, a imprensa negra também ressurgiu, sendo criados vários jornais entre os anos de 1977 e 1981, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e no Rio Grande do Sul, conforme esclarece Domingues (2007).

O Movimento Negro Unificado, pelas palavras de Domingues (2007), transformou o 13 de maio, data da assinatura da Lei Áurea, e comemoração festiva da libertação dos escravos, em Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. O mesmo autor informa-nos, ainda, que, para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu adotar, oficialmente, o termo NEGRO para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país, despojando a conotação pejorativa da palavra negro.

Os anos da década de 1980 foram marcados pelo avanço das lutas sociais em muitos setores da sociedade brasileira. A luta por direitos sociais estava sempre na agenda da classe trabalhadora. Assim, as reivindicações do Movimento Negro faziam-se ouvir na sociedade.

De acordo com Candini (2008), foi criado, no estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, fato que levou outros estados brasileiros a, também, criarem seus conselhos: Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Os conselhos tinham a finalidade de desenvolver ações em prol da comunidade negra.

No plano educacional, Candini (2008) destaca que o MNU propôs uma revisão dos conteúdos preconceituosos trazidos pelos livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras. Propuseram, também, que os professores fossem capacitados para desenvolver uma pedagogia que viesse atender a valorização do papel do negro na história do Brasil e, ainda, a inclusão do ensi-

no da história da África nos currículos escolares. Outro ponto de reivindicação, por parte do MNU, de acordo com a citada autora, era que a literatura utilizada nas escolas não contemplasse apenas a literatura eurocêntrica, mas que fosse contemplada, também, a de origem africana.

Ainda segundo Candini (2008), no contexto vivido nos anos de 1980, período de elaboração da nova Constituição Brasileira, o Movimento Social Negro atuou no processo de elaboração do texto constitucional, promulgado em outubro de 1988. Para tanto, foram realizados encontros em todo país que culminaram com a Convenção Nacional "O Negro e a Constituinte", acontecida em Brasília, em 1986. Esses encontros tinham como finalidade sistematizar várias propostas que seriam encaminhadas para as comissões da Assembleia Nacional Constituinte. Ao ser proclamada a nova Constituição Brasileira, trazia em seu artigo quinto:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 apresenta, em outros artigos, a demarcação das terras quilombolas, a proteção às manifestações da cultura afro-brasileira e a inclusão, no currículo de história, das contribuições das diversas etnias à formação do povo brasileiro.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Art. 242. § 1º O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferenças culturais e etnias para a formação do povo brasileiro.

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art.68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos

Na década de 1990, o Movimento Negro continuou com forte atuação na sociedade brasileira. Segundo Sader (1988), o movimento negro, enquanto movimento e ao mesmo tempo sujeito político, o fora capaz de produzir um discurso capaz de reordenar enunciados, tradicionalmente, propagados como legítimos.

De acordo com Petrônio Domingues (2007), o movimento negro passou a viver, neste novo século, um período que o citado

autor definiu como sendo "inovador", pois se acha pautado na cultura do *hip-hop*, cuja dimensão se amplia, cada vez mais, nas periferias urbanas. Com características de movimento popular, que utiliza, sobremaneira, a linguagem da periferia, distanciando-se, por essa razão, do discurso que Domingues chamou de "vanguardista das entidades negras tradicionais." Eivado na rebeldia, o *hip-hop*, através de seus adeptos, ao mesmo tempo que tenta elevar a autoestima do negro, a partir da utilização de frases Negro Sim! Negro 100%, utiliza-se da música para, através da letra, promover a denúncia racial e social.

Apesar de estar em curso um processo de transição nas formas de engajamento e luta antirracista no país, é precoce decretar que a agitação do *hip-hop* sela uma ruptura na plataforma do movimento negro. Primeiro, porque ele, ainda, é um movimento desprovido de um programa político e ideológico mais geral de combate ao racismo. Segundo, porque o *hip-hop* no Brasil não tem um recorte estritamente racial, ou seja, não visa defender apenas os interesses dos negros. Daí o discurso ambivalente. Se, de um lado, esse movimento tem um discurso radicalizado de rebeldia contra o sistema (termo sempre usado de maneira abstrata!), de outro, não define explicitamente qual é o eixo central da luta. Desde que chegou ao país, o hip-hop adquiriu um caráter social. Embora seja esposado 2.1 ESTRUTURA pelos negros, ele também tem penetração nos setores da juventude branca marginalizada que vive na periferia dos principais centros urbanos do país (DOMINGUES, 2007, p. 120).

Como bem ressaltou Domingues, no conteúdo citado, o movimento *hip-hop* tem sido gerado, principalmente, no contexto de exclusão das periferias das grandes cidades brasileiras, dentro de uma certa simetria entre o protagonismo negro com ou-

tros setores marginalizados da sociedade (p. 119-129). Por fim, segundo o autor em questão, todo esse modelo de atuação apresenta um elemento que propõe a substituição do termo negro pelo preto, estabelecendo, assim, uma diferença em relação ao movimento negro tradicional.

Embora eu tenha, até o presente momento, procurado pautar a historicidade do movimento negro no Brasil, considerando, para esse esforço, o recorte temporal marcado pelo fim do século XIX e primeiras décadas do século XXI, tenho consciência, todavia, de que, não obstante todo meu empenho, o conteúdo final apresenta inúmeras lacunas.

Tomada por esta consciência, a partir de agora, procurarei abordar o Movimento Negro no Ceará, ao mesmo tempo em que buscarei estabelecer a relação desse com a luta pela inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo oficial da Educação Básica.

De acordo com Antônio Vilamarque Caruaíba de Sousa (2006), o movimento negro no Ceará pode ser apreendido tendo como seu marco inicial o ano de 1982 até os dias atuais, embora o referido autor, em sua Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, tenha elegido, como recorte temporal de sua pesquisa, os anos de 1982 a 1995.

Para Sousa (2006), foi no ano de 1982 que alguns grupos de consciência negra passaram a se articular dentro da ideia de movimento negro. A partir do ano de 1995, todavia, percebe-se, dentro do movimento negro, uma diversidade de discursos étnicos militantes, os quais o autor, em questão, buscou compreender.

Para melhor conhecer a história referente ao início do Movimento Negro no território cearense, utilizei-me da metodologia da história oral para entrevistar três importantes integrantes: Maria Lúcia Simão, William Augusto Pereira e Hilário Ferreira Sobrinho.

A senhora Maria Lúcia Simão, mulher negra, filha de pais pobres, que, como a maioria dos negros brasileiros, ao longo de sua infância e adolescência, atravessou muitas dificuldades fi-

nanceiras, tendo que abandonar seus estudos, pois seu pai não tinha condições de mantê-la na escola, passou então a trabalhar como auxiliar de empregada doméstica em casa de família, onde sofreu preconceitos. Na época, porém, não tinha a visão de que as práticas racistas eram por conta da cor da pele; em sua consciência era discriminada por ser "pobre".

Sendo oriunda de família católica, praticava a religião Católica Apostólica Romana, como a despertar para viver uma vida celibatária, religiosa. Foi, porém, desmotivada por seu genitor que lhe dizia: "Lúcia, você não pode ser freira, abandone esta ideia, porque para ser religiosa tem que ter dinheiro para o ofertar como dote à igreja e também porque é negra, e a igreja não recebe pessoas negras".

Aconteceu que no bairro do Jardim Iracema, onde morava chegou uma comunidade religiosa, as Irmanzinhas de Jesus, das Religiosas do Sagrado Coração de Jesus, e então sua vocação, mais uma vez, foi despertada, fazendo com que realizasse seu sonho de viver uma vida dedicada a servir ao próximo, uma vida celibatária e religiosa. Partiu para a cidade do Rio de Janeiro, porém, foi vivendo com as irmãs de comunidade que veio sentir e perceber nas pessoas, o preconceito. Ela assim nos relata:

Fui morar com as irmãzinhas no Rio de Janeiro. Chegando lá fiquei feliz porque encontrei muitas pessoas negras. As irmãs recebiam muitas pessoas amigas delas, e ao chegarem davam aquele tradicional beijinho no rosto. Eu usava hábito marrom, e véu preto. Estava também na sala e elas não me viam. As irmãs diziam: ela também é irmãzinha, e então se dirigiam a mim apenas: Oi, tudo bem? Essas ações me fizeram refletir, que eu não estava feliz, e no meu entender a freira tem que estar sempre com a cara feliz, alegre, recebendo bem a todos, e na verdade eu não estava desenvolvendo este trabalho, porque me sentia discriminada pelas pessoas brancas. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

Maria Lúcia Simão compreendeu, então, que a comunidade religiosa em que estava inserida alimentava certo preconceito em relação à cor da sua pele, despertando-a para enxergar a verdadeira situação dos negros na sociedade brasileira. Foi a partir desse despertar, que se desligou da vida religiosa, voltando a morar em Fortaleza.

[...] precisei sair de Fortaleza, ir para o Rio de Janeiro para descobrir que eu era discriminada, não por ser pobre, mas por ser Negra. Ainda fui inventar de viver num grupo religioso de pessoas francesas, que não tinham nada a ver com negros. Quando as pessoas chegavam na casa diziam: que bom que vocês conseguiram alguém para ajudar em casa. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

De volta ao Ceará, com muitos questionamentos, passou a se reunir com outras pessoas para discutirem os problemas que os negros sofriam na sociedade. Em maio de 1982, Maria Lúcia Simão fez os primeiros contatos com os membros do Grucon, de São Paulo. No mês de novembro, do mesmo ano de 1982, aconteceu a Semana da Consciência Negra e o Encontro Nacional do Grucon, em São Paulo, do qual participou, sendo nomeada como articuladora na cidade de Fortaleza.

Maria Lúcia Simão<sup>18</sup> relatou-nos que deu início ao processo de organização do Movimento Negro, no bairro do Jardim Iracema, em Fortaleza, com apenas cinco pessoas: "Eu, a Cleide, minha irmã, e mais duas ou três pessoas, a mãe, a Margarida e a Graça [...]." (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

Sobre as dificuldades iniciais, Maria Lúcia ressaltou:

A dificuldade, no início, de convidar negros para aumentar o grupo que tinham somen-

---

<sup>18</sup> Maria Lúcia Simão. Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2018, em sua residência no bairro Jardim Iracema. Iniciou sua militância no Grupo de União e Consciência Negra aos 33 anos de idade. Graduada em Teologia Católica, Filosofia. Especialista em Planejamento Educacional. Técnica em enfermagem do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) da Universidade Federal do Ceará e graduada em Psicologia. Também é uma das fundadoras e coordenadora da Associação Cultural e Educacional Afro-Brasileira Maracatu Nação Iracema

te cinco membros foi porque, naquela época, era uma grande ofensa chamar um negro de negro, mesmo tendo muitos negros no Jardim Iracema. Quando a gente convidava algumas jovens para o grupo, respondiam: "Não sou negra, apenas tomo muito sol. Ando na praia. Ou, então, meu cabelo ficou assim, porque uma mulher que não tinha mão boa, cortou." Essa foi a dificuldade no bairro até o grupo ficar conhecido. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

Para enfrentar essa dificuldade, visando aumentar o número de negros no Grucon, a coordenação passou a organizar ações visando atrair novos integrantes. Entre as ações, Lúcia Simão destacou a elaboração de uma cartilha intitulada "A história que não foi contada".

Era uma história em quadrinhos com uma família consciente, outra não. Uma família reagia ao racismo, a outra não. Era a cartilha de como trabalhar o racismo, como chegar para as pessoas e falar sobre o assunto. Era trabalhada nas reuniões, era boa até para quem estava chegando no grupo. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

Outras atividades foram desenvolvidas com objetivo de evidenciar o movimento negro nascente e, sobretudo, a consciência acerca das lutas/resistência que o povo negro desencadeou ao longo da história do Brasil.

Em 1984, realizamos a 1ª Semana Abolicionista nos bairros. No Pirambu, foi na casa das Irmãs, na Avenida Imperador, a celebração ecumênica. No mesmo ano, fizemos a Semana da Consciência Negra, com atividade naquele teatro perto do Dragão do Mar, o teatro São José, e a celebração da missa afro. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

William Augusto Pereira<sup>19</sup>, em seu depoimento, narrou como acontecera seu engajamento no nascente movimento negro no bairro Jardim Iracema, no ano de 1983, aos 25 anos de idade.

Eu soube da história do movimento negro, através de meu irmão que fazia o curso de auxiliar de enfermagem com a Maria Lúcia Simão, no Hospital das Clínicas, no bairro Rodolfo Teófilo. Lá, ele soube do encontro e me fez o convite. Fui à reunião, assisti e notei que muitas informações eram oriundas do Estado de São Paulo, do Grupo de Consciência Negra. Porém, só entrei um ano depois. O Grucon já se encontrava em atuação em dezoito estados do Brasil. Entrei em 1983. Uma das ações que realizamos foi a Semana Abolicionista, no Carlito Pamplona e no Jardim Iracema. Digamos que foi a pré-história da Semana da Consciência Negra no Ceará. (William Augusto Pereira. Entrevista gravada em 06/07/2017)

De acordo com William Augusto Pereira, como a origem do Grucon tinha ramificações religiosas, contribuiu para conseguir apoio de outros segmentos religiosos na comunidade e planejar ações que fortaleciam e estruturavam o Movimento Negro.

Toda segunda-feira havia reunião do grupo de evangelização coordenado por Maria José de Jesus Simão. Este grupo não falava de questão racial, não era essa a finalidade do grupo, mas acabava ajudando o GRUCON a se estruturar, porque nele havia integrantes do movimento negro. Então, essas reuniões semanais, contribuíram para manter o GRUCON articulado e também se organizavam as atividades. O Gru-

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada, em 06 de julho de 2017, na sede da Associação Cultural e Educacional Afro-Brasileira Maracatu Nação Iracema. William Augusto Pereira engajou-se na luta, em 1983, aos 25 anos de idade. O mesmo tem formação acadêmica em Teologia, Filosofia, História e especialização em Planejamento Educacional. William Pereira é um dos fundadores e coordenadores da Associação Cultural e Educacional Afro-Brasileira Maracatu Nação Iracema.

po não tinha sede, se reunia nas casas e num espaço no terreno da casa doado por Dona Verônica. Tinha o grupo da dança, do canto e, em 1984, começaram as missas afro no Jardim Iracema. (William Augusto Pereira. Entrevista gravada em 06/07/2017)

William Pereira informou, ainda, que, no ano de 1985, aconteceu uma ampliação nas bases do Movimento Negro, sendo implantadas sessões em outros bairros da capital e municípios do interior cearense.

No Pirambu, com a Vicencia, no Henrique Jorge com Gilmar, no Canindezinho com a Cristiane. O grupo era fechado. Só abria espaço para a comunidade quando ocorria alguma atividade. Havia um controle quando se convidava alguém para ministrar uma palestra, tinha que ser um palestrante negro, porque nosso objetivo era empoderar o negro. (William Augusto Pereira. Entrevista gravada em 06/07/2017)

As atividades culturais desenvolvidas pelo Grucon davam-lhes visibilidade, o que fez, paulatinamente, aumentar o número de seus integrantes. Assim, outros jovens foram se engajando na luta em defesa do negro e no combate ao racismo. Maria Lúcia fala-nos da integração de José Hilário Sobrinho<sup>20</sup> e de outros negros no Grucon.

A primeira vez que Hilário veio ao grupo, foi através da tia Rita. Ele falou que se discutisse no grupo a questão racial no Ceará. Entregamos para ele uma cartilha sobre o grupo. Depois veio outro jovem, Alex, e, então, começaram a questionar porquê do grupo ser somente no Jardim Iracema. Propuseram do grupo ser um grupo político. Eu não concordei, pois, para mim, se fosse político iria ficar

---

<sup>20</sup> Graduado em Ciências Sociais (UFC, 1994), mestre em História (UFC, 2005). Professor da Faculdade Ateneu.

nas mãos de partidos. (Maria Lúcia Simão Pereira. Entrevista gravada em 06/01/2018)

Assim, no entendimento de Maria Lúcia, a inserção dos novos integrantes trouxe ao grupo situações de conflitos, em razão desses apresentarem novas concepções de Movimento Negro e de ações políticas que não se coadunavam com os objetivos do grupo naquele período.

Para Maria Lúcia, esses conflitos no interior do Grucon, levaram a uma dissidência, pois havia a presença de interesses ideológicos distintos. Cada núcleo representava um direcionamento para a atuação da entidade no estado do Ceará, denotando que o movimento negro não era homogêneo, mas, sim, um espaço onde aconteciam embates de ideias sócio-político-culturais.

José Hilário Ferreira Sobrinho, em seu depoimento, procurou, por sua vez, demarcar o conceito que, na época, tinha acerca das bases que deveria ter o movimento negro.

Compreendo movimento como ação que não se limita por si mesmo. Mas, acompanhada de reflexão que ajudará na intervenção da realidade e na conscientização dos negros e negras. Por exemplo: o Grucon é uma criação da igreja progressista, porém as leituras que fazíamos levou a um questionamento da identidade do grupo e da necessidade de ações mais políticas. Posteriormente, fomos levados a nos preocupar sobre a realidade local. Desenvolver estudos sobre a presença negra no Ceará e a realidade negra no Estado. Assim, associar nossas ações políticas dentro de nossa realidade. Isto favoreceu para que o trabalho de base na comunidade do trilha e nas comunidades negras tivessem uma maior eficácia. (HILARIO FERREIRA, 13 de janeiro 2018).

Ainda segundo Hilário Ferreira, qualquer movimento, para ser considerado, verdadeiramente, Movimento Negro, deve apresentar as seguintes características:

- Não ter nenhuma ligação com partido político;
- A entidade deve ser laica;
- Ser combativo, resguardado numa assessoria jurídica;
- Refletir sobre as bases nas quais repousa a sociedade racista;
- Compreender a história dos negros no Ceará.

Referindo-se à Lei nº10.693/2003, Hilário Ferreira ressaltou:

Quando esta Lei foi promulgada apareceram muitos oportunistas se dizendo especialistas em África. E no Ceará, um campo fértil de desinformados (a maioria dos negros e negras do dito MN), eram enfeitiçados pelo canto da sereia desses oportunistas. Desta forma, não conseguiam pensar numa proposta séria de currículo para as oportunidades que surgiam (como formação de professores) fruto da própria cobrança de militantes negros e negras e professores sensíveis a implantação desta Lei. Exemplo: fruto da ignorância provocada pelo racismo na produção do conhecimento... bastava alguém aparecer com uma proposta de reinos africanos e muitos ficavam encantados. Porém, não conseguiam perceber que o continente africano é marcado por uma diversidade de povos e produtor de uma realidade complexa. Daí a pessoa ia na internet e pescava informações sobre os Iorubás e dava um curso. Todos ficavam felizes. (HILARIO FERREIRA, 13 de janeiro de 2018)

Assim, surge um problema grave de compreensão histórica, pois, verdadeiramente, a contribuição negra no Ceará veio do povo banto<sup>21</sup> e não do povo iorubá, como propunha a maioria

<sup>21</sup> “Os bantos formam um grupo étnico africano que habitam a região da África ao sul do Deserto do Saara. A maioria dos mais de 300 subgrupos étnicos é formada por agricultores, que vivem também da pesca e da caça. Estes subgrupos possuem em comum a família linguística banta. Conheceram a metalurgia desde muito tempo, fato que deu grande vantagem a este povo na conquista de povos vizinhos. Os bantos chegaram a constituir o Reino do Congo, que envolvia grande parte do noroeste do continente africano. No passado, os bantos viveram em aldeias que eram governadas por um chefe. O rei banto, também conhecido como manicongo, recolhia impostos em forma de objetos, mercadorias e alimentos de todas as tribos que constituíam seu

dos conteúdos apresentados pelos palestrantes, os quais, no dizer de Hilário Ferreira, não passavam de “oportunistas”.

O sistema educacional brasileiro, ao longo da sua história, apresentou o negro como escravo, preguiçoso e indolente, sem, portanto, apresentar condições para realizar outros trabalhos que não os de força física. No entanto, a partir da LDB nº 9.394/96, o Ministério da Educação definiu, através dos Parâmetros Curriculares (1997) e dos Parâmetros em Ação (1998), o tema transversal da diversidade cultural, objetivando com isso contemplar as diversas culturas, entre elas a cultura negra.

De acordo com Dias (2005), um dos primeiros atos do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, no dia 09 de janeiro de 2003, foi o de alterar os artigos 26 e 79 da LDB/96, através da Lei nº 10.639/2003, a qual tornava obrigatória a inclusão, no currículo oficial, da temática História e Cultura Afro-Brasileira, valorizando, assim, a contribuição do povo negro para a História do Brasil, especialmente, no âmbito social, econômico e político.

Os currículos escolares das escolas públicas e privadas deveriam, portanto, incluir a história dos africanos e afro-brasileiros e suas culturas. Como desdobramento, as escolas deveriam promover debates sobre temas relacionados a práticas racistas, de modo a contribuir para a criação, nos espaços escolares, de estratégias antirracistas. Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, as escolas deveriam, também, incluir no calendário escolar, o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de Novembro<sup>22</sup>, data de celebração da morte de Zumbi, importante líder negro na luta contra o regime escravocrata brasileiro.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 requereu outras leis. Dessa forma, o Conselho Nacional da Educação, aprovou, no dia 10/03/2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de His-

---

reino. As pessoas que habitavam o reino acreditavam que o manicongo tinha poderes sagrados e que podia influenciar nas colheitas, guerras e saúde do povo”. <https://www.suapesquisa.com/afric/bantos.htm>. Acessado em 23 de janeiro de 2018.

<sup>22</sup> O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

tória e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Buscava-se, assim, ampliar o alcance dos currículos escolares para a diversidade que representa a sociedade brasileira. Às escolas cabiam, portanto, a tarefa de incluir os povos indígenas, asiáticos, africanos e europeus nos seus programas de estudos e atividades.

Aos administradores dos sistemas de ensino cabia a preparação de material bibliográfico e didático, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos. Com isso, objetivava-se que questões tão complexas não fossem tratadas, de maneira resumida e equivocada.

No Ceará, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi regulamentado pelo Conselho de Educação, através da Resolução de nº 416/2006. Com essa resolução, o Conselho de Educação do Ceará passou a orientar as escolas públicas e privadas a elaboração de seus currículos, de forma que os mesmos contemplassem a execução da Lei nº 10.639/2003, que tornava obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira.

Devemos destacar, todavia, que a inserção no currículo escolar do ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira resulta das lutas encampadas pelo movimento negro, as quais podemos dizer, já haviam atravessado décadas, pois, como ressaltou Gomes (1997), desde a sua colonização, a questão racial tem perpassado a construção da sociedade brasileira.

De acordo com Dias (2005), o projeto de lei foi apresentado no ano de 1999, tendo o mesmo sido aprovado apenas no ano de 2003, logo no início do governo Lula. Do mesmo modo, resultou das pressões internas do Partido dos Trabalhadores e do Movimento Negro a criação, no mesmo governo, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a qual deveria ser responsável, em nível do governo federal, pelas demandas da população negra.

Para Dias (2005), a inserção do debate acerca das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas leis educacionais, compreendia a necessidade da escola regular e refletir a tensão presente na sociedade em todos os seus níveis. A ideia era combater, no âmbito educacional, o racis-

mo que, na sociedade brasileira, já se fazia estrutural, embora mascarado pela pretensa invisibilidade da raça pelo mito da democracia racial.

Concordamos com Lucimar Dias, pois, nas escolas, as tensões raciais estão presentes de forma visível, todavia, embodados pelo mito da democracia racial, os próprios negros, em muitos casos, fazem-se defensores dessa democracia, ao mesmo tempo em que culpam a falta de sorte, de empenho por sua condição social e pela desigualdade vivenciada. O fato é que a implantação da Lei nº 10.639/2003, nas escolas brasileiras, sofreu e sofre inúmeras dificuldades, barreiras, impedindo, assim, sua efetiva implantação através dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, sendo as temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana trabalhadas de forma sistêmica, no decorrer do ano letivo e não, apenas, em uma data comemorativa. O Sistema Nacional de Ensino, por sua vez, precisa criar mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento das ações pedagógicas nas escolas.

## 2º CAPÍTULO

### 2.1 PLANALTO DA BELA VISTA, UM BAIRRO AFRO-BRASILEIRO

Neste capítulo, procuro discutir a presença negra no município de Russas. Para isso, busquei, na historiografia cearense, bem como em autores locais, indícios que me permitissem balizar essa referida presença desde os tempos coloniais. No entanto, com mais densidade, no único tópico que compõe o conteúdo do capítulo, estabeleço alguns níveis de compreensão acerca da historicidade do bairro Planalto da Bela Vista, lócus da minha pesquisa, como sendo um bairro afro-brasileiro.

#### 2.1.1 De Tabuleiro da Santa Cruz a Planalto da Bela Vista

Conforme foi apresentado, no primeiro capítulo desta dissertação, especificamente nos quadros referentes aos censos de 1804, 1808 e 1813, não resta dúvida quanto à presença de escravos na povoação de São Bernardo, atual município de Russas, lócus desta pesquisa. De acordo com Limério Moreira da Rocha, no entanto, os primeiros negros que chegaram ao citado povoado vieram da Capitania de Pernambuco, em meados do século XVII.

Os primeiros povos negros que vieram habitar as terras do povoado, que hoje chama-se Russas, data da segunda metade do século XVII. Eram provenientes da província de Pernambuco e vieram com a missão de fazer a guarda do Forte do Jaguaribe, localizado neste povoado. A lei portuguesa da época determinava que estes negros enquanto estivessem prestando serviço militar eram considerados livres. O contingente de negros era em número de 30 soldados pretos. Não recebiam soldo, o que lhes era fornecido era uma

meia farda, alimentação, e podiam manter sua família em sua companhia, podiam também cultivar uma lavoura para prover alguns produtos de subsistência.<sup>23</sup>

Com base no conteúdo acima citado, podemos constatar que os primeiros negros que foram trazidos para a povoação de São Bernardo (Russas), advindos da Capitania de Pernambuco, por volta da segunda metade do século XVII, viviam uma situação de miséria, pois, nada recebiam pelos serviços militares que prestavam na guarda do Forte do Jaguaribe, também, chamado de "São Francisco Xavier", o qual fora construído segurança dos portugueses, haja vista as grandes batalhas travadas com as populações indígenas que habitavam o território de São Bernardo, muitas delas já expulsas de outros territórios dentro do processo de colonização.

Ainda de acordo com Limério Moreira da Rocha<sup>24</sup>, com a desativação do Forte do Jaguaribe, em 1707, os negros teriam que voltar para Pernambuco, na condição de escravo, pois as leis portuguesas só beneficiavam quem estava em serviço militar. Assim, para livrar-se das amarras da escravidão, eles fugiram e embrenharam-se nas matas, alojaram-se nas proximidades de lagoas, a exemplo da Lagoa dos Poços, do Peixe, dos Cavalos, das Bestas e da Tapera, todas localizadas na povoação de São Bernardo.

Na obra "**Capital e Santuário**: miragens, russionos-nordestino (1986)", escrita pelo Cônego Pedro de Alcântara Araújo, somos informados pelo autor de que o Bispo D. Joaquim José Vieira, 2ª bispo de Ceará (1884-1912), em sua última Carta Pastoral, datada do ano de 1899, recomendou que as paróquias realizassem cruzadas de orações e celebrações especiais, a fim de

---

<sup>23</sup> Pesquisa realizada pelo professor Limério Moreira da Rocha, no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Códice 265, fls. 117/v. O referido autor forneceu-me as informações acima apresentadas, mesmo não tendo sido realizada a publicação dos resultados da pesquisa por ele empreendida.

<sup>24</sup> Pesquisa realizada pelo professor Limério Moreira da Rocha no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Códice 265, fls. 117/v. O referido autor forneceu-me as informações acima apresentadas, mesmo não tendo sido realizada a publicação dos resultados da pesquisa por ele empreendida.

pedir as graças divinas no findar do século XIX, para este torrão cearense que era tão sofrido. Na mesma Carta Pastoral, Dom Joaquim Vieira pediu aos párocos que adquirissem uma cruz, a qual podia ser de ferro, madeira ou pedra, devendo a mesma ser exposta numa parede da igreja matriz, de forma que ficasse visível para os fiéis. Sugeriu, também, que, no lugar mais alto do povoado, fosse erguido um cruzeiro. O vigário da cidade de São Bernardo das Russas, à época, Pe. João Luís de Santiago, mandou fazer, então, uma cruz de madeira para ser erguida no Alto do Tabuleiro, sendo, na ocasião, de forma solene, celebrada uma missa em comemoração à passagem do século. Depois de levantada a cruz, o local ficou sendo chamado de Tabuleiro da Santa Cruz.

No ano de 1924, ocorreu uma grande cheia, na região do baixo Jaguaribe, ocasionada pela enchente das águas do rio Jaguaribe. As águas transbordaram com impetuosidade, submergindo as terras marginais, invadiram a cidade, os riachos transbordaram expulsando os moradores das ribeirinhas e causando prejuízos aos criadores de animais e aos agricultores, que praticavam uma agricultura de subsistência, voltada, basicamente, para a manutenção no núcleo familiar (ARAÚJO, 1986).

Uma parte da população que morava às margens do rio e riachos, a exemplo do riacho Araibú, cujo leito, hoje, corta a área urbana da cidade de Russas, foi obrigada a procurar um lugar seguro para se abrigar. Dessa forma, segundo depoimento de moradores idosos do atual Planalto da Bela Vista, os quais preservam fragmentos de uma memória familiar, buscaram o tabuleiro da Santa Cruz por ser ele, justamente, o local mais alto localizado nas proximidades da cidade.

Segundo Messias Marcelo dos Santos<sup>25</sup>, os primeiros moradores que chegaram às terras do Tabuleiro, com suas famílias, foram: Chico Simão, seu avô; Ezequiel, João Biana, Chica Lourenço e Maria Delfina. Colabora, também, com esta informação,

<sup>25</sup> Messias Marcelo dos Santos, 93 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017.

Júlia Muniz<sup>26</sup>, ao mesmo tempo que acrescenta sobrenome de outras famílias que vieram habitar as terras do Tabuleiro. Foram eles: os Capangas; os Santos; seu avô Joaquim Muniz; Raimundo Vitória. De acordo com os dois narradores, foram essas famílias que começaram a povoar o Tabuleiro da Santa Cruz.

Como se fizesse uma arqueologia nas muitas camadas de tempo que compõem sua memória, o senhor Messias Marcelo dos Santos descreve os cenários do antigo Tabuleiro quando lá chegara, ainda “novinho”, juntamente, com sua família, nos idos do ano de 1924.

Nasci no centro, vim pra cá novinho nos cueiros, por causa da cheia, em 1924. Não morava ninguém aqui, tudo era mato selvagem. Foi chegando o pessoal e fazendo as ruas, as casas eram de taipa e eram cobertas de palhas de carnaúba (Messias Marcelo dos Santos, 93 anos. Entrevista realizada em sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017).

De acordo com relatos de memória de alguns moradores do bairro Planalto da Bela Vista, era comum, no passado, presenciarem-se pessoas, numa espécie de procissão, vindas do centro da cidade, para rezar o terço no cruzeiro.

Conforme relatou a senhora Erondina Gonçalves de Oliveira<sup>27</sup>, seu avô, o Sr. Demétrio Gonçalves, no ano de 1917, fizera uma promessa para ser paga no Cruzeiro do Tabuleiro da Santa Cruz. Fora essa, talvez, o primeiro movimento de fé destinado ao cruzeiro erguido pelo Pe. João Luís de Santiago, por determinação do bispo D. Joaquim José Vieira, no ano de 1899.

Demétrio Gonçalves, era meu avô, e no ano de 1917, num momento de grande aflição, num dos partos de sua esposa, socorreu-se pela fé da ajuda divina, e aconselhado pela

---

<sup>26</sup> Júlia Muniz da Silva Santos, 62 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017

<sup>27</sup> Erondina Gonçalves de Oliveira 62 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, na Avenida Coronel Araújo Lima, no dia 10 de maio de 2017.

parteira que assistia sua esposa, fez uma promessa, rogando que os laços que envolviam a criança no ventre materno, não tirassem a vida do filho, e em gratidão à graça alcançada ele faria todo ano, no dia 13 de maio, uma procissão até o Cruzeiro do Tabuleiro da Santa Cruz, para rezar o terço. Ao longo dos anos muitas pessoas passaram acompanhar o Sr. Demétrio nesta sua promessa, que foi cumprida até dois anos antes de seu falecimento em 1971, quando foi acometido por um câncer. (Erondina Gonçalves de Oliveira, 62 anos)

Júlia Muniz, recorda da procissão e assim relata:

Eu lembro que pequena, vinha muita gente da rua rezar o rosário, lembro bem do senhor Demétrio e sua família, era muita gente. Eu ficava sentada na calçada, todo dia 13 vinha gente da rua rezar o terço. Toda vida nós gostamos de rezar, né? A igreja já existia, só que não era neste local. O cruzeiro era de frente pra igreja. Havia a festa de São Bento, com barracas, partidos vermelho e azul. As pessoas foram se distanciando porque não mantiveram a tradição. A promessa era dele, adoeceu, morreu e assim acabou. (Júlia Muniz dos Santos Silva, 62 anos).

No ano de 1949, conforme ressaltou Pe. Pedro de Alcântara (1986), o Círculo Operário da cidade de Russas, tendo à frente os senhores Afonso Maciel Mendonça e Pedro Joaquim de Araújo, decidiu, em assembleia, que, para a celebração dos cinquenta anos da implantação do cruzeiro no Tabuleiro, seria construída uma capela em frente a esse. Desta forma, em regime de muritão, fora construído o templo religioso, tendo o mesmo sido edificado em um prazo de trinta dias.

Por ocasião da festa, em homenagem ao cinquentenário do cruzeiro, em frente à igreja de São Sebastião, situada no centro da cidade de Russas, reuniu-se parte significativa dos fiéis cató-

licos, os quais, carregando a imagem de São Bento, saíram em procissão para a capela recém-construída na então comunidade do Tabuleiro da Santa Cruz, ou Tabuleiro dos Negros, como também era chamada a localidade. A capela foi benta precisamente à meia noite do dia 31 de dezembro de 1949, tendo sido, também, celebrada a consagração da imagem de São Bento, como padroeiro da comunidade (ARAÚJO 1986).

Embora a comunidade do Tabuleiro da Santa Cruz, ou Tabuleiro dos Negros<sup>28</sup>, já fosse habitado desde o ano de 1924, ano do rigoroso inverno que fez correr, caudalosamente, rios e riachos, por volta de 1950, a referida comunidade ainda dispunha de muitas áreas desabitadas.

[...] nos tabuleiros havia muito mato. E, por isso, havia muitas cobras. As pessoas iam chegando, derrubando o matagal e levantando suas casas. São Bento foi escolhido como padroeiro da capela, pois, segundo a Igreja Católica, é o protetor contra os ataques de cobras. (Mirian Sales, 75 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência no Planalto da Bela Vista, no dia 30 de abril de 2017)

A comunidade desenvolvia-se e o número de crianças, em idade escolar, aumentava. Nas entrevistas realizadas com alguns moradores, os relatos de suas memórias informam-nos que, provavelmente, a primeira sala de aula para as crianças da comunidade tenha sido disponibilizada por volta do ano de 1950.

A primeira escola da comunidade era numa casa da paróquia. Era uma professora que não tinha formação, ela era voluntária. Eu tinha uns cinco anos. Não tinha lousa, os bancos eram da igreja. Dona Zuleide, minha primeira professora, só a cartilha e o caderno. Passava a tarefa no caderno de cada um. Quem não sabia a tabuada, levava bolo (pal-

---

<sup>28</sup> A partir deste momento passarei a utilizar, apenas, a nomenclatura Tabuleiro dos Negros.

matória) e tinha uns que combinava, para dar mais devagar. Não tinha merenda. O Salão Paroquial foi no segundo ano, a professora já era paga pela prefeitura. A professora morava no centro, vinha a pé para dar aula. Eram duas salas grandes, os alunos eram grandes, ficavam sempre repetindo de ano porque não tinha professora para mudar de ano. Minha mãe mandou-me estudar com a Eurenice Torres, pois minha mãe lavava roupa da dona Leticia e ela me ensinava. (Júlia Muniz da Silva Santos, 62 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017)

Nos finais da década de 1970, as salas de aula do salão paroquial já não comportavam as crianças e jovens de idade escolar. Então, o comandante do TG -10.010 (Tiro de Guerra)<sup>29</sup>, e o chefe do Departamento Nacional Estradas e Rodagem – DNER, disponibilizaram algumas salas para funcionarem como salas de aula.

Embora a professora, que passou a atuar no Salão Paroquial, responsável pelos alunos do segundo ano, fosse paga pela prefeitura, o sistema de aula não atendia a todas as crianças da comunidade do Tabuleiro dos Negros, pois havia um limite na faixa etária, sendo essa de 10 anos de idade. A partir dessa idade, as crianças e jovens tinham que percorrer uma distância de cerca de 2,4 km para as escolas, localizadas no centro da cidade, a fim de cursar as demais séries regulares de ensinós. É

---

<sup>29</sup> “Criado pela Portaria nº 9.445, de 4 de julho de 1946. (TIRO-DE-GUERRA Nº 257) tendo como 1º Diretor Tenente R2 MARCONDES MENDONÇA MAIA (Russano) - sendo o Prefeito na época – Senhor João Ivo Xavier. Nos anos de 1947 a 1955, o órgão do exército foi denominado TG 257 e iniciou suas atividades nas dependências da 3ª Cia/PM e em seguida no Salão Paroquial, no centro da cidade. No ano de 1956, passou a funcionar nas dependências da Beneficente Russana e em seguida num prédio na praça do mercado. No ano de 1968, ocorreu a mudança de denominação, passando de TG 257 para TG 10-010. No ano de 1976, foi iniciada a construção da atual sede no Tabuleiro dos Negros, inaugurada em 29 de janeiro de 1977, pelo prefeito Aurino Estácio de Souza. Em 2000, teve suas atividades paralisadas por falta de apoio do poder público, só retornando no ano de 2007, através da Portaria nº 002, de 4 de janeiro de 2006 do comandante do Exército”. Confira: <http://www.10rm.eb.mil.br/index.php/servico-militar/tiros-de-guerra/tg-10-010-russas-ce>.

preciso ressaltar, todavia, que em meados do século passado, na cidade de Russas, existiam apenas as seguintes escolas: Grupo Escolar Municipal, Colégio Estadual Governador Flávio Marcílio, Patronato, (hoje Unecim), Escola de Comércio Padre Zacarias Ramalho, o Centro Educacional Padre Pedro de Alcântara, Escola de 1º grau José Raimundo de Deus, Escola de 1º grau Dr. Moreira de Sousa, e a Escola de 1º Grau Coronel Murilo Serpã<sup>30</sup>. Em razão do pequeno número de escolas, podemos imaginar que as vagas deveriam ser disputadas, sobretudo pelas crianças e jovens residentes no centro da cidade. Assim sendo, é razoável pensarmos que, para as crianças negras da periferia, o acesso à escola era ainda mais difícil.

De certo modo, podemos dizer que os negros que habitavam o chamado Tabuleiro dos Negros viviam segregados da população do centro da cidade. Afora as mulheres que realizavam trabalhos de domésticas, lavadeiras e engomadeiras de roupas das famílias mais abastadas do centro da cidade, para ajudar na sobrevivência da família, a circulação pela cidade era mais acentuada por ocasião das festas religiosas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, festejada em 07 de outubro, São Sebastião, cuja celebração dos festejos acontece no dia 20 de janeiro; durante os ritos da Semana Santa, do Natal e das festas do Ano Novo.

No ano de 1960, o Tabuleiro dos Negros recebeu um novo movimento migratório de pessoas, que se retiravam das áreas mais ribeirinhas em razão do grande volume de água e da possibilidade de rompimento da barragem do açude Orós. Desta forma, dezenas de famílias, formadas, em sua maioria, de pessoas "brancas", fizeram pouso e se estabeleceram como os novos moradores do Tabuleiro dos Negros.

Diante das possibilidades de rompimento das paredes do açude Orós, as autoridades governamentais solicitavam que as populações das cidades ribeirinhas se evadissem das suas casas, pois, seguramente, as águas invadiriam, rapidamente, as

---

<sup>30</sup> Fonte; Russas: 200 anos de Emancipação política - Limério Moreira da Rocha-2001.

idades do médio e baixo Jaguaribe, que viriam a ser inundadas pelas força das águas. Houve uma ampla divulgação, a exemplo do panfleto<sup>31</sup> abaixo digitalizado.

Figura 1 – Panfleto informativo sobre o rompimento da barragem do Orós.



Fonte: Ceará em fotos e histórias.

Com o arrombamento das paredes do açude do Orós<sup>32</sup>, grande parte da população russana que vivia, sobretudo, às margens do riacho Araibu, braço do rio Jaguaribe, que corta o centro da cidade, buscou os Tabuleiros para se proteger das águas que poderiam inundar a cidade a qualquer momento. Assim, muitas foram as famílias que buscaram abrigo nas casas das pessoas que já habitavam no Tabuleiro dos Negros.

Tendo em vista a grande calamidade ocorrida na região jaguaribana, as autoridades estaduais e federais, através do exér-

<sup>31</sup> <http://cearaemfotos.blogspot.com/2015/11/construcao-e-tragedia-do-acude-oros.html>

<sup>32</sup> “Açude de Orós ou Açude Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira está localizado no leito do rio Jaguaribe, na região centro-sul do Ceará. Sua história remonta à época do Brasil Império, quando várias secas se sucederam dizendo um número grande de pessoas e animais. Represar o rio Jaguaribe e fazê-lo perene surgiu como a alternativa mais viável para solucionar o problema da escassez de água no sertão cearense. No entanto, esta ideia só foi colocada em prática no século XX. Ao ser construído, esse reservatório chegou a inundar vilarejos próximos ao leito do rio, dentre eles o mais famoso: Conceição do Buraco, hoje Guassussê. Foi construído pelo DNOCS, tendo suas obras concluídas em 1961. Sua capacidade é de 2.100.000.000 m<sup>3</sup>, o que o coloca como o segundo maior reservatório do estado. Foi o maior até a construção do Açude Castanhão em 2003.” Confira: [https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ude\\_Or%C3%B3s](https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ude_Or%C3%B3s)

cito, fizeram uso de helicópteros para transportar muitas famílias para áreas localizadas fora do alcance das águas. O exército também fora responsável pela entrega de alimentos para as populações atingidas pelas águas (CHAVES, 2017).

Apesar das águas não terem inundado a comunidade do Tabuleiro dos Negros, a cheia causou muitos transtornos à população que já habitava o local. Se na cheia de 1924, os negros tiveram que encontrar terra segura nos tabuleiros, quando o lugar não apresentava nenhuma infraestrutura, na cheia de 1960, as famílias negras foram responsáveis pelo abrigo de muitas famílias brancas que moravam no centro da cidade e tiveram suas casas inundadas pelas águas. Para além das casas, o governo armou dezenas de barracas para a população.

Foi colocada lona nos terrenos baldios, para que as pessoas se acomodassem, pois não tinha como os moradores das casas receberem todos que chegavam. Num terreno baldio foi feito um campo de aviação, para que os helicópteros pudessem descer e trazer alimentos e remédios para os desabrigados. O exército era responsável em dar assistência e distribuir alimentos, roupas, tudo era muito bem organizado. Houve casos de pessoas que não quiseram deixar suas casas antes do arrombamento, e quando aconteceu a catástrofe foram retiradas as pressas e à força. Muitos deles era porque não queriam vir para o Tabuleiro da Santa Cruz, pois lá moravam os negros, e era denominado pela população do centro como Tabuleiro dos Negros. (Maria Auxiliadora dos Santos Lima, conhecida por Sidou, 69 anos. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 01 de Maio de 2017)

Na citação acima, a depoente frisa que muitos moradores da cidade se recusaram a deixar a cidade antes da cheia acontecer, porque não queriam ir se abrigar no Tabuleiro da Santa Cruz.

Havia um preconceito muito forte em relação ao lugar, porque era habitado por negros.

Em relação à nomenclatura Tabuleiro dos Negros, a senhora Júlia Muniz mostrou-se irritada, demonstrando toda a sua recusa à maneira como o Tabuleiro da Santa Cruz era, preconceituosamente, chamado pela população da cidade de Russas.

Em relação ao nome não gosto nem de falar. Quando alguém chamava tabuleiro dos negros, eu esculambava mesmo, não vou mentir, tinha horror a este nome. Aqui moravam as famílias negras. Depois da cheia de 60, começaram a chegar os brancos e foram ficando. (Júlia Muniz da Silva Santos, 62 anos de idade. (Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017).

Apesar de todo o preconceito, os moradores do chamado Tabuleiro dos Negros foi quem deu abrigo aos “brancos” retirantes da cheia, não obstante suas casas não disporem de estrutura para abrigar, confortavelmente, os próprios membros do núcleo familiar.

Na enchente de 1960 na minha casa já moravam dez pessoas, mas abrigamos muitas famílias amigas. As pessoas ficavam alojadas até dentro do caminhão misto do Sr. Joaquim Barbosa. A cozinha era para todos, a comida era feita num panelão e dividida a todos que se encontravam na casa. Não havia divisão de panelas. Todos os adultos recebiam as mercadorias que o governo mandava e entregava ao dono da casa para ser feito para todos que estavam hospedados. (Maria Auxiliadora dos Santos Lima, conhecida por Sidou, 69 anos de idade. (Entrevista realizada na sua residência no Planalto da Bela Vista, no dia 01 de maio de 2017)

Júlia Muniz, também, me fala sobre a grande cheia de 1960, recordando como as pessoas foram abrigadas nas casas dos moradores do Tabuleiro dos Negros.

Da cheia de 1960, lembro como se fosse hoje. Na minha casa, ficou muita gente. Dormia gente no chão, pois não tinha casa prá todos e, aí, fizeram muita barraca de lona. Nos terrenos baldios, ficavam as lonas. As pessoas procuravam as famílias conhecidas para pedir abrigo. Havia, também, a vacinação contra as doenças. Era distribuído café e leite para os desabrigados. Era muita gente, eu achava bom, não entendia nada. (Júlia Muniz da Silva Santos, 62 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril de 2017)

De acordo com Maria Auxiliadora dos Santos Lima, 69 anos, o exército brasileiro esteve presente no Tabuleiro de Santa Cruz, ajudando as famílias desabrigadas, por cerca de três meses, até que as águas voltassem ao seu fluxo normal e as famílias pudessem voltar para suas residências.

As irmãs Maria Auxiliadora, Maria do Rosário e Maria de Lourdes Santos lembraram o quanto fora, segundo elas, emocionante a partida dos soldados do exército brasileiro, os quais se despediram entoando alguns versos, em cima do caminhão, todos fardados. Em um esforço de memória, juntas, as depoentes, emocionadas, entoaram um fragmento da canção.

Adeus cidade alagada, eu vou embora, saudade da morena eu vou levar. O meu dinheiro acabou, as águas abaixou, eu vou pra onde Deus Quiser. Não quero mais saber de água de coco, já chupei muita laranja, já beijei muita mulher, eu vou, eu vou, eu vou prá onde Deus quiser, ora se é... (Maria de Lourdes Santos, 74 anos; Maria do Rosário, 68 anos; Maria Auxiliadora, 69 anos. (Entrevista realizada na residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 01 de maio de 2017)

De acordo com Laura Santos, 90 anos, na medida em que as águas iam baixando, muitos dos que tinham migrado para as

terras do Tabuleiro, voltavam para suas casas. Todavia, alguns resolveram fixar morada no novo espaço.

[...] depois que as águas baixaram, as famílias foram voltando para suas casas, outros que tinham um pouco mais de condições financeiras adquiriram terras no Tabuleiro e construíram suas casas, pois era seguro das águas. E, assim, a população do lugar foi aumentando, o nosso Tabuleiro ficou misturado. Não ficou morando só os negros, como era antes da grande cheia. (Laura Maria dos Santos, 90 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 02 de maio de 2017.

Devido à comunidade estar localizada num ponto alto da cidade de Russas, o problema de abastecimento de água sempre foi presente na vida dos moradores, um entrave nas políticas de abastecimento e saneamento do município, conforme destacaram, em seus depoimentos, Messias Marcelo dos Santos e Júlia Muniz.

A água vinha do riacho Araibu, a gente carregava na cabeça. O sofrimento era grande, a gente trazia água na cabeça arrodando a lagoa da Caiçara. Hoje em dia, pobre não sabe o que é sofrimento. No tempo de seca era um sofrimento. Ia pra rua com bolsinha debaixo do braço vazia. Nem água pra beber de noite tinha, ia dormir com sede (Messias Marcelo dos Santos, 93 anos. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril.)

A água vinha do centro, do riacho Araibu; da lagoa da Caiçara, se trazia na cabeça. Não existia estrada, só areia. Depois foi feita uma cacimba nas terras do Raimundo porteiro, do outro lado do Tabuleiro. (Júlia Muniz da Silva Santos, 62 anos de idade. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 29 de abril)

Nos anos de 1970, precisamente no ano de 1975, foi instalado um chafariz na comunidade, mas não atendia à demanda da comunidade. Em seus relatos os moradores dão destaque às dificuldades que a falta d'água lhes impunha.

Tirava água do chafariz, ao lado do Clube de Mães Leonides Vieira Leite. Tinha que acordar às três da manhã. A gente colocava o balde e ia, vinha pra casa. Minha irmã, depois de um tempo ia buscar o balde de água na cabeça. Depois ela ia colocar o balde na fila, e depois era a minha vez de ir buscar, pois era muita gente pra pegar água. Por isso, dava tempo voltar pra casa e tirar um cochilo (Raimunda Pereira da Silva, 62 anos. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 30 de abril de 2017).

Era uma época muito difícil, não havia água encanada, e nós precisávamos colher água em algumas cacimbas que existiam aqui na comunidade. A mais frequentada era a cacimba de Sr. Raimundo do Quincas, pois era muito grande e funda, portanto, abastecia grande parte da população. Fazíamos fila para encher os baldes de água. (Rúbia Ferreira Batista, professora aposentada, 54 anos. Entrevista realizada na sua residência, no Planalto da Bela Vista, no dia 03 de maio de 2017)

No ano de 1975, após a grande cheia de 1974, a comunidade recebeu novos moradores, os quais, antes, moravam nas proximidades do riacho Araibu. A Fundação de Serviço de Saúde Pública - Fsesp, em parceria com os moradores, construíram um total de onze casas. Cada morador era responsável pela mão de obra, cabendo à entidade o fornecimento do material. Ao final da construção, cada morador recebeu a documentação de posse de sua casa.

No governo municipal do médico Zilzo Leandro Evangelista (1983-1988), foi construído um conjunto habitacional no Alto da Bela Vista, como passou a ser chamado o antigo Tabuleiro dos Negros. Sobre a construção do conjunto habitacional o ex-prefeito esclareceu:

Quando assumi a prefeitura a obra do Conjunto Gerardo Matoso já estava sendo entabulada pelo governo do Estado através da COAHB - Companhia de Habitação do Ceará, com recurso de um projeto chamado FICAN e que previa a construção de 108 casas. O governo só construía as casas, não havia recursos para infraestrutura, estes foram oriundos da prefeitura, que estavam combalidos. A obra se arrastou, tivemos que conseguir recursos da própria prefeitura para dar andamento à obra. Na época, o governo estadual estava passando por dificuldades financeiras e o governo federal quebrado, não se tinha um calendário de repasses, como se tem hoje. As casas foram construídas, as inscrições dos beneficiários foram feitas por funcionários, com apoio do governo do Estado, com preenchimento de uma ficha social, indicações e sorteios. (Zilzo Leandro Evangelista, 66 anos. Entrevista realizada na sua residência, na cidade de Russas, no dia 04 de maio de 2017)

Entre os anos de 1986 e 1987, foi construída a Escola Municipal do Planalto, na comunidade do Alto da Bela Vista, situada na Rua José Muniz, 2457. A referida escola contava com 08 salas de aula, 01 auditório, 02 salões grandes, 04 banheiros, 01 sala para direção, 01 sala para secretaria e 01 quadra. Atualmente, a escola possui 12 salas de aulas. Embora tenha sido inaugurada em fevereiro de 1988, só em 22 de novembro de 1989 a escola teve seu reconhecimento pelo Conselho de Educação do Ceará, através do Parecer nº 1.112/89. À época, foi

nomeada como diretora a professora Benedita Lucas Ferreira Lima e como vice-diretora a professora Norma Mascarenhas<sup>33</sup>.

No tocante à religiosidade dos moradores do Tabuleiro, por anos, a principal religião era a católica. Aconteciam duas grandes festas religiosas na comunidade: a festa do padroeiro São Bento, com barracas, partido azul e vermelho, e, também, a festa do cruzeiro, que era realizada no dia 13 de maio, ocasião em que os jovens se vestiam de branco e levavam flores para enfeitar o cruzeiro.

Nos anos de 1950, segundo relatos de Maria de Lourdes dos Santos, 74 anos, seu avô João Honorato, conhecido popularmente como João Bibiu, passou a ser membro da Igreja Presbiteriana, localizada no centro da cidade. Assim, através de pregações nos cultos em casas de famílias da comunidade, foi sendo implantado um novo credo entre a população. A entrevistada conta-me um fato de notória perseguição por parte dos católicos aos protestantes:

Naquele tempo, era muita perseguição pelo padre Pedro. Era inimigo ferrenho do meu avô. Meu avô tinha duas cacimbas, uma de água doce e outra de água salgada. Ele dava água pra população. E, todo dia de manhã, antes do povo pegar a água, pregava o Evangelho. Numa missa, o padre Pedro chamou o meu avô de pregador de boca de cacimba. Noutra ocasião, ele organizou uma procissão para vir até a casa do meu avô para pegá-lo. Vieram até certa parte do caminho, depois desistiram. Até ameaça de morte surgiu. Meu avô era animador, tinha uma voz bonita e uma vez, pregando na rua do mercado, enquanto ele cantava, quando abriu a boca, jogaram um tomate e um caroço de manga, no sentido da boca dele, mas não chegou a atingi-lo. A perseguição era grande. (Maria de Lourdes Santos, 74 anos. Entrevista realizada na sua residência, na cidade de Russas, no dia 01 de maio de 2017)

---

<sup>33</sup> Informações obtidas na Secretaria da Escola, através da secretária Sandra Maria Rocha Leão Ribeiro.

A comunidade do Planalto da Bela Vista, nos dias atuais, conta com um número relevante de igrejas evangélicas. O primeiro templo construído fora o da igreja batista, em 1954.

Segundo Maria Margarida, 61 anos, afora a Igreja Católica e a Igreja Batista, também tem-se o registro de religiões de matriz afro-brasileira, a exemplo da umbanda.

[...] existia muitos terreiros de umbanda na comunidade, como o terreiro da Fátima do Castanha, do Milton, do Reginaldo e da Luísa. Eram terreiros muitos frequentados. Mas, as pessoas iam escondidas, na calada da noite, pois tinham medo de sofrer preconceitos. (Maria Margarida Silva, 61 anos. Entrevista realizada na sua residência, na cidade de Russas, no dia 02 de maio de 2017)

Embora Dona Margarida expresse que “existiam muitos terreiros de umbanda”, acredito que ainda existam. No entanto, na pesquisa de campo não me foi possível identificá-los e localizá-los.

Em relação ao setor de associativismo, existem no bairro quatro associações, assim denominadas: Associação Comunitária Fernando Antônio de Oliveira Garcia, Associação São Bento do Planalto da Bela Vista, Associação Sociocultural Flor do Mamulengo e Associação Comunitária do Sítio São João.

Apesar de já ter, sobretudo, ao longo deste capítulo, feito referência às várias denominações atribuídas ao bairro, no qual está inserida a escola Ana Xavier Lopes, destaco, ainda, os vários topônimos, com o objetivo de concluir este tópico, reiterando a forte presença negra no lugar. O primeiro deles corresponde ao período da implantação da cruz, por ocasião da celebração da passagem do século XIX para XX, quando começou a ser chamado de Tabuleiro da Santa Cruz. Na década de 1970, o lugar passou a ser chamado de Alto da Bela Vista, embora não houvesse sido regulamentado pela Câmara de Vereadores de Russas. Em meados dos anos de 1990, passou a ser chamado

de Planalto da Bela Vista, porém, sem ter sido criado uma lei municipal. Em 2000, através da aprovação do Plano Diretor da Divisão de Bairros, pela Câmara Municipal, e sancionada pelo prefeito Raimundo Weber de Araújo, fica oficializado o nome Planalto da Bela Vista, pela Lei nº 744/2000 de 11 de dezembro de 2000. Ressalto, entretanto, que a população do centro da cidade, sempre se referiu ao bairro como Tabuleiro dos Negros, justamente por ser esse, inicialmente, ocupado, tão somente por uma população constituída de pretos.

## 3º CAPÍTULO

### 3.1 A ESCOLA ANA XAVIER LOPES E O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Neste capítulo, de maneira mais objetiva, passarei a fazer a exposição e análise dos resultados da pesquisa realizada com dez alunos, uma professora e o coordenador pedagógico da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ana Xavier Lopes. Através da pesquisa, busquei investigar como, na referida instituição escolar, os atores, acima citados, percebem a Lei nº 10.639/2003, a qual determina a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do Ensino Fundamental.

É importante ressaltar que a Escola Ana Xavier Lopes está localizada no bairro Planalto da Bela Vista, na cidade de Russas, cuja população é, em grande parte, constituída de afrodescendentes. Assim, desde sua inauguração, a referida escola vem atendendo crianças e jovens da comunidade, cujos traços facilmente nos remetem à condição de afrodescendentes<sup>34</sup>.

O ensino na Escola Ana Xavier Lopes é organizado no regime de nove anos, adotando o sistema de séries, de acordo com a Lei Federal nº 11.274/2006. Os níveis de ensino ofertados são da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) ao Ensino Fundamental (1ª a 9ª ano)<sup>35</sup>.

A proposta filosófica da Escola é a valorização dos docentes e discentes, buscando dotar as relações interpessoais e de cooperação de um espírito de democracia, de modo a estimular

<sup>34</sup> A escola, no ano de 2017, contava com uma estrutura física composta por 21 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 laboratório de informática, 01 sala de professores, 01 diretoria, cozinha, secretaria, quadra de esporte coberta, áreas cobertas, auditório, almoxarifado, depósito para alimentos e 17 banheiros.

<sup>35</sup> No ano de 2016, a escola recebeu na educação infantil 272 (duzentos e setenta e dois) alunos, distribuídos em 10 turmas, com lotação para 11 professores; no ensino fundamental 707 (setecentos e sete) alunos, e, na modalidade de ensino para Jovens e Adultos – EJA, no segmento de 6º e 7º ano, contava com 15 (quinze) alunos, totalizando 904 alunos, distribuídos nos três turnos.

o bom desempenho, a criação de um clima agradável e mais produtivo de trabalho, onde os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos. Do ponto de vista teórico, busca-se, assim, operacionalizar o Projeto Político Pedagógico<sup>36</sup>.

Conforme prevê a estrutura administrativa da escola, são realizados encontros semanais, com profissionais da escola, para estudos e socialização de problemas detectados no dia a dia, de forma a discutir as soluções e realizar avaliações das ações desenvolvidas. Uma vez ao mês, acontece planejamento das atividades a serem desenvolvidas, como, também, a construção de um calendário das festividades celebradas pela escola, a exemplo dos aniversariantes do mês, páscoa dos funcionários, dia do professor, do funcionário público e a festa natalina. Na prática, não posso afirmar se toda essa estrutura administrativa e pedagógica funciona, sobretudo no que se refere aos encontros semanais para estudo e debate dos problemas que são vivenciados no cotidiano da escola.

Na análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Ana Xavier Lopes não se encontra nenhum aspecto curricular diferenciado de outras escolas, embora esteja localizada num bairro de negros e de afrodescendentes. Não há nenhum indicativo em relação ao público escolar na questão de temas que venham contribuir com a construção da identidade negra.

A pesquisa foi realizada com uma turma de nono ano, composta por 40 alunos. No primeiro contato com a turma, falei do objetivo de pesquisa, bem como da importância da contribuição que cada um deles poderia dar, ao se disporem participar da mesma, na condição de entrevistado. Assim, 10 alunos, dispuseram-se, de forma voluntária, a ser um sujeito da pesquisa. Não delimito gênero e nem cor. O mesmo procedimento foi adotado com a professora de História e com o Coordenador Pedagógico.

Utilizarei no processo das análises das entrevistas nomes fictícios para alunos, professora e coordenador pedagógico.

<sup>36</sup> De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola desenvolve seus trabalhos pedagógicos tendo a colaboração dos organismos colegiados, a exemplo do Grêmio Estudantil, da Associação de Pais e Mestres, com o coletivo de professores, em reuniões mensais, discutem na aprendizagem os problemas da escola, buscando alcançar resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem

### **3.1.1 O ensino da história e da cultura afro-brasileira na percepção dos alunos do 9º ano do ensino fundamental**

O grupo de alunos participantes da pesquisa tinha faixa etária entre quatorze e quinze anos, entre os quais dois apresentavam distorção de idade e série, ou seja, estavam fora do perfil exigido. As entrevistas foram aplicadas com cinco alunos do sexo masculino e cinco do feminino. O perfil familiar desses jovens estava assim configurado: sete moravam com os pais, enquanto três moravam, apenas, com a mãe. A maioria tinha só um irmão, somente dois dos entrevistados revelaram ter três irmãos. Dos dez alunos entrevistados, 60% moram no bairro Planalto da Bela Vista e 40% residem nos bairros circunvizinhos – Catumbela, Tabuleiro da Vaquejada e Mutirão Velho.

Indaguei, também, sobre qual religião eles professavam. De acordo com as respostas dadas, a religião católica predomina em 60%, enquanto 30% disseram ser evangélicos. Apenas um declarou não ter religião. Entre os entrevistados, nenhum revelou vínculo ou simpatia com alguma religião de matriz afro-brasileira.

No processo de desenvolvimento das entrevistas, indaguei aos alunos pesquisados, acerca de como eles classificavam a cor da pele e essa questão, apenas, seis classificaram-se como negros, enquanto três de pele escura, definiram-se como pardos. Dos dez alunos, apenas um denominou-se como sendo branco, apesar de, também, apresentar um tom de pele mais voltado para negro. Dessa forma, mesmo apresentando traços característicos do negro, verifica-se a dificuldade, entre muitos jovens, para autodeclarar-se negro, ou afrodescendente.

Para Gomes (2002), a escola é um espaço onde aprendemos, e com o qual compartilhamos, não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, bem como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.

Jacques d'Adesky (2011), por sua vez, ressalta que a identidade, para se construir como realidade, pressupõe uma interação. Nas palavras do autor, a ideia que um indivíduo faz de si

mesmo, de seu "eu", tem a intermediação do reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário é negociada durante a vida toda por meio de diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogos abertos. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também à construção da identidade negra. (JACQUES D'ADESKY, 2001, p.76).

A escola é um dos espaços sociais que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002)

Para Gomes (1996), no processo identitário, a identidade racial constrói-se gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade, e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. A identidade, portanto, não é inata, é construída em determinado contexto histórico e cultural.

No caso de um não reconhecimento identitário por parte da maioria dos discentes, qual será a parte que é de responsabilidade da instituição escolar? Vejo um universo de alunos negros ou afrodescendentes, sem que os mesmos se reconheçam como tais, de modo a estabelecerem relações dialógicas que pudessem resultar na construção da sua identidade.

Considerando que a maioria dos alunos iniciaram a vida escolar na Escola Ana Xavier Lopes, sendo os mesmos moradores do bairro, ou de comunidades próximas ao bairro, inferi que tal cons-

tatação evidencia o quanto a escola tem uma responsabilidade na formação indenitária da criança, pois, para o aluno negro, não é fácil construir uma identidade étnica, vivendo e convivendo em um espaço pedagógico, no qual os negros e sua cultura são tratados de maneira desigual, fato que corrobora para que os mesmos sejam induzidos a negarem sua própria raça.

Para Novaes (1993), a construção da identidade dos sujeitos envolve os níveis sociopolítico e histórico em cada sociedade. A identidade num sentido mais amplo e genérico, envolve um nós coletivo que é invocado, quando um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido.

Apreendido o conjunto de informações acima apresentado, passei a abordar, na pesquisa de campo, através da realização das entrevistas, a Lei nº 10.639/2003. Para tanto, formulei o seguinte questionamento: o que você entende por diversidade étnico-racial? Quase todos os entrevistados a definiram como sendo uma mistura de cores.

Tipo assim, é uma mistura de cores e para falar que todo branco e todo moreno são iguais. (João Miguel)

É uma mistura de diversidade das raças, das cores, das pessoas. Todos nós temos cores, então é importante respeitar cada um. (Luana Almeida)

A diversidade é muito grande, muitas raças, muitas cores, muitas etnias. (Paulo Lima)

A diversidade é a diferença das cores que distingue as pessoas, negros e pardos. (Clarissa Maria)

A diversidade é várias cores, é o respeito às pessoas, cada um respeitar a cor que a pessoa tem, o que a pessoa é, isso é o respeito que

a pessoa tem que ter. Podemos ter isso na escola, ter igualdade, todos juntos, misturados, sem nenhum crime racial. (Amélia Santos)

Agora sobre o que é diversidade, não sei muito porque aqui na escola mal fala sobre isso. (João Pedro)

Com base nos comentários/respostas acima apresentados, não foi difícil compreender que os entrevistados não dispunham de um conhecimento que lhes permitisse expressar, com segurança, seus pensamentos acerca da definição proposta. Nas lacônicas respostas, fica evidente a ausência do entendimento e da apropriação do conceito na vida cotidiana. Essa constatação evidencia, por extensão, que no ambiente da escola, especialmente, no espaço da sala de aula, não acontece discussão acerca do tema diversidade étnico-racial.

Gomes (1996) adverte-nos que a discriminação racial, no interior da escola, nem sempre é expressa sob a forma de hostilidade e agressão explícita, estando presente, enquanto discurso, das maneiras mais sutis.

Com base no último fragmento de depoimento, acima citado, é possível evidenciar que, no universo escolar, faltam discussões sobre a temática da diversidade étnico-racial, seja nos espaços de sala de aula, ou por ocasião dos projetos desenvolvidos pela escola. Portanto, ao longo de seu percurso na escola, o aluno parece estar distante das discussões que fazem parte dos debates na sociedade, promovidos, principalmente, pelos movimentos sociais mais comprometidos com as discussões acerca da diversidade, seja de cor ou de gênero.

A presença da discussão sobre diversidade étnico-racial vem ao encontro do que está preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos temas transversais, quando assim orienta que devemos tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a. Dessa forma, busca-se a superação das discriminações. Não resta dúvida de que é uma tarefa necessária, ainda

que insuficiente, para minimizarmos as fronteiras da exclusão, pois essa representa um enorme entrave à plenitude da cidadania para todos.

Apesar de não saberem definir diversidade étnico-racial, os dez alunos entrevistados foram unânimes em afirmar que o povo brasileiro é racista. De maneira geral, revelaram que as pessoas não sabem lidar com as diferenças que o outro apresenta, sejam elas de cor, raça, religião, gênero.

De maneira ampla, os alunos entrevistados relataram que a maioria das pessoas não sabem lidar com as diferenças; para os brancos, o negro serve só para ser escravo, para realizar trabalhos pesados, como se fosse um animal; o racismo acontece em nível nacional, cujas estatísticas apontam o grande número de casos de assassinatos de negros, além dos casos de discriminação no esporte, quando muitos jogadores de futebol são associados com macacos.

Conforme dão destaque os Institutos de Pesquisa, as pessoas brancas têm mais tempo de escolaridade do que as negras, têm acesso ao ensino superior, enquanto o maior índice de analfabetos se encontra entre os negros. De acordo com Soares, Albernaz e Lewis (2009) o racismo brasileiro fundamenta-se em:

Mecanismos que impedem sua visibilidade e favorecem sua negação. Entre estes mecanismos destacamos: a crença na miscigenação como forma de equalização social; as práticas cotidianas de etiqueta racial; e ainda, a existência de um paralelismo entre condições sociais de classe e pertencimento racial. (SOARES, ALBERNAZ E LEWIS, 2009, p.181-182).

O racismo tem raízes tão profundas que sua internalização resulta numa reprodução sutil de palavras, expressões e gestos que as pessoas acabam internalizando e praticando de forma, muitas vezes, espontânea, sem que percebam a prática racista.

De acordo com os relatos dos alunos entrevistados, a prática do racismo está presente no ambiente escolar, pois, conforme

relatou uma das entrevistadas, por ocasião de um determinado projeto, desenvolvido na escola, do qual a mesma também era participante, havia presenciado um caso de racismo, cuja motivação residia no fato dos alunos "brancos" não quererem se "misturar" com os negros, xingando um adolescente negro com adjetivos pejorativos que o associava a tição, a negro safado.

Interrogados se já haviam sido vítimas de preconceito racial na escola, embora os dez alunos entrevistados sejam afrodescendentes, oito disseram nunca terem sofrido nenhuma prática de racismo na escola. Apenas duas depoentes relataram terem sofrido prática de racismo, pelo fato de terem seus cabelos crespos, razão pela qual outros alunos diziam que ambas tinham cabelo pixaim.

Uma das entrevistadas relatou haver sofrido práticas racistas, desde quando cursava a terceira série do ensino fundamental, assim como, ainda hoje, continua sendo vítima de preconceito, embora não dê tanta importância:

Postei uma foto numa rede social, aí, como todos os amigos virtuais podem ver e comentar, uns deram apoio e outros ficaram com preconceito e fizeram comentários pejorativos sobre meu cabelo. Quando fazia a terceira série, por causa do meu cabelo, diziam que meu cabelo é pixaim e me apelidavam de Chica da Silva. Sofri muito! Na sala, eu brincava, mas, quando eu chegava em casa, chorava muito. Hoje não ligo mais.  
(Luana Almeida)

Gomes (1996) adverte que as teorias racistas estão presentes no cotidiano escolar e na sociedade. Em seu entendimento, elas não surgiram espontaneamente, nem são meras transposições de pensamento externo. Sofrem, portanto, um processo de reatualização e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática social e escolar.

No processo de construção das entrevistas, indagamos se a Escola Ana Xavier Lopes adotava material didático, abordando a temática étnico-racial, assim como se a referida escola de-

envolvia ações voltadas para o combate ao racismo. De acordo com um dos entrevistados, o aluno Edmar Nunes, no ano de 2016, a escola trabalhou uma campanha, orientada pelo Unicef, com o tema "Por uma infância e adolescência sem racismo". A campanha contra a discriminação racial foi desenvolvida em todas as escolas do Ceará, sob a orientação da Secretaria de Educação do Ceará. Outro depoente, a aluna Roberta Farias, fez a seguinte revelação:

Nunca vi na escola nada sobre a temática. Muito difícil ter uma coisa assim. No começo do ano, teve o livro Lendas Negras que foi indicado pela Secretaria, teve também uma peça, que participei também. Só foi isso! Nos outros anos não. Agora oficina não tem, mas os professores às vezes falam sobre racismo. Roberta Farias, 14 anos, 9º ano. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016, na EEF Ana Xavier Lopes, no Bairro Planalto da Bela Vista, na cidade de Russas)

Outro aluno, Pedro Américo, disse que a escola trabalha a temática, já tendo visto cartazes nas paredes da escola. Afora os breves depoimentos acima apresentados, os alunos entrevistados ressaltaram, de maneira ampla, que a escola não trabalha nada sobre as problemáticas que o povo negro, historicamente, tem enfrentado na sociedade brasileira.

Nesse cenário de quase ausência de material pedagógico, tratando com positividade a questão racial, posso inferir uma das razões que contribui para que a maioria dos alunos negros da Escola Ana Xavier Lopes não se identifique como negro ou afrodescendente, afro-brasileiro. Não obstante, esteja localizada em um bairro, cuja população negra se destaca, a referida escola não trabalha, no cotidiano escolar, elementos da cultura negra. Desta forma, contribui para que os alunos não se vejam, não se reconheçam como pertencentes à cultura de matriz afro, não passando a ser um expoente de difusão e preservação dessa cultura no ambiente da escola e da comunidade.

Acerca do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, não houve entre os alunos entrevistados uma regularidade discursiva no que concerne à celebração da data no ambiente da Escola Ana Xavier Lopes. Apenas um aluno, Pedro Américo, ressaltou que a escola promove a Semana da Consciência Negra, quando são realizados desfiles, além de se tratar da forte presença afro na população do bairro do Planalto da Bela Vista. De acordo com esse aluno, os conteúdos das disciplinas são parados, para ser trabalhado, apenas, conteúdo abordando a temática da consciência negra.

Dois outros entrevistados, relataram que são colocados cartazes sobre o negro, que a professora de História, em suas aulas, aborda aspectos da história e da cultura negra, mas, nunca houve uma celebração em comemoração à data de 20 de novembro, relativa ao Dia da Consciência Negra. Dois outros alunos entrevistados colocaram que, na escola, o dia 20 de novembro é um dia normal, sem qualquer atividade diferente. Uma aluna, em sua entrevista, destacou que, certa vez a escola organizou apresentações de danças afro, das quais ela afirmou ter participado.

Constatei, nas falas dos entrevistados, a existência de duas versões sobre as comemorações do dia 20 de novembro<sup>37</sup> na Escola Ana Xavier Lopes. Como militante e pesquisadora das temáticas negras, tenho acompanhado as ações da citada escola nos últimos cinco anos e o que tenho constatado é que não existe um planejamento de ações pedagógicas que venham culminar, por exemplo, com a celebração do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Levando em consideração que a escola está localizada em um bairro afrodescendente, cujo corpo discente é formado, basicamente, por uma população afrodescendente, ignorar essa data, que tem uma importância histórica para os povos negros, é não compreender as demandas socio-

---

<sup>37</sup> "A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei nº 2.96/15 do deputado Valmir Assunção (PT-BA), que transforma o Dia Nacional da Consciência Negra – comemorado em 20 de novembro – feriado em todo o País. O grupo Palmares, fundado por Oliveira Silveira em Porto Alegre, propôs o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (1695), como data a ser comemorada pela população negra, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura)." (Amílcar Araújo Pereira - Movimento Negro no Brasil Republicano p.153.2017)

culturais presentes na escola e no seu entorno, negando, assim, a identidade étnica da grande maioria dos alunos matriculados na citada escola, além, é claro, do não cumprimento da Lei nº 10.639/2003.

No curso das entrevistas, busquei investigar se, nas práticas pedagógicas da Escola Ana Xavier Lopes, a diversidade étnico-racial tem sido contemplada.

A professora de História fala nas aulas. Na aula de arte, a professora fez oficinas de máscara africanas, falou sobre os africanos e nossa descendência. Este ano estamos com tema do projeto de leitura que é Lendas Negras. A professora de Artes, trabalhou com a gente sobre as lendas negras. (Luana Almeida, 14 anos, 9º ano. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016, na EEF Ana Xavier Lopes, no Bairro Planalto da Bela Vista, na cidade de Russas)

É imperioso ressaltar que o projeto "Lendas Negras" não representou uma ação isolada da citada escola, pois o mesmo resultou de uma ação proposta pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, no ano de 2016.

Cavalleiro (2001, p. 158) sinaliza a necessidade de compreendermos as características da educação antirracista.<sup>38</sup> Para a autora, a escola deverá reconhecer que existe o problema racial na sociedade brasileira, buscando propor reflexões permanentes sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar. Outra ação da escola antirracista é repudiar qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar, cuidando para que as relações interpessoais entre alunos/

---

<sup>38</sup> A educação antirracista pode ser definida como estratégia de ação orientada a uma mudança sistemática e institucional para o enfrentamento do racismo e de outros sistemas de opressão e de desigualdade social, utilizando-se, para isso, de um discurso crítico de raça e do racismo na sociedade. Questiona como se constituíram historicamente as relações de poder e de dominação que estão embutidas nas estruturas institucionais da sociedade e enfatiza que a noção romantizada de cultura, que não critica e nem interroga o poder, impõe limite à compreensão da realidade social. (Rosani Clair da Cruz Reis. *Abordagens Críticas e Folclóricas na Aplicação da Lei Federal nº 10.639/2003*).

crianças negros e brancos sejam respeitadas. A escola deverá, também, não desprezar a diversidade presente no ambiente escolar, utilizando-se dela para promover a igualdade, encorajando, estimulando e promovendo a participação de todos alunos. A escola deverá, também, ensinar as crianças e aos jovens uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira. O currículo escolar deverá ser contemplado com materiais que tratem sobre a diversidade racial, minimizando, desse modo, a força das concepções eurocêntricas, predominantemente, denominadas nas salas de aulas. Outra ação que caracteriza uma escola que trabalha, pedagogicamente, para combater o racismo, segundo Cavalleiro (2001) é pensar meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

Para finalizar a pesquisa com o grupo dos dez alunos, perguntei a cada um dos entrevistados se o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode contribuir para termos uma convivência racial mais respeitosa. De maneira geral, as respostas foram favoráveis, pois, como foi ressaltado por um dos alunos entrevistados, muitas crianças não sabem que é errado ter racismo, pois os pais, por serem racistas e preconceituosos, não ensinam aos filhos a convivência respeitosa e harmônica com as crianças e pessoas. Dessa forma, a escola contribui para combater o racismo.

De maneira geral, os alunos entrevistados acham que os professores deveriam falar mais da história e da cultura do negro, pois, assim, estariam contribuindo para melhorar a autoestima nos alunos, minimizando o preconceito ainda tão presente na mente das pessoas. As discussões formariam mentalidades, ou seja, delimitariam novas formas de pensar e de entender que todos são iguais.

Demonstrando ter uma compreensão mais doméstica da problemática do racismo, um dos entrevistados disse que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana não irá contribuir para termos uma convivência racial mais respeitosa, pois,

em sua opinião, o racismo vem da criação, ou seja, pai racista, filho também racista, lógica que não deve ser tomada ao pé da letra.

De modo geral, em suas falas, os alunos entrevistados concordaram que a Lei nº 10.639/2003 é importante, pois geraria respeito e autoestima nas crianças e jovens negros da escola, influenciando, também, seus pais. A escola contribuiria para valorizar as variadas culturas, gêneros e crenças, demonstrando a importância de seu papel, enquanto espaço de formação de mentalidades, de valorização do ser humano, contribuindo, desse modo, com a educação e o desenvolvimento da sociedade.

Para Cavalleiro (2005, p. 21), o silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos alunos uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação, ao mesmo tempo em que envolve o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro.

Não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais.

É imprescindível, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. Nesse ponto, deparamo-nos com a obrigação do Ministério da Educação de implementar medidas que visem o combate ao racismo e à estruturação de projeto pedagógico que valorize o pertencimento racial dos alunos (as) negros (as). (CAVALLEIRO, 2005, p.21)

Assim como procedemos com o grupo dos dez alunos que foram por mim entrevistados, o segundo momento da pesquisa foi realizado com a professora de História, através de perguntas semiestruturadas, instrumento que me permitiu colher a interpretação que a professora Maria do Rosário fazia, à época da pesquisa, acerca da Lei nº 10.639/2003.

### **3.2 O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERCEPÇÃO DA PROFESSORA DE HISTÓRIA**

A professora Maria do Rosário nasceu no dia 22 de janeiro de 1960, na cidade de Russas. Com 57 anos de idade, casada e mãe de três filhos, apresentou-se como praticante da religião católica. A professora tem traços e características da raça negra, embora apresente uma tez mais clara, com nuances de cor negra. Quando indaguei sobre a sua cor, e como se classificava, ficou na dúvida se era morena, ou negra, porém me olhou e perguntou: "Eu sou negra, né?"

A professora Maria do Rosário<sup>39</sup> é formada em História, pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, unidade da Universidade Estadual do Ceará, na cidade de Limoeiro do Norte, localizada no baixo Jaguaribe. Tem especialização em Gestão Escolar. É professora efetiva do quadro da rede municipal de ensino sob a gestão da Secretaria de Educação do Município de Russas, trabalhando em regime de quarenta horas semanais, na Escola Ana Xavier Lopes, no Bairro Planalto da Bela Vista.

Quando a inquiri acerca do seu entendimento sobre a questão da diversidade, respondeu-me que dizia respeito às diversas raças e culturas. Diante da resposta, um tanto evasiva, perguntei-lhe se considerava o Brasil um país racista, ao que foi enfática em afirmar que achava, sim, o Brasil um país racista, pois, em sua opinião, ainda se vê muita discriminação em todos os setores da sociedade civil.

---

<sup>39</sup> Optei por utilizar nome fictício para me referir à professora de História da EEF Ana Xavier Lopes.

De maneira mais propositiva, quando a professora se referiu às práticas racistas, nenhum exemplo adveio de seu cotidiano, ou seja, apenas exemplificou o caso da jornalista Maria Júlia da Rede Globo de Televisão. Não teria vivenciado, ou fora informada de nenhum caso de racismo na cidade de Russas, no bairro em que reside, ou na escola onde trabalha.

Na sequência da entrevista, busquei investigar se a professora Maria do Rosário já havia feito algum curso, ou pretendia fazer, sobre a temática da diversidade étnico-racial. De maneira clara e objetiva, respondeu-me que, na sala de aula, apenas atua com os conhecimentos obtidos por ocasião de sua formação inicial, ou seja, de sua graduação, já concluída há mais de vinte anos. Porém, procurou esclarecer que tem interesse em adquirir conhecimentos para desenvolver um trabalho pedagógico mais consistente e fundamentado, de maneira a melhor trabalhar a temática da diversidade étnico-racial com embasamento teórico e prático.

Não obstante a Lei nº 10.639/2003 que determina o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, desde o ano de 2003, e na qual foram lançadas diretrizes para formação e capacitação dos professores, nos conteúdos a serem ministrados, todavia, as referidas formações não foram proporcionadas de maneira a atender a demanda, tendo ficado as capacitações a cargo dos sistemas educacionais de ensino, ou seja, das Secretarias de Educação. Sendo assim, fica evidenciado que muitos profissionais da educação não buscaram, sequer, conhecer a lei mencionada, com profundidade necessária, de modo que a mesma fosse incluída no Projeto Político Pedagógico da escola. De maneira geral, posso asseverar que existe uma lacuna na formação continuada dos professores, o que acaba repercutindo no desempenho da profissão.

Ao realizar uma pesquisa em escolas de Belo Horizonte, para Gomes, Oliveira e Sousa (2010) não ficou confirmada a presença de nenhum coletivo de professores articulado e engajado na luta pela visibilidade e pelo trato pedagógico afir-

mativo da questão racial fundamentados no princípio da Lei nº 10.639/2003, do Parecer CNE/CP03/2004, da Resolução CNE/CP01/2004 e suas respectivas diretrizes curriculares.

[...]. Na maior parte do tempo, notou-se a realização de ações isoladas, individualizadas ou de pequenos grupos, mas não houve uma discussão pedagógica que envolvesse o coletivo de educadores e educadoras como um todo. Tampouco essa questão era colocada como uma das ações pedagógicas centrais dessas escolas, mesmo que essas apresentassem uma quantidade significativa de crianças, adolescentes e jovens negros (GOMES, OLIVEIRA e SOUSA, 2010, p. 64).

A realidade apresentada pelas autoras, fruto de pesquisas realizadas em escolas mineiras, é a mesma por mim constatada na EEF Ana Xavier Lopes, pois nessa escola não existe um grupo de profissionais, formado por professores e coordenador pedagógico, responsável pela geração de uma discussão pedagógica sobre a temática, especialmente, sobre os fundamentos da Lei nº 10.639/2003. Portanto, apesar do público da escola, desde a creche ao nono ano, ser basicamente composto por negros ou afrodescendentes, não há no Projeto Político Pedagógico nenhuma ação que venha valorizar e dar visibilidade ao público negro no ambiente escolar.

Destaco que o Conselho de Educação do Ceará em cumprimento da Lei nº 10.639/2003, emitiu o Parecer de nº 03/2004, regulamentando, em 13 de dezembro de 2006, o Ensino da História e da Cultura dos Afro-Brasileiros, dá orientações através da Resolução nº 416/2006 sobre a Educação para as Relações Afrodescendentes no Ceará. Nesta resolução, como se vê abaixo, a formação de professores é destacada logo em seu primeiro artigo.

Art.1º. Às instituições de ensino em todos os níveis e modalidades da educação básica, e, em especial, às que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professo-

res incumbe adotar as normas contidas nesta Resolução para o cumprimento das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana. (Resolução do Conselho de Educação do Ceará nº 416/2006)

Percebe-se, pois, que as instituições de Ensino do Ceará têm orientações legais para oferecerem formações continuadas aos professores da Rede Escolar, a fim de que os mesmos possam atuar com mais competência e compromisso no que se refere ao que é designado pela Lei 10.639/2003. Porém, o que se percebe no cotidiano escolar, está bem descrito nas palavras dos autores Kadlubitski e Junqueira (2010).

[...] mesmo com os avanços nos documentos oficiais do Brasil, existem hoje uma presença difusa e confusa da diversidade na prática pedagógica, não existindo uma orquestração de proposta, projetos e práticas. Os trabalhos produzidos na área trazem declarações de tipo normativo, explanando que, para alcançarem a dimensão objetiva, as práticas e ações pedagógicas necessitam efetivamente incorporar a formação de profissionais da Educação nos hábitos e costumes das práticas sociais. (KADLUBITSKI e JUNQUEIRA, 2010, p.184)

Vasconcelos (2003) ressalta que a efetiva mudança de prática pedagógica não se faz apenas com uma simples alteração de técnicas ou recursos. O caminho transformador é diferente, pois se trata de uma reconstrução do próprio ser docente que, como tal, deve partir do que o sujeito tem de história pessoal e profissional, e em se tratando do sujeito coletivo, há que se levar em conta, inclusive, sua história institucional e social, e somente desse modo, haverá possibilidade de enraizamento de uma nova postura e, por tabela, uma nova prática.

Para Duarte (1993), o docente passa a ser entendido como ator de uma ação mediadora entre a formação do aluno na vida cotidiana

na, na qual ele se apropria, de forma espontânea, da linguagem, dos objetos, dos usos e dos costumes, e da formação do aluno nas esferas não cotidianas da vida social, dando possibilidade de acesso às objetivações como ciência, arte, moral, etc, e possibilitando, ao mesmo tempo, sua postura crítica para com as diversidades, através do que é denominado de educação formal.

Indagada a respeito do Projeto Político Pedagógico da EEIEF Ana Xavier Lopes, objetivando saber, especialmente, se a problemática da diversidade e da pluralidade cultural está presente no referido documento escolar, a professora Maria do Rosário revelou não conhecer o PPP da escola. É imperioso ressaltar, todavia, que o citado documento retrata a identidade da escola, sendo um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos, bem como clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão destes novos tempos. (CANEN, SOUZA, BEZERRA, 2009 p.)

Veiga (2002) propõe-nos que a organização curricular expressa no Projeto Político Pedagógico deve perpassar pelos sujeitos que o compõem e esse, portanto, não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), em seu art. 13, sugere a participação de todos os integrantes da comunidade escolar, desde os membros que compõem a parte administrativa da escola, passando pelo corpo docente, discente e de funcionários. Essa participação dos sujeitos que compõem a comunidade escolar pode fomentar, no processo de construção e reconstrução do documento, o balizamento do sentimento de respeito à diversidade cultural na escola e, ao mesmo tempo, buscando consensos na formulação do documento que deve expressar a missão dessa mesma escola. (CANEN, SOUSA, BEZERRA, 2009. p.)

Na elaboração desse documento, os educadores e demais participantes do processo têm a oportunidade de prescrever ações que valorizem a pluralidade social e cultural que compõem a escola, e no caso da escola pesquisada, a Escola Ana

Xavier Lopes, a cultura negra e afro-brasileira teria espaço para ser trabalhada de forma sistemática, visto que na escola a maioria de professores, servidores, e alunos são afrodescendentes.

Canen, Sousa e Bezerra (2009) alertam que, numa visão multicultural, o Projeto Político Pedagógico é construído na tensão entre a diversidade dos atores da comunidade escolar, com suas visões de mundo, raças, etnias, histórias de vida e outros, culminando, por outro lado, com a necessidade de construção da identidade escolar, a qual deverá ser refletida no referido projeto. Essa tensão, também, se manifesta entre a diversidade de escolas, com seus projetos políticos pedagógicos e suas variadas missões. Mesmo em meio a todas as tensões, convém ressaltar a necessidade de uma visão de educação para a cidadania e para os valores sociais em uma sociedade globalizada, altamente competitiva e tecnológica, a qual parece se desumanizar a cada dia.

Dentre outras tensões, na Escola Ana Xavier Lopes a primeira a ser destacada é a de natureza do reconhecimento étnico de professores e alunos, sem aqui falar do corpo administrativo e de funcionários. De acordo com o Censo Escolar de 2015, a citada escola era composta de 2% de alunos negros, 67% de pardos, 27% de brancos, restando um percentual de 4% que não declararam a cor. Em relação ao corpo docente da escola, o censo apontou os seguintes percentuais: 4% de professores negros, 55% pardos, 29% brancos e 12% não declararam a cor. Conforme relatou a secretária escolar, Maria da Consolação Carmo, "muitos alunos e professores, embora sejam negros, ou afrodescendentes, se declaram pardos ou até mesmo brancos", o que acaba gerando uma tensão no interior da escola.

Questionada se tinha conhecimento da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996, em seus artigos 26, 26 A e 79 B, através da qual, no currículo oficial, foi incluída a obrigatoriedade do ensino da "História da África e da Cultura Afro-brasileira", a professora Maria do Rosário ressaltou que, nos últimos anos, os livros di-

dáticos vêm trazendo "informações sobre a lei". De todo modo, mesmo informando que ela própria já houvesse lido a lei, não sabia dizer nada a seu respeito. Entendo que o conhecimento da lei seja condição básica para que os professores de História possam trabalhar em sala de aula as problemáticas relativas às relações étnico-raciais, historicamente, construídas na sociedade brasileira, além, é claro, dos conteúdos relativos à história da África e da cultura afro-brasileira.

É importante ressaltar que o artigo 26 A, que fora acrescentado à Lei nº 9.394/1996, provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos; exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Diante do acima exposto, o que me parece evidente é o fato de que, mesmo passados quinze anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003, ela ainda não foi, de fato, efetivada em sua plenitude nos sistemas de ensino municipais e estaduais, não sendo baliza para a confecção dos projetos políticos pedagógicos das escolas e para a promoção de cursos voltados para a formação de professores concernentes, à história da África e da cultura afro-brasileira.

Para Paula (2009, p. 181), alguns motivos têm contribuído para a não implementação da Lei nº 10.639/2003 no ambiente escolar. Segundo a autora, dentre os motivos, podemos destacar "a perpetuação de um currículo escolar homogêneo de base eurocêntrica e também a falta de informação e formação que auxiliem o professor na construção de sua prática educativa".

Destaca-se que esta situação de desconhecimento da referida lei, por parte da professora Maria do Rosário, não é um caso isolado. Oxalá, fosse apenas ela que desconhecesse a Lei nº 10.639/2003, mesmo que atuando numa escola onde o público é, em sua grande maioria, composto de alunos afrodescendentes, além de professores e servidores. Na realidade, esse desconhecimento abrange, praticamente, todo o sistema municipal

de ensino, no qual, creio seja possível inferir, que poucos, ou mesmo nenhum, em suas formações semanais leiam, discutam e planejem ações e atividades educativas que venham contemplar as diferenças existentes em suas instituições escolares.

De acordo com Gomes (2005):

[...] não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos. [...]. (GOMES 2005, p.154).

Em seu relato, a professora Maria do Rosário afirmou que a Escola Ana Xavier Lopes não oferece condições de suporte didático para atuação docente sobre a temática étnico-racial, que, além do livro didático, não dispõe de nenhum outro material didático que tenha sido adotado pela escola, em questão. Essa realidade estende-se à maioria das escolas do município, nas quais os professores contam, praticamente, com o livro de história. Afora o livro didático, os professores não dispõem de material que lhes ajude a refletir e planejar suas aulas e atividades, abordando as problemáticas dos povos africanos e afro-brasileiros.

Nas palavras de Silva (1997), apud Averbuck (1988), o livro didático:

Em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que é conferido ao seu conteúdo pelos professores, formados na maioria das vezes numa visão acrítica da educação, é o veículo de expansão, por excelência, de imagens e visões de mundo que não correspondem à realidade concreta, dizendo de outra forma: os estereótipos, ou

seja, os clichês, as imagens simplificadas, e por isso distorcidas, de indivíduos e de grupos, embora não correspondam à realidade concreta, expandem uma imagem idealizada e uma visão de mundo que podem vir a significar para a criança uma representação do real, uma vez que o seu processo psíquico de identificação é mais forte do que no adulto. Os ideais sociais encarnam-se concretamente nos personagens do texto e a evolução da criança é constantemente orientada por esses personagens (SILVA, 1997, p. 36, apud AVERBUCK, 1988. p.).

A História e a Cultura Afro-Brasileira foram muito pouco consideradas por nossa tradição historiográfica, a não ser pelos estudos sobre o tráfico e a escravidão, as formas de castigos e as imagens de negros nas senzalas, nos troncos ou no trabalho pesado nos engenhos de cana-de-açúcar. A historiografia brasileira, de caráter mais tradicional, não apresenta em seus registros a história dos africanos antes da chegada desses ao Brasil, na condição de escravos. É como se, para os clássicos historiadores, esses povos não tivessem história anterior ao processo de escravização dos mesmos pelos europeus, especialmente, pelos portugueses. Dessa forma, não houve uma preocupação de registrar as formas de vida, os meios de sobrevivência, a cultura dos povos que aqui foram forçados a viver.

Para Fernandes (2005), os africanos que chegaram ao nosso território, na condição de escravos, eram apresentados como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Assim, era esse modelo de história que, por muitos anos, os livros didáticos apresentavam. Nestas abordagens, o negro não tinha inteligência, não possuía religião, cultura, estando apenas designado para trabalho pesado.

Quanto às atividades extraclasse, a professora Maria do Rosário revelou que não existe nenhuma programação específica abordando questões relativas à história/cultura africana e afro-

-brasileira. Mesmo para a celebração do dia da Consciência Negra, 20 de novembro, a escola não costuma ter um calendário de programação previamente planejado. O depoimento da professora Maria do Rosário confirma o que fora dito pelos alunos por mim entrevistados, acerca da celebração do 20 de novembro.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), durante muito tempo, a data de 13 de maio, dedicada à comemoração da Abolição da Escravatura, promulgada através da Lei Áurea, a qual fora assinada, no ano de 1888, pela Princesa Isabel, era celebrada nas escolas de educação básica brasileira, como data da libertação do negro brasileiro.

O mais comum era que as crianças negras se fantasiassem de escravos e sempre uma menina branca e, de preferência, loura, era escolhida para representar a princesa Isabel. Os livros didáticos também apresentavam essa data como o dia da libertação dos negros e nada se estudava ou discutia sobre a resistência e a luta por parte dos africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil, sob o regime de escravidão. (MUNANGA E GOMES, 2016, p.129-130)

Destaco que uma das importantes contribuições do movimento negro da atualidade, foi denunciar que o 13 de maio não deveria ser comemorado como uma data que enfatizava a suposta passividade do negro diante da ação libertadora do branco, pois, ao longo do processo de escravidão brasileira, ocorreram movimentos de luta e resistência dos negros cativos em várias regiões do país. A escravidão não era aceita de forma pacífica, como durante anos foi transmitido nos livros didáticos. Os movimentos negros deram outra visão para esta data, passando o dia 13 de maio a ser celebrado como Dia Nacional de Luta contra o Racismo, ganhando, assim, um significado político.

Do mesmo modo que o 13 de maio ganhou um novo significado, o Movimento Negro também lutou para que fosse reconhecida, pela sociedade brasileira, a data de 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, considerado um dos prin-

cipais símbolos da luta contra todas as formas de opressão e exclusão, que continuam a castigar os descendentes de africanos no Brasil. (MUNANGA E GOMES, 2016).

Com base no conjunto dos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com o grupo de dez alunos e com a professora Maria do Rosário, posso afirmar que as práticas pedagógicas da Escola Ana Xavier não contemplam as problemáticas relativas à diversidade étnico-racial.

Mesmo tendo sido regulamentada, a Lei nº 10.639/2003 ainda necessita ser, de fato, efetivada, incluída no currículo prático escolar. É bem verdade que as escolas brasileiras passam por um sistema avaliativo, implantado pelos organismos internacionais, que indicam as competências que os alunos devem adquirir. No entanto, dentro desse sistema de avaliação, não se encontram instrumentos que venham forçar a implementação da lei acima citada. Assim, as escolas não se sentem responsáveis em incluir, nos seus currículos, as temáticas referentes à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Diante dessa deficiência, a própria professora Maria do Rosário disse não se sentir preparada para ensinar, de acordo com novas diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com a citada professora, "precisaria ter formações, orientando para desenvolver um bom ensino, eu gostaria muito de desenvolver um bom trabalho sobre a temática, gostaria de ter uma formação sobre a temática da diversidade étnico-racial." (Maria do Rosário, 57 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 29 de outubro de 2016)

Em seu relato, a professora Maria do Rosário ressaltou que, em sala de aula, procura se cercar de todos os cuidados para que seu discurso não seja mal interpretado, quando aborda a temática da diversidade étnico-racial.

Bem, eu tenho muito cuidado, porque nas salas de aulas temos pessoas negras, infelizmente, percebo, que eles não se percebem como negros. Quando se fala dos negros, é

como se os negros estivessem bem distantes deles, num outro espaço, distante da realidade deles. Eu tenho cuidado em abordar esta temática. Coloco-me neste contexto, para aqueles que são mais escurinhos não se sintam deslocados. Eu digo: eu sou negra, meus pais são negros. Tenho cuidado nas palavras que vou usar para que não ocorra mal-entendido. (Maria do Rosário, 57 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 29 de outubro de 2016)

Indagada como, em suas aulas de História, trabalha a valorização dos negros, considerando que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades entre negros e brancos, a professora Maria do Rosário, justificou dizendo que:

[...] procuro sempre valorizar a importância que eles são para nossa cultura. Falo bem da África, que é linda, mostrando as vantagens de um país negro. Que nós todos somos iguais e digo para eles que tenho orgulho de ser negra. (Maria do Rosário, 57 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes no dia 29 de outubro de 2016).

O discurso da professora Maria do Rosário, por mais que seja valorativo, não pontua a desigualdade entre negros e brancos, atrelando sua opinião às referências do senso comum. Essa postura dificulta a abordagem e o trato das questões relacionadas ao conflito racial. De maneira geral, posso dizer que, entre os professores da educação básica, falta conhecimento, construído a partir de referências em trabalhos científicos e estudos sobre a questão racial, como nos chama atenção Figueira (1990), Gomes (1995) e Cavalleiro (2005).

A falta de conhecimento alicerçado em pesquisas acadêmico-científicas representa, sem sombra de dúvida, uma enorme lacuna na formação continuada e, conseqüentemente, na prática docente dos profissionais que atuam na educação básica.

Essa carência justifica, de algum modo, a dificuldade que os mesmos sentem para gerar o debate acerca das questões relacionadas aos preconceitos e práticas racistas no interior da sala de aula e nos espaços sociais, para pensar em sentido mais amplo.

Sacristan (1998) destaca que a formação de educadores tem se constituído em uma das pedras angulares imprescindíveis a qualquer intenção de renovar o sistema educativo. Essa visão do autor, vem contribuir com a aplicação da Lei nº 10.639/2003, e com os pareceres emitidos pelos Conselhos de Educação do país, que preconizam a importância da formação dos professores para uma atuação pedagógica que opere transformações de mentalidade e construa, junto com as crianças, novas mentalidades, respeito e valorização das diversas culturas.

A formação docente é imprescindível para a mudança de conceitos do conhecimento escolar, pois é através deste conhecimento que os professores planejam e selecionam os conteúdos curriculares que acham necessários para os alunos. Gomes (2008) adverte que é necessária a mudança dos currículos da educação básica e das licenciaturas, de modo a se fazer uma adequação às exigências vindas da Lei nº 10.639/2003. Ressalta, ainda, a autora, que se faz indispensável o investimento na formação continuada dos professores, profissionais da educação que atuam na rede de ensino fundamental e médio.

De acordo com Leite (2007):

Para tanto e, sempre em conformidade com a lei em tela, é necessário qualificar os professores, especialmente aqueles da rede pública de ensino para o enfrentamento da problemática. Inexoravelmente esse desafio é colocado para a universidade, que deverá contribuir para o desenvolvimento técnico científico da sociedade, além de atender as necessidades de preparação e atualização de docentes. (LEITE, 2007, p. 20)

Reforço, também, o que dizem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais sobre a formação inicial e continuada dos professores em todos os níveis e modalidades:

Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para a educação das relações étnico-raciais na escola Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior. (BRASIL,2004)

Assim, entende-se que a Universidade deve atender a essa nova demanda que está sendo colocada pela luta dos movimentos negros. É urgente que sejam incluídos, em sua grade curricular, conteúdos sobre a história dos povos africanos e afro-brasileiros para que os futuros profissionais da educação se instrumentalizem para atuar na sua prática docente com a mentalidade, o conhecimento e o compromisso de valorizar as diferentes culturas e as diferentes etnias que compõem o país.

A formação inicial e continuada de profissionais da educação é um fator decisivo em uma educação que se pretende eliminar a discriminação racial. O fato de criação da lei que contemple o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira não assegura sua aplicabilidade nas escolas brasileiras. Essa lei é desafiadora para os profissionais da educação num país em que a historiografia mais tradicional apresentou a gênese dos povos africanos como escravos preguiçosos e indolentes.

As instituições formadoras de professores não incluíam, em seus currículos, nenhuma disciplina que estudasse os povos do continente africano. Dessa forma, predominou a visão negativa que associa o povo negro ao trabalho pesado nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café e de criação de gado, no caso específico do povoamento do território cearense.

Esse espaço vazio, na formação inicial dos professores, reflete, diretamente, no desempenho da professora Maria do Rosário no ambiente escolar, especialmente, na sala de aula, haja vista não dispor de conhecimentos historiográficos e teóricos mais aprofundados que lhe possibilitassem trabalhar os conteúdos indicados pela Lei nº 10.639/2003.

Nas palavras de Orlando e Ferreira (2008), a visão do educador sobre a questão da diversidade étnico-racial possui um alto poder de persuasão e de influência na formação do aluno enquanto ser humano, pois seu discurso, exteriorizado a partir de suas concepções de mundo, oferece meios necessários para que as identidades sejam reescritas e reconstruídas em outras bases por meio de práticas discursivas em sala de aula.

Com base nessa visão, ressalto que a formação indenitária do aluno, principalmente, a do afrodescendente, fica comprometida, se o docente não tiver a preparação adequada para lidar com esse assunto. Ao longo do processo de desenvolvimento desta pesquisa, fui verificando, em cada entrevista realizada, que os alunos facilmente externavam a negação de sua identidade, ou seja, negavam a aceitação de sua cor e de suas características de negro ou afrodescendente. Esta mesma realidade pode ser, também, projetada para o conjunto dos alunos da escola Ana Xavier Lopes. Este cenário persiste no cotidiano da escola, mesmo a despeito da publicação da lei que orienta o trabalho educativo de valorização e reconhecimento da identidade afro-brasileira. Observei que a professora Maria do Rosário não contempla os temas cuja a temática resida nos conteúdos de história e de cultura africana e afro-brasileira.

Para Silva (1990), no roteiro dessas discussões sobre a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, as temáticas étnicas e culturais devem ser exercidas na prática, ou seja, ao professor cabe assumir um compromisso social no sentido de melhor desenvolver, no ambiente da escola, especialmente, a igualdade sociocultural.

Freire (1996) assevera que o compromisso docente deve, na prática, rejeitar qualquer forma de discriminação, seja referente à etnia, classe ou gênero, de modo que possa ofender a personalidade humana e negar a democracia.

Com base, pois, no pensamento de Freire (1996), inferi que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana pode contribuir, sobremaneira, para termos uma convivência racial mais respeitosa no ambiente escolar e na sociedade, de maneira mais ampla, sendo, portanto, uma importante estratégia de combate ao racismo.

A professora Maria do Rosário, mesmo esboçando uma compreensão carregada de elementos do senso comum, ressaltou, em seu depoimento, a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Este ensino iria contribuir com as relações respeitadas, pois, a partir do momento que a história da cultura negra fosse abordada na sala de aula, teremos um país bem diferente, sem discriminação racial. Infelizmente nossos currículos não tem um trabalho voltado para esta cultura, por isso ocorre esta discriminação no nosso país. E eu acho que deveria ser uma disciplina indispensável nas escolas, não só da Ana Xavier Lopes, mas de todo país. Nós temos muitas crianças negras lindas, que nunca esticaram os cabelos, e eu procuro elevar a autoestima delas. (Maria do Rosário, 57 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes no dia 29 de outubro de 2016.)

No depoimento acima, fica evidenciado que a escola, em seu currículo, não contempla a temática da diversidade racial, embora sua população educacional seja, em boa medida, composta de afrodescendente. No entanto, a professora Maria do Rosário expressa uma compreensão um tanto quanto ingênua, quando vincula o fim da discriminação racial ao ensino de His-

tória e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ao incluir a Lei nº 10.639/2003 no currículo, o sistema de ensino tem que organizar, elaborar estratégias para que a referida lei de fato seja desenvolvida de forma a alcançar os objetivos propostos. Sabe-se, todavia, que os alicerces da discriminação racial, em nosso país, são bem mais profundos, e possuem raízes históricas que não serão vencidas numa simples vinculação do conteúdo no currículo das escolas, especialmente, nas aulas de história. Isso não significa dizer que, assim como a professora acima citada não compreenda que esses conteúdos não venham a corroborar para que os preconceitos de natureza racial sejam, nas práticas cotidianas, minimizados, vencidos. Mas, isso não é um passo de mágica, não é algo que seja determinado por um currículo. É preciso que os preconceitos sejam vencidos no mundo íntimo de cada um de nós, independente da condição social, econômica e étnica.

Macedo (2006, p. 288) diz-nos que entende currículo como "espaço tempo em que os sujeitos diferentes interagem, tendo por referência seus diversos pertencimentos, e que essa interação é um processo cultural". Assim, as questões étnicas raciais devem ser discutidas, problematizadas pelos atores sociais no espaço escolar, para que possa ser construído o reconhecimento de identidades.

Gomes (2010), por sua vez, assim nos esclarece ao referir-se à educação para as relações étnico raciais:

[...] a educação para as relações étnico raciais que cumpre o seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmo nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadoras em desigualdades nas relações de poder e de dominação. (GOMES, 2010, p. 83)

Para efeito de esclarecimento metodológico, depois de pontuar a pesquisa realizada com o grupo de dez alunos e com a professora Maria do Rosário, narrando as principais questões que foram tematizadas na relação dialógica estabelecida com cada um dos sujeitos da pesquisa, passarei, agora, a considerar os conteúdos resultantes da entrevista com Antônio José<sup>40</sup>, 40 anos, Coordenador Pedagógico da Escola Ana Xavier Lopes.

### **3.3 O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERCEPÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

Antônio José, professor e coordenador pedagógico, possui Licenciatura Plena em Química e Biologia, pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Campus da Universidade Estadual do Ceará – UECE. A formação inicial foi concluída, no ano de 2002. Além do curso de licenciatura, Antônio José também concluiu, no ano de 2006 o curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar.

De acordo com Oliveira e Guimarães (2013), a principal função do coordenador consiste na formação, em serviço, dos professores. Sendo assim, para que possa executar esse serviço, ele precisa ir além de uma formação inicial, é necessário que haja um investimento em sua formação continuada e que seja sistemática, pois assim serão desenvolvidas capacidades e habilidades múltiplas, que a atual conjuntura educacional exige.

[...] o coordenador pedagógico é um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos. (OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2013, p. 95).

---

<sup>40</sup> Assim como procedi com a professora Maria do Rosário, optei por utilizar nome fictício para referir-me ao Coordenador Pedagógico da EEF Ana Xavier Lopes.

Considerando, portanto, a necessidade de um investimento em sua formação continuada, conforme observa Oliveira e Guimarães (2013), indaguei do professor Antônio José se o mesmo, na sua trajetória profissional, já havia participado de algum curso de formação sobre a temática Diversidade Étnico-Racial. Embora não fosse tão recente, o referido professor atestou ter participado de um curso de formação promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Russas: "Sim, já tive oportunidade de participar uma vez, faz muito tempo, pela Secretaria de Educação, não lembro exatamente o ano, mas faz tempo, uns quatro, cinco anos." (Antônio José, 40 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia).

Indagado se a temática da diversidade e pluralidade cultural está inclusa na estrutura curricular da Escola Ana Xavier Lopes, e como a mesma tem sido contemplada, o Coordenador Pedagógico, professor Antônio José, assim se expressou:

Embora não esteja bem específica, ela faz parte da grade curricular, porque está dentro da disciplina de História, e, assim, de certa forma, ela é contemplada. Agora, a gente percebe que tem sido contemplada nas aulas de história. A professora tem esta preocupação em trabalhar essa temática; e, também, quando tem alguma data específica. (Antônio José, 40 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 09 de janeiro de 2017)

Analisando, com atenção, o conteúdo do depoimento do professor Antônio José, está explícito que a temática da diversidade e pluralidade cultural não está inclusa no Projeto Político Pedagógico da Escola Ana Xavier Lopes. De maneira mais específica, inferi, também, que a temática abordada pela Lei nº 10.639/2003, a qual propõe o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, não compõe a grade curricular da escola em questão. O citado professor apenas faz referência à disciplina História, na qual, o mesmo compreende, devam ser

trabalhadas as temáticas propostas pela lei acima mencionada. Para além das aulas de História, os conteúdos são, eventualmente, trabalhados em alguma data específica.

Como fonte de pesquisa, analisei o Projeto Político Pedagógico da Escola Ana Xavier Lopes, não tendo encontrado, no mesmo, nenhuma referência à Lei nº 10.639/2003, tampouco a nenhum apontamento que viesse dar algum destaque pedagógico às atividades desenvolvidas na escola e que contemplassem a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Como já fora anteriormente anunciado pela professora Maria do Rosário, o PPP é um "sujeito" desconhecido, anônimo, que os professores não têm acesso e não conhecem seu teor.

A Escola Ana Xavier Lopes não acompanhou as mudanças que a LDB/1996 sofreu, especialmente, depois de sancionada a Lei nº 10.639/2003. Sendo assim, o PPP não sofreu alterações, portanto, não foi incluída nenhuma temática relativa à história e cultura afro-brasileira e africana, apenas da obrigatoriedade no que concerne, sobretudo, às disciplinas de história e literatura.

Não estando contemplados no PPP, nem na grade curricular, os temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana só são ministrados quando a professora Maria do Rosário planeja alguma aula, ou, então, quando a Secretaria de Educação do Município propõe algum projeto relacionado à temática, como foi o caso do projeto Lendas Negras, trabalhado do 6º ao 9º ano. Ressalto, todavia, que, diferentemente dos projetos com as histórias infantis, a exemplo da Branca de Neve, desenvolvidos pelo Ensino Fundamental I, as Lendas Negras não foram agraciadas nas galerias da escola, com espaços para estampar painéis abordando as imagens/conteúdos relacionados à temática do projeto, através do qual fosse possível romper o silêncio e instigar alunos e professores a discutirem a temática, a partir da orientação proposta pela Secretaria de Educação.

Gonçalves (1995) faz-nos compreender que, na escola, o silêncio sobre a diversidade e relações raciais constituem-se em

um mecanismo pedagógico usado em favor da manutenção das desigualdades e da discriminação racial.

Cavalleiro (2001, p. 35) investigando os mecanismos internos presentes no cotidiano da escola, aponta que a discriminação provoca nas crianças e nos jovens um sentimento de descontentamento. Sendo assim, na maioria das vezes, as mesmas omitem os fatos tanto para os profissionais da escola, quanto para os pais. O que vem confirmar, mais uma vez, que o silêncio constitui uma prática presente no interior da escola, colaborando para produzir e reforçar a discriminação racial e o complexo de inferioridade, principalmente, nas crianças negras.

Essa prática do silêncio, em todos os seus aspectos, está presente no cotidiano da Escola Ana Xavier Lopes. Desse modo, mascarando a realidade, posso inferir que, para o corpo docente, as crianças e os adolescentes, alunos da escola, são todos iguais, com os mesmos direitos, as mesmas condições sociais, e com as mesmas práticas culturais. De maneira mais ampla, posso dizer que os próprios alunos não se reconhecem como negros, ou afrodescendentes.

Moita Lopes (2002,p.38), em relação às identidades sociais, assim se refere: "As identidades sociais construídas nas escolas podem desempenhar um papel importante na vida dos indivíduos quando depararem com outras práticas discursivas nas quais suas identidades são reexperienciadas ou reposicionadas".

Questionado acerca da sua participação como coordenador pedagógico, junto aos professores, no sentido de promover atividades pedagógicas visando gerar, no ambiente escolar, conteúdos que contemplassem o estudo e o debate das questões étnico-raciais, o professor Antônio José expôs: "Geralmente isso é feito quando se está trabalhando um tema, no momento, é como se fosse uma espécie de modismo, quando se contempla um projeto as pessoas procuram trabalhar, depois é esquecido, é eventual."<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> A educação antirracista pode ser definida, como estratégia de ação orientada a uma mudança sistemática e institucional para o enfrentamento do racismo e de outros

Analisando a resposta e o comentário do professor Antônio José, vejo o quanto seu discurso foi evasivo, não contemplando a questão que lhe fora por mim proposta. Dessa forma, verifiquei que não existe nenhum planejamento pedagógico para promover o estudo e o debate das questões étnico-raciais na Escola Ana Xavier Lopes. Mais do que isso, o referido professor parece minimizar a importância das problemáticas étnico-raciais quando as associa a “uma espécie de modismo”, o qual logo será “esquecido”.

Assim, a escola parece ficar na dependência, da espera de algum projeto externo, orientado pela Secretaria Municipal de Educação, a exemplo do que acontecera no ano de 2016, quando a Secretaria Municipal de Educação e do Desporto Escolar de Russas criou o projeto de leitura: “Cultivando Leitores através do Universo Literário”, para ser desenvolvido por todas as escolas municipais, no decorrer do ano letivo, abrangendo todos os níveis da educação até o 9º ano. De acordo com o Núcleo de Formação da referida Secretaria, o projeto tinha a finalidade de despertar o prazer de ler e a construção de uma aprendizagem significativa, pautada no desenvolvimento de várias leituras. O projeto foi dividido em dois segmentos. No primeiro, buscou-se atender o público da educação infantil ao quinto ano, através da proposta: “O mundo encantado das histórias infantis para ler, ouvir e sonhar”; o público de 6º ao 9º ano, foi contemplado com o “Leitura e leitores: lendo grandes escritores”. Destaco que um dos objetivos do projeto foi promover, a partir da leitura dos textos trabalhados, a importância da inclusão como fator de grande relevância na construção de uma sociedade justa, desenvolvendo, assim, uma cultura de igualdade e respeito, eliminando qualquer atitude de exclusão racial, étnica e social.

---

sistemas de opressão e de desigualdade sociais, utilizando-se, para isso, de um discurso crítico de raça e do racismo na sociedade. Questiona como se constituíram historicamente as relações de poder e de dominação que estão embutidas nas estruturas institucionais da sociedade e enfatiza que a noção romantizada de cultura, que não crítica e nem interroga o poder, impõe limite à compreensão da realidade social. (Rosani Clair da Cruz Reis. Abordagens Críticas e Folclóricas na Aplicação da Lei Federal nº 10.639/2003)”

As escolas municipais foram divididas em seis polos, os quais deveriam desenvolver atividades de incentivo à leitura, a partir dos clássicos da literatura infantil, dos livros da coleção PAIC prosa e poesia, dos livros do Programa Nacional Biblioteca na Escola e outros acervos literários. A Escola Ana Xavier Lopes ficou no primeiro segmento no polo dois, com os personagens da Bela e a Fera, e, no segundo segmento, ficou com a obra de Júlio Emilio Braz, *Lendas Negras*, focalizando, assim, a cultura africana. A culminância do projeto aconteceu no dia 07 de setembro de 2016, quando ocorreu o desfile cívico em comemoração à Independência do Brasil. Cada escola retratou, na avenida principal da cidade, a Avenida Dom Lino, atividades e ações que foram realizadas, pedagogicamente, no decorrer do ano.

Retomando a discussão acerca dos projetos promovidos e realizados pela Escola Ana Xavier Lopes, o dia da Consciência Negra, 20 de novembro, talvez, seja o único exemplo de evento, conforme me leva a pensar o professor Antônio José, no depoimento a seguir: "Como a nossa escola, digamos, é afro descendente, aqui, geralmente, se comemora o Dia da Consciência Negra. É uma semana de discussão na sala de aula, debates, apresentações com danças, comida típica, na semana que antecede a data ou pós-data."<sup>42</sup> Esse depoimento, no entanto, é contraditório em relação aos outros atores participantes da pesquisa, pois todos afirmaram que não existia nenhuma ação comemorativa, na escola, referente ao dia 20 de novembro. Na verdade, alguns relataram que nem sabiam o que representavam esse dia. A própria professora, Maria do Rosário, foi enfática ao afirmar que "infelizmente não acontece nada nesse dia." Mais do que constatar a contradição entre os discursos dos entrevistados, é importante ressaltar, mais uma vez, a não existência de um planejamento de ações voltadas para a abordagem das problemáticas étnico-raciais.

Entendo que é função do coordenador pedagógico traçar caminhos para direcionar as ações pedagógicas, de maneira a

---

<sup>42</sup> Antônio José, 40 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 09 de janeiro de 2017.

transformar a escola em um local de formação, de debates e de discussões acerca de problemáticas que permeiam, não apenas os ambientes escolares, fazendo-se presentes nos interstícios da sociedade.

No caso específico da Escola Ana Xavier Lopes, percebi que não existia, por ocasião do desenvolvimento desta pesquisa, nenhum trabalho pedagógico, relacionado à problemática deste estudo, que envolvesse a coordenação pedagógica e os professores. As ações acontecem de forma eventual, sem nenhuma consistência de conteúdo. São ações modistas, como foi relatada acima, não existe uma continuidade. Mesmo o Projeto Lendas Negras só foi executado um ano, quando poderia ter continuado, embora sofresse modificações ano a ano, mas a ideia central deveria ter tido uma continuidade e sido aprimorado, abordando as mais variadas formas de expressão da cultura africana e afro-brasileira.

No que concerne ao estudo e à reflexão, efetuado no ambiente da escola por parte da coordenação pedagógica e dos professores, acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, o professor, e coordenador pedagógico, Antônio José, foi enfático ao afirmar:

Geralmente estes temas só são discutidos nas jornadas pedagógicas no início do ano, promovida pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Eu conheço as diretrizes, mas não a fundo, pois já trabalhamos na escola. Porém, é assim, se trabalha na jornada pedagógica e durante o ano não se tem a preocupação de estudar, de aprofundar o tema. (Antônio José, 40 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 09 de janeiro de 2017).

No que concerne ao fato da escola dispor, ou não, de material didático sobre a temática da diversidade étnico-racial, que pudesse favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas, o professor Antônio José, em seu depoimento, corroborou

com o que a professora Maria do Rosário havia expressado, ou seja, a escola apenas dispõe do livro didático. Assim, quando os professores necessitam de outros materiais, pesquisam na internet. Todavia, o citado professor lembrou que, não obstante exista, a biblioteca da escola dispõe de alguns poucos livros paradidáticos, mas não são, frequentemente, procurados pelos professores. Contudo, não se evidenciou se esses livros tratam de questões relacionadas às problemáticas da história e da cultura africana e afro-brasileira. Sabe-se, entretanto, que a literatura encontrada na biblioteca foi enviada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão do Ministério da Educação. Entre títulos, disponíveis para professores e alunos, alguns poucos dizem respeito à literatura africana.

Indagado a respeito da importância que os professores das diversas disciplinas dão à obrigatoriedade do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, o Coordenador Pedagógico, professor Antônio José, ressaltou que:

[...] geralmente só quem é da área de História. Que percebe na professora (Maria do Rosário) uma preocupação maior. Mas, os outros professores acham que a responsabilidade é somente dos professores de História. Se a gente, enquanto coordenador, não tentar que ele insira na sua proposta curricular, a temática, não é trabalhada de forma alguma. É preciso que haja uma conscientização para que os professores deem a devida importância a esta temática. (Antônio José, 40 anos. Entrevista realizada na Escola Ana Xavier Lopes, no dia 09 de janeiro de 2017)

Ressalto que a Lei nº 10.639/2003, acompanhada das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, ainda não se tornou realidade nas escolas públicas através de seu Projeto Político Pedagógico e de seus currículos, tornando-se, assim, conteúdo prático escolar. Diag-

nostiquei que muito menos tem sido programa temático para realização de cursos de formação continuada de professores. Mas, como ser diferente? Afinal, a lei acima citada não é resultado de décadas de luta dos Movimentos Negros? A simples promulgação de uma lei mudaria a prática educacional marcada de preconceitos secularmente construídos?

Diante desses questionamentos, posso concluir que, para se tornar realidade nas salas de aula das escolas públicas e privadas, bem como em todos os espaços escolares, as diretrizes para o estudo da História da África e da Cultura Afro-Brasileira precisarão, ainda, ser objeto de muita pressão política, mas, sobretudo, de vontade, de disposição e de atitude por parte dos professores que atuam na educação básica, bem como de diretores e coordenadores pedagógicos, de modo a despertarem e a despirem suas próprias consciências dos arraigados preconceitos, contribuindo, assim, para que os alunos, de maneira geral, também, construam a consciência do respeito e da valorização do outro, vendo-o como ser humano e não como negro, branco, amarelo, gordo ou magro, heterossexual, homo ou transexual.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referência a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ana Xavier Lopes, localizada no bairro do Planalto da Bela Vista, na cidade de Russas-CE, a presente dissertação buscou investigar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, procurando interpretar, para isso, a Lei nº 10.639/2003.

Um dos fatores que mais contribuiu para a escolha dessa temática, bem como para a escolha do recorte espacial, corresponde a um incômodo por mim sentido, pelo fato de a escola acima citada, mesmo sendo localizada num bairro onde a população é, em sua maioria negra, percebe-se, entre essa mesma população, uma negação da identidade étnica, principalmente, entre professores e alunos inseridos na EEIEF Ana Xavier Lopes. Esse fato fez-me indagar se, após a publicação da Lei nº 10.639/2003, a obrigatoriedade da inclusão, no Projeto Político Pedagógico da escola, do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme determinava a lei, não iria favorecer à autoestima de professores e alunos, no que concerne ao reconhecer-se como afro-brasileiro. As supostas mudanças, as quais a escola deveria passar, teriam desdobramentos na comunidade, através da influência, do comportamento de professores e alunos.

Ao longo dos capítulos que dão corpo a esta dissertação, estabelecendo um diálogo entre as fontes historiográficas e empíricas, além da minha história de vida, abordei questões que julgo serem importantes para a compreensão da realidade do ensino de história nas escolas públicas, sobretudo, a partir da Lei nº 10.639/2003, a qual tornava obrigatória a inclusão, no currículo oficial das escolas de educação básica, da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Como afrodescendente que sou, para introduzir os conteúdos construídos, a partir do diálogo entre as fontes historiográficas

e empíricas, busquei revisitar minhas memórias desde minha mais tenra idade. Assim, dentro de um processo voluntário de rememoração, relatei os fatos que me levaram a refletir sobre minha cor e assumir minha negritude, construindo, assim, minha identidade numa sociedade marcadamente racista.

Voltando-me de maneira mais direta para a temática que orientava e justificava a pesquisa, busquei historiar sobre a presença negra no Ceará, ressaltando os argumentos historiográficos que, de alguma maneira, contribuíram para a manutenção de um discurso de negação da efetiva participação dos negros dentro da história do povo cearense. Como reação a esse discurso historicamente construído, fazia-se oportuno destacar que a historiografia cearense mais contemporânea tem, através das mais diferentes abordagens e fontes documentais, revisitada a temática da escravidão, encontrando, na capitania e na província do Ceará, não apenas a presença de negros cativos, mas, também, de negros libertos, dando, assim, visibilidade a suas práticas cotidianas, suas lutas e suas resistências, ao mesmo tempo que rompe com a máxima de que no Ceará não tem negro. Assim, os historiadores cearenses têm procurado encontrar os negros não apenas nas senzalas, mas, também, em diferentes processos de organização comunitária, a exemplo das irmandades católicas, além de diferentes expressões da cultura de matriz africana, as quais podem ser exemplificadas nos grupos de maracatus e nas religiões afro-brasileiras.

Mais do que encontrar os negros na história do Ceará, fosse na condição de cativos ou libertos, trabalhando, lutando e resistindo, voltando-me para a sociedade brasileira mais contemporânea, tratei do movimento negro, destacando como o mesmo fora articulado no Ceará ao longo da década de 1980.

Os anos da década de 1980 foram marcados pelo avanço das lutas sociais em muitos setores da sociedade brasileira. A luta por direitos sociais estava sempre na agenda da classe trabalhadora. Assim, as reivindicações do movimento negro faziam-se ouvir na sociedade.

O sistema educacional brasileiro, ao longo da sua história, apresentou o negro como escravo, preguiçoso e indolente, sem, portanto, apresentar condições para realizar outros trabalhos que não os de força física. No entanto, a partir da LDB nº 9.394/96, o Ministério da Educação definiu, através dos Parâmetros Curriculares (1997) e dos Parâmetros em Ação (1998), o tema transversal da diversidade cultural, objetivando, com isso, contemplar as diversas culturas, entre elas a cultura negra.

Em decorrência da luta histórica do movimento negro, um dos primeiros atos do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, no dia 09 de janeiro de 2003, foi o de alterar os artigos 26 e 79 da LDB/96, através da Lei nº 10.639/2003, a qual tornava obrigatória a inclusão, no currículo oficial, da temática História e Cultura Afro-Brasileira, valorizando, assim, a contribuição do povo negro para a História do Brasil.

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, as escolas deveriam, também, incluir, no calendário escolar, o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, data de celebração da morte de Zumbi, importante líder negro na luta contra o regime escravocrata brasileiro.

Depois de encontrar, por assim dizer, os negros na história e na historiografia cearense, sobretudo na sua fase mais contemporânea, busquei encontrar os negros no município de Russas. Para isso, no primeiro momento, através da memória dos moradores mais antigos do bairro Planalto da Bela Vista, onde está localizada a Escola Ana Xavier Lopes, historiei sobre a formação do referido bairro, encontrando, na origem do mesmo, as comunidades denominadas de Tabuleiro da Santa Cruz e Tabuleiro dos Negros.

Depois de estabelecer alguns níveis de compreensão acerca da historicidade do bairro, hoje denominado de Planalto da Bela Vista, passei a abordar a Escola Ana Xavier Lopes, apoiando-me, principalmente, nas entrevistas que pude realizar com um grupo de 10 alunos do 9º ano do ensino fundamental, assim como com a professora de História e o coordenador pedagógi-

co. Os resultados das entrevistas levaram-me a concluir que, de maneira geral, o público entrevistado considera importante que sejam discutidas, em sala de aulas, as questões que contribuam com o combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação, tanto de raça como de gênero, como, também, a valorização da cultura africana e afro-brasileira na escola.

É importante ressaltar que o artigo 26 A, que fora acrescentado à Lei nº 9.394/1996, provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos; exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimento de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Na análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Ana Xavier Lopes não se encontra nenhum aspecto curricular diferenciado de outras escolas, embora a mesma esteja localizada num bairro de negros e de afrodescendentes. Portanto, no PPP da referida escola, não há nenhum indicativo de construção e valorização da identidade negra.

No cotidiano escolar, sobretudo no espaço da sala de aula, ficou evidenciado que a professora de História, a exemplo dos demais professores da escola Ana Xavier Lopes, para ministrar suas aulas, conta apenas com o suporte pedagógico do livro didático, o qual, em um capítulo, aborda o continente africano, não fazendo muitas referências ao povo afro-brasileiro. Assim, posso concluir que o livro didático ofertado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE é um instrumento excludente e tendencioso, pois reforça uma teoria de desigualdade entre as raças que compõem a sociedade brasileira.

Podemos concluir, portanto que, mesmo passados quinze anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003, essa ainda não foi, de fato, efetivada em sua plenitude, nos sistemas de ensino municipais e estaduais, não sendo baliza para a confecção dos projetos políticos pedagógicos das escolas e para a promoção de cursos voltados para a formação de professores concernentes à história da África e da cultura afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra.R de; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Palmares,2006.

ALVES, Guarino. **Elementos para o estudo da escravidão no Ceará**. Rev.Inst.do Ceará. Fortaleza,1984. p.248.

ARAÚJO, Pedro de Alcântara. **Capital e Santuário, Miragens Rus-sano Nordestinas**. Imprensa Oficial do Ceará. Fortaleza, 1986.

BARROSO, Oswald. **Reis de Congo**. Ministério da Cultura. For-taleza.Ceará.1996.

BATISTA, Macário. **Os 50 anos do arrombamento do açude Orós. Blog do Macário**, Fortaleza, 20.fev.2010. Disponível em: [http://ma-cariobatista.blogspot.com.br/2010/02/50-anos-do-arrombamento-do-acude-oros.html](http://macariobatista.blogspot.com.br/2010/02/50-anos-do-arrombamento-do-acude-oros.html). Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em: 01 de jan.2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrá-ria**: Política Quilombola. Ministério da Agricultura, 03.03.2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 23 de dez.2017.

CANDINI, Vera Lucia Sanson. **Políticas de Educação no Brasil: desafios e Possibilidades Educacionais das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2008. 100. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Passo Fundo. 2008. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/641/1/2008VeraLuciaSansonCadini.pdf>. Acesso em 20.dez.2017.

CAMPOS, Eduardo. **As Irmandades Religiosas do Ceará provincial**: apontamentos para sua História. Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CANEN, Ana Souza; CUNHA, Aurila Eurídice da; BEZERRA, Marlene Jesus Soares. **Projeto Político Pedagógico**. In: Educação Multicultural: teoria e Prática para professores e Gestores em Educação. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda. 2009.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista**: compromisso indispensável na escola para um mundo melhor. In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Valores Civilizatórios dimensões históricas para uma educação anti-racista**. In: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2010. 2004.

\_\_\_\_\_. **Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo**. In: Henriques, Ricardo. (Org.) Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/2003. Brasília: SECAD/ MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo, Selo Negro, 2005.

CHAVES, José Olivenor Souza. **Atravessando os sertões**: memória de velhas e velhos camponeses do Baixo-Jaguaribe – CE. Fortaleza, CE: EdUECE, 2017. p.237.

CUNHA, **Textos para o movimento negro**. São Paulo: edicon, 1992

D'ADESKY, Jacques. **Racismo e anti-racismos no Brasil**: pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas. 2001.

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais da LDB de 1961 a Lei 10.639/2003.** In: **História da Educação do Negro e outras Histórias.** (Org.). Jêruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. Ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns Apontamentos históricos.** 27, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007.007>. Acesso em 10.nov.2017.

DUARTE, N. **A individualidade para si.** Campinas: Autores Associados, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe.** São Paulo. Ed. Ática,2005.

FIGUEIRA, V. M. **O preconceito racial na escola: Estudos Afro-asiáticos,** Rio de Janeiro, n.18, p.63-72, 1990.

FONTELES, Lidianny Vidal. **A Identidade do Negro Sertanejo e a “Invenção” dos Remanescentes de Quilombos.** IV ENECULT.2008 Faculdade de Comunicação UFBA. Salvador - Bahia. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 37.ed. São Paulo: Paz e Terra,1996.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará.** In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma Nova História do Ceará.** 2 ed. Fortaleza. Edições Demócrito Rocha, 2002.

GIRAO, Raimundo. **A Abolição no Ceará.** Ed. Batista Fontenele. Fortaleza, 1956.

---

**Pequena História do Ceará.** Editora "Instituto do Ceará. Fortaleza, 1962.

GOMES, Nilma Lino. **Educação Raça e Gênero: relações imersas na alteridade.** Cadernos Pagu. pp. 67-82, 1996.

\_\_\_\_\_. **A mulher Negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras.** Belo Horizonte. Mazza Edições, 1995.

\_\_\_\_\_. **Educação e Identidade.** Revista de Estudos de Literatura. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação.** In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei nº 10.639/03.** In: MOREIRA, Antônio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.).

Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação e Relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** In: Superando o racismo na escola, 2 edição Revisada. (Org.). Kabengele Munanga. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes.** Dossiê 10.5007/2175-7984, v10 n°18p 133, 2011.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva de; SOUZA, Kelly Cristina Cândida de. **Diversidade Étnico-Racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas.** In: Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. (Org.). Anete Abramowicz, Nilma Lino Gomes. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2010.

GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**: estudo acerca da discriminação racial em escolas públicas de primeiro grau. 110f. Belo Horizonte, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9R6PKM>. Acesso em: 10.01.2018.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Ed. Marco Zeto, 1982.

JÚNIOR, Henrique Cunha. **Textos para o movimento negro**. São Paulo, Edicon, 1992.

KADLUBITSKI, L. JUNQUEIRA, S. **Diversidade cultural na formação do pedagogo**. VIDYA, v 30 n° 1. p. 25-41, jan. /jun, 2010. Santa Maria, 2010.

LEITE, F.E. **Negros de papel e Negros na História**: Ponderações sobre história d' África e do Brasil. *In*: Cultura Afro-Brasileira: construindo histórias. Londrina: Idealiza Gráfica e Editora, 2007.

LIMA, Carlos Rochester Ferreira. **“O Lugar da Gente de Cor Preta” no Sistema Educacional e no Ensino de História no Vale do Jaguaribe-Ceará**: Projetos e Representações Sociais em Disputa (2005-2013). 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará - UECE. 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20CARLOS%20ROCHESTER%20FERREIRA%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso: 05 de abril. 2016

MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço tempo de fronteira cultural**. Revista Brasileira de Educação. Vol.11. N°32. Maio/agos. 2006.

MARQUES, Janote Pires. **A invisibilidade do negro na História do Ceará e os desafios da Lei nº 10.639/2003**. v. Unisul, Tubarão, v.7, n.12, p.347-366.jun. /dez.2013.

\_\_\_\_\_ **Festas de Negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)**. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004.

MOITA L.L.P. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

MUNANGA Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. 2 ed. São Paulo: Global,2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 25 1997, p.71-81.

NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Marcia Campos Moraes. **O Papel Coordenador Pedagógico no Cotidiano Escolar**. Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues. ANO I- Edição I – janeiro de 2013.

PAULA, Benjamim Xavier de. **O Ensino de História e cultura da África afro-brasileira: da experiência a reflexão**. In: Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educativas. (Org.). Selva Guimaraes Fonseca. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PEREIRA, Amilcar A. **Movimento Negro no Brasil Republicano** Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

PEREIRA, William Augusto. **O Maracatu cearense como cultural popular tradicional**. 2012. Disponível em: <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/6014084.pdf>. Acesso em: 15 de julho.2017.

PINHEIRO, Francisco José. **Mundos e Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território**. In: Uma Nova História do Ceará. (Org.) Simone de Sousa. 2 ed. Revisada. Edições Demócrito Rocha, 2002.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Afro-Brasileiro**. 1ed. Fortaleza: Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2009.

ROCHA, Limério Moreira da. **Russas: 200 anos de Emancipação política**, Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

SACRISTAN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed,1998.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Elizângela. Mapeamento de negros e quilombolas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19.fev.2011. Regional, p.03. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/mapeamento-de-negros-e-quilombolas-1.52676>. Acesso: em 26 de dez. 2017.

SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da. **Vamos Maracatucá!!! Um estudo sobre os maracatus cearenses**. 2004. 129 f. *Dissertação (Mestrado em Antropologia)* - Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. 2004. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d29-asilva.pdf>. Acesso em 05.jan.2018.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **O declínio da Escravidão no Ceará**. 1998 Recife: Dissertação de Mestrado em História- UFPE,

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; BARBOSA, **Lúcia** Maria de Assunção (Org.). **O Pensamento Negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Carlos: Ed. da UFSCar. 1997.

SOARES, Eliane Veras; ALBERNAZ, Lady Selma F. LEWIS, Liana. **O que é raça? Estratégias para definir e combater o racismo**. In: Scott, Parry; Lewis, Liana. Quadros de Marion Teodósio (org.) Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Editora Universitária. UFPE. Recife, 2009.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Negros livres e escravos**: sociabilidade e solidariedade no Ceará do Século XIX. Disponível em <https://www.escavador.com/sobre/2637865/jose-hilario-ferreira-sobrinho>. Acesso em 25 de out. 2017.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **“Da Negrada Negada” a Negritude Fragmentada**: O Movimento Negro e os discursos identitário sobre o negro no Ceará (1982-1995). 120f. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Educação. Fortaleza: UFC, 2006. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2838/1/2006\\_Dis\\_AVCSousa.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2838/1/2006_Dis_AVCSousa.pdf). Acesso em: 10 de dez. 2016.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

VASCONCELOS, C. S. **Para onde vai o professor?** Resgate do professor como sujeito de transformação. 10 ed. Libertad, São Paulo, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 edição, Papirus, 2002.

# **APÊNDICE A**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

FACULDADE DE FILOSOFIA

DOM AURELIANO MATOS – Fafidam

MESTRADO ACADÊMICO INTERCAMPI

EM EDUCAÇÃO E ENSINO - MAIE

LÚCIA MARIA DA SILVA

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA  
INTERPRETANDO A LEI nº 10.639/2003 NA ESCOLA DE  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANA  
XAVIER LOPES NA CIDADE DE RUSSAS - CE

## **ESCLARECIMENTO**

O objetivo do presente instrumento de pesquisa é promover a coleta de dados empíricos para a pesquisa de mestrado "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: interpretando a Lei nº 10.639/2003 na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ana Xavier Lopes na cidade de Russas - CE", desenvolvida no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Por essa razão, muito respeitosamente, venho requerer a sua colaboração na formulação das respostas para as questões abaixo enumeradas, contribuindo, dessa maneira, para o cumprimento dos objetivos que dão sentido a nossa investigação. Certifico a utilização ética e confidencial dos dados produzidos por este instrumento de pesquisa, ficando os mesmos sob minha intei-

ra responsabilidade. Caso deseje manter seu anonimato, usarei nome fictício para dar identidade às informações que foram aqui prestadas.

## **Roteiro / Entrevista - Professores**

### 1. Dados pessoais

- Nome:
- Data de nascimento:
- Idade:
- Estado civil:
- Tem filhos?
- Participa de alguma religião?
- Você se considera pertencendo a qual etnia?

### 2. Formação superior

- Instituição:
- Curso:
- Ano de ingresso:
- Ano de conclusão:
- 
- Pós-Graduação
- Instituição:
- Curso:
- Ano de ingresso:
- Ano de conclusão:

### 3. Dados profissionais

- Trabalha em mais de uma escola? Quais? Informe o período de vínculo empregatício com cada um dos estabelecimentos de ensino.
- Qual o vínculo funcional, professor efetivo ou temporário?
- O que você entende por diversidade étnico-racial?
- Você considera o Brasil um país racista? Por quê?
- No processo de formação continuada, você já participou de algum curso voltado para a problemática da diversidade étnico-racial? Pretende realizar essa formação, ou ampliá-la?
- A problemática da diversidade e da pluralidade cultural está presente na proposta curricular da Escola?
- Você conhece/estudou a Lei nº 10.639/2003, através da qual, no currículo oficial, foi incluída a obrigatoriedade da "História da África e da Cultura Afro-Brasileira"?
- Você conhece/estudou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira (BRASIL, 2004)?
- A Escola Ana Xavier tem adotado material didático que aborde a temática étnico-racial?
- O Dia da Consciência Negra, 20 de Novembro, é celebrado na escola? De que maneira?
- Nas práticas pedagógicas da Escola Ana Xavier, a diversidade étnico-racial tem sido contemplada?
- Você se sente preparado para ensinar, de acordo com novas diretrizes nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?
- Em sala de aula, como a temática da diversidade étnico-racial tem sido por você abordada?
- O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode contribuir para termos uma convivência racial mais respeitosa? Representa uma estratégia de combate ao racismo? Justifique sua resposta.



## **APÊNDICE B**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

FACULDADE DE FILOSOFIA

DOM AURELIANO MATOS – Fafidam

MESTRADO ACADÊMICO INTERCAMPI

EM EDUCAÇÃO E ENSINO - MAIE

LÚCIA MARIA DA SILVA

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

INTERPRETANDO A LEI nº 10.639/2003 NA ESCOLA DE E.E.I.E.F.

ANA XAVIER LOPES NA CIDADE DE RUSSAS - CE

### **ESCLARECIMENTO**

O objetivo do presente instrumento de pesquisa é promover a coleta de dados empíricos para a pesquisa de mestrado "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: interpretando a Lei nº 10.639/2003 na Escola de E.E.I.E.F. Ana Xavier Lopes na cidade de Russas - CE", desenvolvida no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Por essa razão, muito respeitosamente, venho requerer a sua colaboração na formulação das respostas para as questões abaixo enumeradas, contribuindo, dessa maneira, para o cumprimento dos objetivos que dão sentido a nossa investigação. Certifico a utilização ética e confidencial dos dados produzidos por este instrumento de pesquisa, ficando os

mesmos sob minha inteira responsabilidade. Caso deseje manter seu anonimato, usarei nome fictício para dar identidade às informações que foram aqui prestadas.

### **Roteiro / Entrevista - Alunos**

1. Nome:
2. Data de nascimento:
3. Mora com os pais? Tem quantos irmãos?
4. Reside na cidade de Russas? Qual bairro? Na zona rural, qual a comunidade/distrito?
5. Participa de alguma religião?
6. Você se considera pertencendo a qual etnia?
7. Desde qual ano é aluno da Escola Ana Xavier?
8. Em qual ano está matriculado?
9. O que você entende por diversidade étnico-racial?
10. Você considera o Brasil um país racista? Por quê?
11. Você conhece alguém que já sofreu discriminação racial? Quem? Qual foi a situação/motivação?
12. Alguma vez na escola já foi vítima de preconceito racial? Se a resposta for sim, diga como foi.
13. A Escola Ana Xavier tem adotado material didático que aborde a temática étnico-racial?
14. O Dia da Consciência Negra, 20 de Novembro, é celebrado na escola? De que maneira?
15. Nas práticas pedagógicas da Escola Ana Xavier, a diversidade étnico-racial tem sido contemplada?
16. O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pode contribuir para termos uma convivência racial mais respeitosa? Representa uma estratégia de combate ao racismo? Justifique sua resposta.

# **APÊNDICE C**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

FACULDADE DE FILOSOFIA

DOM AURELIANO MATOS – Fafidam

MESTRADO ACADÊMICO INTERCAMPI

EM EDUCAÇÃO E ENSINO - MAIE

LÚCIA MARIA DA SILVA

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

INTERPRETANDO A LEI nº 10.639/2003 NA ESCOLA DE E.E.I.E.F.

ANA XAVIER LOPES NA CIDADE DE RUSSAS - CE

## **ESCLARECIMENTO**

O objetivo do presente instrumento de pesquisa é promover a coleta de dados empíricos para a pesquisa de mestrado "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: interpretando a Lei nº 10.639/2003 na Escola de E.E.I.E.F. Ana Xavier Lopes na cidade de Russas - CE", desenvolvida no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Por essa razão, muito respeitosamente, venho requerer a sua colaboração na formulação das respostas para as questões abaixo enumeradas, contribuindo, dessa maneira, para o cumprimento dos objetivos que dão sentido a nossa investigação. Certifico a utilização ética e confidencial dos dados produzidos por este instrumento de pesquisa, ficando os

mesmos sob minha inteira responsabilidade. Caso deseje manter seu anonimato, usarei nome fictício para dar identidade as informações que foram aqui prestadas.

## **Roteiro / Entrevista – Coordenador pedagógico**

### 1. Dados pessoais

Nome:

Data de nascimento:

Estado civil:

Tem filhos?

### 2. Formação superior

Instituição:

Curso:

Ano de ingresso:

Ano de conclusão:

Pós-Graduação

Instituição:

Curso:

Ano de ingresso:

Ano de conclusão:

3. Na sua trajetória profissional, já participou de algum curso de formação sobre a temática Diversidade Étnico-Racial?
4. A temática da diversidade e pluralidade cultural está incluída na estrutura curricular da Escola Ana Xavier? Como a mesma tem sido contemplada?
5. Como coordenador pedagógico, qual sua participação, junto aos professores, para gerar o debate em sala de aula sobre a questão étnico-racial, fazendo associação com os conhecimentos específicos da disciplina ministrada?
6. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira têm sido objeto de reflexão/estudo por parte da coordenação pedagógica e dos professores no ambiente da escola?
7. A data 20 de novembro, dia da Consciência Negra, tem sido celebrada na Escola?
8. A escola dispõe de material didático sobre a temática da Diversidade Étnico - Racial, que favoreça o desenvolvimento de práticas pedagógicas? Quais?
9. Na sua concepção, qual a importância que os professores das diversas disciplinas dão à obrigatoriedade do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira?



# HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva  
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heróico o brado retumbante,  
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó Liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
“Nossos bosques têm mais vida”,  
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro desta flâmula  
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!



# HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!  
Soa o clarim que a tua glória conta!  
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta  
Em clarão que seduz!  
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro  
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!  
Chuvas de prata rolem das estrelas...  
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,  
Ressoe a voz dos ninhos...  
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos  
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,  
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!  
Ruja teu peito em luta contra a morte,  
Acordando a amplidão.  
Peito que deu alívio a quem sofria  
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!  
Vento feliz conduza a vela ousada;  
Que importa que teu barco seja um nada,  
Na vastidão do oceano,  
Se, à proa, vão heróis e marinheiros  
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!  
Porque esse chão que embebe a água dos rios  
Há de florar em messes, nos estios  
Em bosques, pelas águas!  
Selvas e rios, serras e florestas  
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,  
Sobre as revoltas águas dos teus mares!  
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares  
A vitória imortal!  
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,  
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

**Inesp**

**Thiago Campêlo Nogueira**

Presidente

**Ernandes do Carmo**

Coordenador da Gráfica do Inesp

**Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,**

**Hadson França e João Alfredo**

Equipe Gráfica

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**

Equipe de Produção Braille

**Carol Molfese e Mário Giffoni**

Equipe de Diagramação

**José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)**

Equipe de Design Gráfico

**Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios**

Equipe de Revisão

**Marta Lêda Miranda e Marluce studart**

Assessoras de Revisão

**Site:** [www.al.ce.gov.br/inesp](http://www.al.ce.gov.br/inesp)

**E-mail:** [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

**Fone:** (85) 3277-3701

**Fax:** (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Av. Desembargador Moreira 2807,  
CEP: 60.170-900, Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará

Site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)

Fone: (85) 3277-2500